



Dois estudos sobre o acervo da Biblioteca Rio-Grandense

**FRANCISCO DAS NEVES ALVES
GILSON BORGES CORRÊA**

159



Dois estudos sobre o acervo da Biblioteca Rio- Grandense



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves
Gilson Borges Corrêa

Dois estudos sobre o acervo da Biblioteca Rio- Grandense



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1ª Secretária: Luciana Coutinho Gepiak
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Dois estudos sobre o acervo da Biblioteca Rio-Grandense
- Autores: Francisco das Neves Alves e Gilson Borges Corrêa
- Coleção Rio-Grandense, 159
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN – 978-65-5306-146-0

CAPA: Fotografia do prédio da Biblioteca Rio-Grandense no início do século XX – acervo da Biblioteca Rio-Grandense

SUMÁRIO

**Um estudo acerca da hemeroteca da Biblioteca
Rio-Grandense: a gênese da imprensa rio-
grandina / 11**

Francisco das Neves Alves

**Quando os livros voltam a falar: Obras raras da
Biblioteca Rio-Grandense e as histórias que
atravessaram o tempo / 69**

Gilson Borges Corrêa

Um estudo acerca da hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense: a gênese da imprensa rio-grandina

Francisco das Neves Alves*

A Biblioteca Rio-Grandense, a mais antiga do contexto gaúcho tem por característica fundamental a perspectiva de constituir uma biblioteca histórica, cujo maior destaque é o seu inesgotável acervo. Em meio ao seu meio milhão de volumes há uma predominância dos livros – a alma de seu conteúdo – mas existe também uma quantidade expressiva de documentos, envolvendo impressos e manuscritos. No seio de tão ampla documentação, os periódicos constituem um tópico fundamental. A hemeroteca da Biblioteca é variadíssima,

* Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

com exemplares de jornais do exterior e das mais diversas unidades administrativas brasileiras de várias épocas, havendo ainda a predominância das publicações sul-rio-grandenses e, com maior ênfase, das rio-grandinas.

Nessa imensidão de representantes do jornalismo rio-grandino, há desde coleções completas de periódicos até alguns poucos exemplares fragmentários de folhas impressas de circulação irregular e esporádica. Nesse sentido, os jornais diários mais longevos são os integrantes da hemeroteca com séries mais ininterruptas, como foi o caso do *Diário do Rio Grande*, do *Comercial*, do *Eco do Sul*, do *Artista*, do *Tempo*, do *Rio Grande* e do *Agora*. Também aparecem diversos integrantes da denominada pequena imprensa, como os ilustrados *Maruí*, *Diabrete* e *Bisturi*, além de vários outros, designando os múltiplos gêneros jornalísticos que circularam na cidade portuária, como as folhas literárias, os pasquins, a imprensa feminina e os jornais que representavam determinados segmentos socioeconômicos e culturais.

A cidade do Rio Grande foi uma das primeiras a contar com a imprensa periódica na conjuntura rio-grandense-do-sul e, ao longo do século XIX, contou com aquilo que se poderia denominar de um jornalismo de ponta para os padrões brasileiros da época. Tal periodismo ao longo dos Oitocentos caracterizou-se por diferentes etapas de evolução, havendo uma fase de origens, com aproximação menor ou maior com o foco revolucionário, nos anos 1830 e 1840; outra de crescimento e diversificação das atividades jornalísticas nas décadas de 1850 a 1870, além de mais uma, de maturidade, entre o decênio de setenta e o encerramento

da centúria. Quanto à gênese do jornalismo rio-grandino, a Biblioteca Rio-Grandense tem em seu acervo alguns dos periódicos que marcaram tal etapa, profundamente vinculada com o período de fermentação e eclosão da Revolução Farroupilha, constituindo tais publicações o mote deste ensaio¹.

O nascimento da imprensa sul-rio-grandense e rio-grandina esteve intimamente ligado ao processo de formação do Estado Nacional Brasileiro e, mais notadamente, ao clima pré-revolucionário, à eclosão e ao desenrolar da Revolução Farroupilha. Na busca de sua organização político-institucional, o Brasil enfrentou, nos seus anos iniciais, graves transtornos ligados à oposição entre princípios inovadores e conservadores. O próprio I Reinado foi interrompido pelas contradições de D. Pedro I – liberal ao proclamar a independência e autoritário na sua prática de governo – culminando com a abdicação de 7 de abril de 1831. Com isso, inicia-se o Período Regencial, um dos momentos mais conturbados da vida política nacional, quando, por diversas vezes e em diferentes regiões, esteve ameaçada a integridade do território brasileiro.

Tal época caracterizou-se por conflitos entre matizes políticos difusos e pouco definidos que se digladiaram em busca de ocupar o vazio político gerado a partir da abdicação. Em linhas gerais, esses grupos podiam ser identificados como: os exaltados, que representavam uma “esquerda” e tinham por objetivos a implantação de um sistema federativo e a obtenção de

¹ Texto elaborado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999. p. 57-103.

maiores poderes para o Legislativo, reunindo-se nas chamadas “sociedades federais”; os restauradores, eram os mais conservadores, representando uma “direita” e queriam o retorno de D. Pedro I ao trono, com uma monarquia forte e centralizadora, organizavam-se na Sociedade Conservadora da Constituição Jurada no Império do Brasil, mais conhecida como Sociedade Militar; e os moderados, que representavam o “centro”, buscando um equilíbrio entre as tendências dos grupos anteriores, reuniam-se na Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional. A falta de organização e até de uma identidade partidária interna, nos primórdios da política brasileira, levaram a constantes crises, além de naturais afastamentos e aproximações entre esses diferentes agrupamentos.

Junto a essa instabilidade político-partidária, o Período Regencial foi marcado por graves rebeliões provinciais, que tiveram como pano de fundo reivindicações em torno de maior autonomia, e, em alguns casos, exigindo melhores condições sociais. Foi nessa conjuntura revolucionária que, ao lado da Cabanagem, da Sabinada, da Balaiada, entre outras, enquadrou-se a Revolução Farroupilha, mais longo e grave dentre os conflitos regenciais. Mesmo que inserida no processo de revoltas regenciais, a Revolução Rio-Grandense de 1835 também esteve identificada com uma série de peculiaridades que marcaram a formação do Rio Grande do Sul².

² Contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004.

Nesse contexto, a Província passava por vários reveses devido à sua economia subsidiária, ou seja, fazendo parte de um país essencialmente agroexportador, visando ao mercado externo, tinha uma prática econômica limitada ao mercado interno, sendo seu principal produto, o charque, alimentação básica da escravaria nas províncias centrais, constituindo-se, assim, em termos econômicos, em uma periferia da periferia. Além disso, a economia rio-grandense encontrava como fatores limitadores o modelo de tributação ao comércio interno e externo por parte do Governo Central e a desigual concorrência dos produtos platinos, diante do que as lideranças rio-grandenses passaram a pleitear práticas protecionistas por parte do Império. Não atingindo seus objetivos através da negociação e apontando, como falhas do Governo Imperial a discriminação, a desigual distribuição de renda e o predomínio das províncias do centro-norte, aquelas lideranças partiram para a ruptura institucional e para a revolução.

A desconexão entre os interesses das autoridades centrais e os das elites locais, manifestada pela inconformidade das províncias em relação à centralização política do Império, constituiu um dos fatores essenciais para que se sucedessem as rebeliões regionais. Nem mesmo o Ato Adicional de 1834, que visava a dar maior autonomia às províncias, suavizou essa situação, principalmente porque os presidentes das mesmas continuaram sendo nomeados pelo Centro. A partir daí, as tensões agravavam-se, levando as lideranças da futura revolução rio-grandense a aprofundarem suas reivindicações, enraizadas na oposição federalismo X centralismo. Passaram a

defender, cada vez com maior veemência, a igualdade de tratamento entre as províncias, a reação contra qualquer tipo de discriminação e o combate à incompetência dos burocratas imperiais. Acusavam ainda uma aproximação do governo regencial com os conservadores, irregularidades constitucionais e violências que o mesmo governo teria cometido. Com isso, as relações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Governo deterioraram-se de forma crescente, evoluindo de uma prática “saneadora”, afastando um governante de “má” administração, ao estabelecimento de uma revolução com a quebra institucional e a fundação de uma república independente.

O discurso e as práticas dos líderes da Revolução Farroupilha tiveram evidente embasamento nos princípios liberais, que foram sintetizados de modo a servir aos interesses dos rebeldes, criando-se um liberalismo *sui generis* de acordo com os intentos daquelas lideranças rio-grandenses. Esse liberalismo serviu para que os farroupilhas legitimassem ideologicamente seus atos, buscando naquele ideário justificativas para a rebelião, como o direito à resistência contra os governantes de má atuação e a “opressão” do Governo Central; o “direito das gentes”, pela liberdade de expressão e pelas demais liberdades e garantias individuais; e o próprio direito à revolução. Essas práticas liberais não podem ser confundidas com preceitos democráticos, uma vez que as elites as quais chefiavam o movimento buscavam a garantia daqueles direitos para si próprias, não lhes interessando alterações nas estruturas sociais da Província. Desse modo, os rebeldes farroupilhas moldaram um pensamento liberal peculiar, com evidente conotação elitista, que serviu

para justificar suas posturas e atingir seus objetivos naquele determinado momento histórico.

A partir desse quadro, a Revolução Farroupilha estendeu-se por praticamente dez anos, apesar das constantes tentativas do Governo Central de debelar o movimento. Espalhando-se pela Província e chegando a empreender conquistas em Santa Catarina, os rebeldes estabeleceram uma república autônoma que seria, inclusive, organizada e legitimada a partir da montagem de um aparelho institucional e constitucional. O desgaste mútuo originado com a longa duração da guerra, levou a constantes tentativas de conciliação, mas o quadro revolucionário brasileiro só seria resolvido a partir de articulações que visaram ao encerramento da instabilidade política do país, culminando com o golpe da maioria e o estabelecimento de uma alternância no poder entre os grupos que começavam a se definir partidariamente, conseguindo-se até o final da década de 1840, promover a estabilização do país.

No sul, a pacificação estruturou-se a partir de uma série de concessões realizadas pelo Governo Imperial, motivadas pelas dificuldades na eventual continuação do movimento, a partir das relações de interdependência entre o Império e o Rio Grande do Sul, pois este carecia do mercado nacional para a colocação de seus produtos e aquele necessitava da Província pacificada, tendo em vista a sua importância estratégico-militar nas iminentes disputas com o Prata. A pacificação, selada sob o signo da conciliação e da concessão, não resolveu a maior parte dos problemas rio-grandenses, inclusive com a vitória do centralismo; o Rio Grande do Sul, porém, conseguira, de certa forma, mostrar sua relevância para a manutenção da

estabilidade do Estado Nacional Brasileiro. Ao fim do conflito, em 1845, passavam a predominar dois discursos, o da “paz honrosa”, pelo qual, os rio-grandenses não se consideravam derrotados e o da “brasilidade”, fundamentado na necessidade de reintegração da Província no todo imperial.

Nesse contexto, a imprensa teve papel preponderante na fermentação e desencadeamento da Revolução de 1835, bem como das demais revoltas regenciais³. Assim, mesmo antes da Revolução Farroupilha, os jornais já “viviam um período pré-revolucionário” no qual muitos deles já tinham sua posição definida, de um ou de outro lado, argumentando, combatendo, posicionando-se, enfim⁴. Desse modo, durante as origens da imprensa rio-grandense, “o que prevaleceu foi um jornalismo de caráter partidário” e “de orientação ideológica”, com o predomínio de “um sentido político, senão único, de qualquer forma o mais nitidamente demarcado, no Brasil daquela época”⁵.

³ Conforme: SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966. p. 150. e BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica: história da imprensa brasileira*. 4.ed. São Paulo, Ática, 1990. p. 65.

⁴ MACEDO, Francisco Riopardense de. *Imprensa farroupilha*. Porto Alegre, Instituto Estadual do Livro, EDIPUCRS, 1994. p. 26.

⁵ REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957 (segunda série). p. 116. e REVERBEL, Carlos. Evolução da imprensa rio-grandense. In: *Enciclopédia rio-grandense: o Rio Grande Antigo*. Canoas, Editora Regional, 1956. v. 2. p. 252.

A imprensa serviu, dessa maneira, como “aparelho institucional”, destacando-se “na organização do movimento, agrupando seus pensadores e lideranças”, não consistindo, pois, “exagero afirmar que a imprensa foi o bastidor intelectual da Revolução Farroupilha”⁶. Os jornais, no entanto, não serviam unicamente à causa farroupilha, surgindo diversas folhas favoráveis ao grupo legalista. Desse modo, tanto rebeldes como governistas organizaram uma série de periódicos, através dos quais defendiam suas ideias e atacavam-se mutuamente, de forma que nem mesmo a recente legislação de imprensa, expressa no Código Criminal do Império, obteve êxito para coibir os excessos

Sobre o caráter essencialmente político da imprensa rio-grandense em suas origens, observar também: VIANNA, Lourival. *Imprensa gaúcha (1827-1852)*. Porto Alegre, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa, 1977. p. 35.; DILLENBURG, Sérgio Roberto. *A imprensa em Porto Alegre de 1845 a 1870*. Porto Alegre, Sulina, Associação Rio-Grandense de Imprensa, 1987. p. 7.; SCHNEIDER, Edgar Luiz. *Imprensa sul-rio-grandense nos séculos XIX e XX*. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre, Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962 (quinta série). p. 84.; FRANCO, Sérgio da Costa. *A evolução da imprensa gaúcha e o Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n. 131. Porto Alegre, 1995. p. 33-34.; e FLORES, Moacyr. *O Artilheiro - a imprensa na Revolução Farroupilha*. *Correio do Povo*. Porto Alegre, 24 nov. 1973. p. 16.

⁶ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *O nascimento da imprensa no Rio Grande do Sul*. *Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS*. Porto Alegre, Ed. da UFRGS, 1985. p. 122. e RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1993. p. 15.

de parte a parte. Em muitos casos, “a criação de um determinado jornal se devia basicamente à necessidade de resposta de um grupo em relação a seu opositor, em um processo de ação e reação que multiplicou o número de folhas através da Província”⁷, desenvolvendo-se a prática de um jornalismo eminentemente opinativo.

Esse processo também se fez sentir na cidade do Rio Grande, onde floresceram diversos jornais com maiores ou menores vínculos ao movimento rebelde, notadamente no período que antecedeu e marcou os primeiros anos da Revolução, bem como naquele dos últimos momentos do conflito. Foram então publicados desde um jornal identificado com os farroupilhas até folhas vinculadas aos legalistas, assim como periódicos que buscaram uma posição de equidistância e neutralidade e, de meados até o final do movimento rebelde, de conciliação e pacificação.

No caso da imprensa afinada com o ideário farroupilha, circulou na cidade do Rio Grande, um dos jornais mais antigos da Província do Rio Grande do Sul, *O Noticiador*, que teve seu primeiro número editado a 3 de janeiro de 1832, sendo seu proprietário, editor e redator Francisco Xavier Ferreira⁸; além do qual, o

⁷ ALVES, Francisco das Neves. A imprensa rio-grandina nos primórdios da Revolução Farroupilha. In: *Anais da XV Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*. Curitiba, SBPH, 1996. p. 153.

⁸ Francisco Xavier Ferreira (1776-1838) veio para a então Vila do Rio Grande no início do século, estudando e tornando-se boticário, derivando-se daí seu apelido (“Chico da Botica”), sendo considerado homem de cultura e erudito para os padrões da época e do lugar. Ingressou na carreira política, principalmente a partir de sua atuação nas sociedades

periódico teve como redatores Guilherme José Corrêa, que logo abandonaria sua função, fundando *O Observador* e o padre Bernardo José Viegas⁹. *O Noticiador*

maçônicas. Foi eleito deputado na primeira Junta Provisória do Rio Grande do Sul, em 1822 e, na mesma época, delegado rio-grandense junto ao Regente D. Pedro, por ocasião do “Fico”. Foi membro da Câmara Municipal Rio-Grandina, deputado na Assembleia Geral, fundador e primeiro presidente da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, na cidade do Rio Grande e presidente da Sociedade de Beneficência, na mesma cidade. Durante o acirramento da crise política, encontrava-se como deputado na Assembleia Provincial, a qual também presidiu, e suas posições eram de aproximação com os futuros revolucionários. Tendo em vista suas convicções político-partidárias, foi preso e pereceu no cárcere, no Rio de Janeiro, a 23 de abril de 1838. Dados obtidos a partir de: FONTOURA, Edgar. Francisco Xavier Ferreira: resumo de um estudo. *Rio Grande*. Rio Grande, 27 jun. 1935. p. 17-18.; VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre, Globo, 1933. v. 1. p. 287.; e ALVES, Francisco das Neves. Um “escritor público” na cidade do Rio Grande à época da Revolução Farroupilha. In: ALVES, Francisco das Neves & TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Ensaio de História do Rio Grande do Sul*. Rio Grande, FURG, 1996. p. 33-35.

⁹ O padre Bernardo José Viegas (1792-1833) era português de nascimento, no Brasil, foi caixeiro e, após os estudos, assumiu a carreira eclesiástica. Chegou na Vila do Rio Grande em 1824, atuando como presbítero secular e professor particular de primeiras letras; foi também promotor público, inaugurador e professor na Escola de Ensino Mútuo. A exemplo de Xavier Ferreira, era maçom e atuou na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional e na Sociedade de Beneficência. Acabou assassinado, por motivos políticos, em 3 de outubro de 1833. Dados obtidos a partir de: BARRETO,

autoproclamava-se como um “jornal político, literário e mercantil”, possuía quatro páginas e era publicado duas vezes por semana, sendo sua assinatura vendida a 4\$000 por semestre e o número avulso custava 80 réis, possuindo tipografia própria. A publicação adotava como dístico a frase *“la liberté est la mère des vertus, de l’ordre et de la dureté d’un état; l’esclavage au contraire, ne produit que des vices de la lâcheté, et de la misère”*.

No “Prospecto”, publicado no primeiro número, o periódico apresentava os seus objetivos, dentre os quais, o principal era defender os princípios do “7 de Abril”, pois, segundo o jornal, os intentos da “Revolução de 7 de Abril”, em outras palavras, a abdicação de D. Pedro I, de eliminação dos governos “tirânicos”, não tinham sido atingidos:

Depois que a mais memorável e gloriosa das revoluções (...) nos libertou da odiosa tirania de um governo só interessado em atrasar o edifício de nossa nascente prosperidade, qualquer [um] poderia pensar que ia aproximar-se o ditoso momento de ver remediada ou pelo menos minorada parte dos males que, por mais de três séculos , pesavam sobre [o] povo (...); e que, debaixo de um governo eleito pelos escolhidos da Nação, iríamos saborear tranquilos as preciosas vantagens das nossas livres instituições. Desgraçadamente, porém, tão lisonjeiras esperanças foram logo frustradas no princípio da nova ordem de coisas; e o Brasil (...) não goza (...)

Abeillard. *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*. Porto Alegre, Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986. p. 110.

daquele estado de perfeita tranquilidade, tão necessário para seu melhoramento e felicidade.

Ainda ao apresentar-se, de acordo com os princípios liberais, defendia o afastamento dos governantes de má administração, criticando os “homens que, sem algum outro mérito mais que uma ascendência momentânea, adquirida pelo brilho aparente de um zelo quimérico e pela ostentação de um falso patriotismo”, se reputavam “com o direito de tudo pretender, embora não possuíssem os recursos necessários para dirigirem as molas da pública administração, nem mesmo aquelas virtudes cívicas que devem fazer o ornato de todo o bom cidadão”. Defendia também o “direito à revolução” dos povos, contra aqueles governantes, argumentando que “os que se distinguiram pela importância do verdadeiro mérito” não poderiam “deixar de sublevar-se e opor-se” àqueles.

Também no “Prospecto”, a redação afirmava que era o “amor pela liberdade” que a levava “a detestar toda a espécie de tirania” e que somente havia tomado sobre seus “ombros a penosa tarefa de escritor público” devido ao “desejo de ver o país livre de todas as dissensões e rivalidades, que retardavam o andamento de sua prosperidade” e à obrigação de contribuir “para o melhoramento e ventura da sociedade”. O “Prospecto” era finalizado com o anúncio dos objetivos editoriais do periódico o qual buscava, “sempre que possível, transcrever notícias) dos diferentes pontos do Império e dos países estrangeiros”; anunciar “as embarcações entradas e saídas” do porto do Rio Grande; dar “o preço corrente dos gêneros e o estado do câmbio”; e lembrar das “medidas e instituições” julgadas “a bem da causa

pública” e da Província. Ficava assim demarcada a intenção dos redatores de também contemplar os interesses da Vila do Rio Grande ligados ao comércio.

Segundo *O Noticiador*, o “escritor público”¹⁰ exercia uma importante função social, considerando os jornais como “o veículo mais pronto para se derramarem as luzes e propagar-se a instrução” (18 jul. 1833). Ao completar seu primeiro semestre, a redação do periódico reafirmava essa função:

Quando à custa de alguns sacrifícios e despesas, mandamos vir a nossa imprensa, só tivemos em vista espalhar a instrução que, sem liberdade de escrever, é sempre escassa; e quando tomamos sobre nós a redação desta folha, consultamos antecipadamente o nosso préstimo e, apesar de o julgarmos pequeno, para o ministério de escritor público e insuficiente para influir na opinião geral, contudo, nós confiamos na pureza de nossas intenções e na benignidade dos nossos leitores e julgamos que a moderação e decência da nossa linguagem, da qual fazemos alarde, nos serviria de escusa e desculpava nossa audácia. (26/6/1832)

Os preceitos liberais apresentados no “Prospecto” efetivamente regeriam as posturas políticas do jornal

¹⁰ Para Francisco Rüdiger, nessa fase, “a figura do *jornalista* ainda não tinha estatuto definido. O emprego da expressão não era comum, prevalecendo, até meados do século a de *escritor público*, mais adequada ao cunho político-literário do jornalismo da época”. RÜDIGER, 1993. p. 19. Os próprios redatores dos periódicos, à época, autodenominavam-se como “escritores públicos”.

através de sua existência. Um dos objetos mais abordados pelo periódico era a liberdade, enaltecida como princípio fundamental à existência de uma sociedade. Assim, a liberdade era considerada como uma herança a ser transmitida entre as gerações e apontada como “inalienável”, sendo que “uma vez conquistada seria imperdível”; confirmava a necessidade de “conservação dessa liberdade”, por ser “mais preciosa cem vezes que a fama, mais estimável que a fortuna e de mais valia que a frágil existência” (1º abr. 1833). Afirmava ainda que a liberdade era “para o corpo social o mesmo que a saúde para cada indivíduo, se o homem perdesse a saúde, não gozava mais de algum prazer do mundo, e se a sociedade perdesse a liberdade, desfalecia e nunca mais encontrava a verdadeira felicidade” (24 jul. 1834).

Demonstrando uma visão mais global e não só restrita à situação nacional, *O Noticiador* criticava as forças conservadoras e restauradoras que pretendiam eliminar o avanço revolucionário-progressista, o qual tomava corpo, àquela época, em nível internacional, como nestas duas manifestações:

- Porém os absolutistas disfarçados, os retrógrados recolonizadores, a lisonjeira aristocracia (...) clamam que o mundo está na sua última crise, que tudo perecerá se não se procurar um meio de deter o espírito da revolta e afogar a excessiva mania de liberdade, que tem exaltado os povos de ambos os hemisférios. Ora, à vista de tão absurda e injuriosa proposição, que devemos fazer? Rir desses miseráveis, que julgam que (...) pode deter-se e paralisar-se (...) os interesses e a liberdade do gênero humano, que estando em

marcha, não pode e nem deve retrogradar. (1º abr. 1833)

- Em vão os tiranos se ligam contra os povos, estes se libertam e o que primeiro o conseguir, desempenhará a augusta missão de libertador da Terra. Nós não queremos a igualdade somente para nossos cidadãos; o gênero humano forma uma só família: os homens, em qualquer clima que habitem, são irmãos. Liberdade para todos! Emancipação para ambos os mundos! (18 jun. 1834)

Na mesma linha, o jornal atacava o absolutismo através de constantes críticas aos “tiranos”, com afirmações como: “a força dos tiranos existe na paciência e aviltamento dos povos”; “quando os tiranos conseguem os seus fins, sacrificam a todos os que facilitaram os seus sucessos”; e “os abusos da força estão gravados com caracteres de sangue nas páginas da história” (11 jul. 1833). Ou ainda em outra frase a qual dizia: “a nação que cede a um homem o poder absoluto, dá-lhe o direito de ousar tudo e impõe a si própria a necessidade de tudo sofrer” (6 nov. 1834). Nesse quadro, de oposição liberdade X tirania, o “7 de Abril” era sempre comemorado como data máxima do jovem país, sendo considerada como vitória da primeira¹¹.

¹¹ No *Noticiador* eram sempre divulgados e promovidos os festejos daquela data, com matérias e versos sobre a mesma, como este “mote ditoso”, publicado em 22 de abril de 1833: “Salve dia, imortal dia/ Da nossa regeneração/ Salve glória da nação/ Assombro da tirania/ Sim oh! dia de ufanía/ Honra e glória do Brasil/ Salve dia tão gentil/ Dia do prazer imenso/ Salve dia tão intenso/ Ditoso Sete de Abril/ Neste dia de

Ainda de acordo com os princípios liberais, O *Noticiador* arvorava-se em defensor público, propondo-se a “vigiar os abusos e injustiças de qualquer autoridade” e a “advogar os interesses públicos” (27 jan. 1832). Defendia também que “as reformas políticas não se estabeleciam sem agitações” e que “quando a maioria da nação” reclamava por reformas, “os mandatários do povo estavam autorizados e deviam satisfazer a vontade nacional” (13 ago. 1832). Ficava, porém, evidenciada a visão liberal que o jornal possuía a respeito do termo “povo”, concebendo-o como a elite “escolhida” que representaria a nação. Assim, definia monarquia representativa como “o governo do rei e da maioria”, mas “não da maioria numérica de um grande povo, espalhado sobre um vasto território”, e sim, “a maioria das Assembleias, nas quais residia o direito de tomar as deliberações que concorriam a exprimir o voto nacional” (20 maio 1833). Às vésperas do início da Revolução de 1835, a folha destacava que o grupo dos liberais se compunha “dos homens que nos tempos em que era

heroísmo/ No dia Sete de Abril/ Cedeu o bando servil/ Baqueou o despotismo/ Venceu o patriotismo/ Os laços da hipocrisia/ Sucumbiu a sorte ímpia/ Desses vis restauradores/ Neste dia de mil flores/ Pereceu a tirania”. Segundo Arnaldo Contier, “a abdicação de D. Pedro I (...) representou, para a maioria dos redatores e políticos profissionais desse momento histórico, uma autêntica ‘revolução’”, propiciando “uma relativa liberdade de imprensa, proliferando os periódicos (...) que refletiam as mais diversas opiniões ou atitudes políticas”. CONTIER, Arnaldo D. *Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842): matizes do vocabulário político e social*. Petrópolis, Vozes; Campinas, UNICAMP, 1979. p. 13.

delito pensar livremente e suspirar pelas liberdades públicas, souberam sustentar com arrogância e valor os direitos do povo”; “dos verdadeiros amigos e sustentadores do 7 de Abril”; “da maioria da Província”; e “da parte homogênea dos brasileiros natos, únicos verdadeiramente interessados no adiantamento e prosperidade do solo brasileiro” (20 ago. 1835).

A participação dos redatores de *O Noticiador* na Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional levava a uma constante cobertura das atitudes e pronunciamentos dessa sociedade tanto no Rio Grande, como em outras localidades da zona sul da Província (principalmente São Francisco de Paula) e no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, o jornal dedicou-se profundamente a combater os restauradores, elegendo-os como os maiores “inimigos” do país, chamando-os de “caramurus pedristas”, os “amigos das coisas velhas” (19 jun. 1832); ou ainda de “califa caramuruana”, que pretendia “a volta de seu novo D. Sebastião”, e afirmava que os brasileiros preferiam “mil mortes a ver restaurado o império do déspota sobre as ruínas da liberdade” (1º abr. 1833). A alusão ao sebastianismo português, onde D. Pedro I seria o “novo D. Sebastião”, também se fazia sentir na denominação de “seita marroquina-caramuruana-restauradora” (21 jan. 1834), imputada aos restauradores. Desse modo, o jornal rio-grandino fez campanha aberta contra a possibilidade daquele grupo estabelecer uma “Sociedade Militar” no Rio Grande do Sul, anunciando a necessidade de manter a vigilância diante de um “inimigo manhoso”, cujas intenções só não seriam entendidas por aqueles que “de alguma maneira pertencessem ao mesmo bando daqueles miseráveis” (24 jan. 1833); bem como alertava

que a restauração “já batia à porta” e os “malvados” já tinham “alistado as vítimas, enumerado os proscritos e decidido da sorte dos infelizes liberais” (12 mar. 1834). Assim, em nome da defesa pública, conclamava a população a reagir contra o fortalecimento daquele grupo:

Rio-grandenses! Não durmamos com o melodioso canto daqueles, que, quais morcegos, abanam as asas, para melhor nos poder tirar a substância que nos resta: não consintamos que se instale na nossa Província a Sociedade Militar, que de Militar não tem senão o nome. (28/12/1833)

Rio-grandenses! (...) [cumprimos] o nosso dever como escritor público, noticiando-vos a chegada de pessoas que a opinião geral do Brasil aponta como nossos inimigos e das nossas instituições liberais (...). A vós cabe redobrar a vossa vigilância e estar continuamente alerta sobre esta visita. (21 jan. 1834)

Nesse quadro, D. Pedro I, considerado como “príncipe estourado, imoral e inepto” (13 set. 1832), tornou-se alvo de ferrenhas críticas por parte de *O Noticiador*:

Este príncipe que talvez fosse fadado pela natureza para grandes coisas, recebeu a pior educação possível e bebeu, com o primeiro leite, todas as lições de despotismo, de corrupção de sensualidade. Os seus primeiros anos foram passados no ócio e em prazeres brutais que o tornavam habitualmente incapaz de dar um momento de atenção ao mais sério negócio do

Estado. A sua vida é um tecido de extravagâncias, de versatilidades e de desatinos. Para empolgar o Trono do Brasil (...) ele se fingiu o príncipe mais dadivoso, mais liberal e filósofo de quantos nos oferece a história; [enganou] facilmente a crédula sinceridade dos brasileiros, soube fazer-se nosso ídolo, até que largando pouco a pouco a pele de ovelha de que se enfeitara, mostrou-se qual era um tigre sanhudo e sequioso de reduzir o Brasil ao seu jugo extravagante e dos seus lusitanos. (22 dez. 1834)

De acordo com essa forma de pensamento e tendo em vista as cisões políticas que fermentavam a revolução no Rio Grande do Sul, *O Noticiador* defendeu abertamente os farroupilhas¹², rebatendo acusações de outros periódicos sobre o envolvimento de lideranças da futura revolução com movimentos rebeldes no Uruguai

¹² Segundo Alfredo Ferreira Rodrigues, Xavier Ferreira foi envolvido no conflito farroupilha pelo que se poderia considerar como força das circunstâncias, pois, para o autor, Ferreira era “homem (...) de ideias liberais e partidário do 7 de Abril”, porém, “viu-se envolvido na revolução, sem nunca ter cogitado da república”. RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul. *Diário do Rio Grande*. Rio Grande, 16 out. 1898. p. 2. Tendo por base os pronunciamentos de *O Noticiador*, Edgar Fontoura afirma: “lendo por esta cartilha, não admira que o velho liberal se faça, dentro de pouco tempo, farroupilha extremado e que aceite, sem contrariedade o imperativo do separatismo e da república”. FONTOURA. p. 17. Mesmo que não fosse um “extremado”, as ligações de Xavier Ferreira com os princípios norteadores da futura revolução ficam demarcadas desde as origens de sua carreira política e como “escritor público”.

(8 nov. 1832), e demonstrando grande admiração pelo Coronel Bento Gonçalves, considerado como militar portador de “dignidade e respeito”, além de “sagacidade política”, sendo um “cidadão que soube cooptar a atenção, benevolência e estima geral” (4 jan. 1834). Com a deflagração da revolta, em setembro de 1835, a aproximação da folha rio-grandina com os rebeldes ficava ainda mais evidente, referindo-se ao “digno lugar na história” que deveria ser reservado à “feliz revolução provincial de vinte de setembro” (3 nov. 1835); ou ainda, aos “acontecimentos extraordinários e memoráveis” que marcaram a “gloriosa revolução de vinte de setembro”, ocorrida em um “dia salvador”, no qual “tantos e tão denodados cidadãos liberais continentistas de diferentes lugares, deram começo a salvar a pátria do governo opressivo e antinacional” (6 nov. 1835). O jornal passava, a partir de então, a publicar constantemente as proclamações, correspondências oficiais e mensagens militares dos revolucionários.

Em número extra (Extraordinário N° 3) de outubro de 1835, *O Noticiador* publicou a “fala” que Francisco Xavier Ferreira, então deputado provincial, proferiu à entrada de Bento Gonçalves da Silva na cidade do Rio Grande, saudando esse líder, em nome dos “patriotas da cidade”, dos “rio-grandenses livres” e do “fraco órgão” de sua propriedade e acusando as atitudes das forças legalistas, quando sediadas no Rio Grande:

O intruso depois que vergonhosamente fugiu da capital, veio com a sua clientela acoitar-se nesta cidade, aonde, encontrando alguns do seu infame partido (...) pode, com outros tais da

cidade de Pelotas, fazer-se forte por alguns dias, cometendo as mais graves arbitrariedades, injustiças e dissipações, quais as que costumam praticar desumanos conquistadores em tais circunstâncias.

O conteúdo do Extraordinário N° 3 demarcou claramente a postura pró-farroupilha de *O Noticiador*, através de seu proprietário e redator Xavier Ferreira, que conclamou Bento Gonçalves a tomar a cidade, tendo em vista o iminente perigo do fortalecimento dos legalistas, chegando a oferecer todo o auxílio a seu alcance para a efetivação desse objetivo:

Cidadão Comandante, e briosos defensores da liberdade! Entrai! Apressai-vos a concluir a vossa obra. O tirano e seus sequazes emigrados ainda nos ameaçam, ainda estão perto de nós; é preciso arremessá-los para longe (...).

Contai, compatriotas, com a nossa fraca cooperação e com os nossos pequenos recursos, na certeza que esta oferenda voluntária nasce de corações generosos.

Cidadão Comandante! Compatriotas e amigos! Aceitai as felicitações que vos dirigem pela minha débil voz os rio-grandenses livres, que cordialmente reconhecem e são gratos às vossas fadigas, a tantos sacrifícios!

A publicação de *O Noticiador* foi interrompida por diversas vezes, tendo em vista os deslocamentos de Xavier Ferreira à Porto Alegre, para assumir suas funções parlamentares na Assembleia Provincial, ou ainda, devido à presença do governo legalista na cidade

do Rio Grande. A extinção do jornal ocorreu em fevereiro de 1836, com o aprisionamento de seu proprietário, devido a seus vínculos políticos, e o seu falecimento no cárcere.

Na cidade do Rio Grande, foram também editados periódicos legalistas e frontalmente antirrevolucionários, sustentados por particulares ou mantidos diretamente pelas forças governistas, que tinham em vista combater as ideias e práticas dos promotores da Revolução Farroupilha, bem como fazer frente às folhas defensoras dos princípios destes.

O Mercantil do Rio Grande foi um desses jornais, lançado em outubro de 1835, por Sabino Antônio de Souza Niterói¹³. Tinha quatro páginas e sua circulação dava-se duas vezes por semana; com tipografia própria, sua assinatura semestral custava 4\$000. Publicava anúncios, sendo os dos assinantes inseridos gratuitamente, e os dos demais por 100 réis a linha. Sua divisa era “O comércio é a fonte inesgotável que traz a abundância ao Estado e recompensa o trabalho e a indústria”.

Esse periódico tinha uma grande preocupação com a transcrição de notícias da Corte, do exterior e da capital da Província, assim como dos atos oficiais do

¹³ Sabino Antônio de Souza Niterói nasceu no Rio de Janeiro e faleceu no Rio Grande, no dia 12 de janeiro de 1852, com 42 anos de idade. Dedicou-se à função de escritor público, tendo editado, também na cidade do Rio Grande, a *Folha Mercantil da Vila do Rio Grande do Sul na Província de São Pedro* (1832-1835) e *O Telégrafo* (1846-1847), dos quais não foram encontrados exemplares, além de *O Conciliador* (1840-1841). Dados obtidos a partir de: BARRETO, 1986. p. 119.

governo, além publicar uma razoável quantidade de anúncios, se comparado com os demais jornais da época. As manifestações de cunho político de *O Mercantil do Rio Grande* demonstravam uma posição fortemente contrária à Revolução e aos revolucionários:

Rio-grandenses! Já os inimigos irreconciliáveis do Continente, aqueles que juraram perdê-lo para sempre (...) empunham as armas contra o governo legal e contra os propugnadores da ordem e das nossas instituições. Não tendo força física suficiente para resistirem ao espírito público da Província, valendo-se da violência para constranger a entrar nas suas fileiras a quantos encontram de qualquer classe ou condição que seja; não tendo força moral para dirigirem os ânimos da maioria da população para o seu desastroso sistema, valem-se das armas do terror, da intriga e enganos, para conter os timoratos, fascinar os incautos e fazê-los cair nas ardilosas ciladas. Compatriotas! Não vos deixais iludir; cerrai os ouvidos a quantos embustes e calúnias vos pregarem esses homens mal intencionados; escutai só os brados da razão e da justiça proferidos por todos os homens de bem. (24 fev. 1836)

As próprias notícias divulgadas por esse jornal se caracterizavam pela postura antirrevolucionária, como uma publicada em suplemento especial de julho de 1839, tratando os rebeldes como ladrões e venais, acusando o ataque de uma “partida de farrapos” a determinada localidade, onde foram “saqueadas as casas” e muitos dos moradores “presos e depois soltos por dinheiro”;

destacou ainda que aqueles “quiseram também roubar a Recebedoria Pública”, mas foram contidos por entendimentos com autoridade local. Nessa linha, *O Mercantil do Rio Grande* não poupava críticas ao que considerava como os “anarquistas”, defendendo a legalidade inclusive através de versos¹⁴. Ao referir-se aos líderes em confronto, tratava os militares legalistas como “bravos e distintos brasileiros”, que “nunca capitularam com os anarquistas”, tendo “constantemente sido pugnadores da honra da Província”, enchendo “de espanto e terror as fileiras anarquistas” e encerrava com o enaltecimento: “honra e glória a estes bravos da

¹⁴ Em 25 de abril de 1836, foi publicado o seguinte “soneto”: “A teus pés cara pátria, arqueja, expira/ O negro monstro da democracia/ Ante os régios degraus da monarquia/ Sufocado dragão, a língua estira/ Eu já vejo queimar na *Sacra Pira*/ As despontadas lanças da anarquia/ Cair por terra ingrata rebeldia/ Do feroz *Corifeu* que *Alecto* inspira/ A causa da razão não se aniquila/ Augusto templo da legalidade/ Não se abate ao poder do novo Sila/ Parabéns te dou oh! Majestade/ Que o Brasil não recua, não vacila/ Ao demagogo aspecto da igualdade”. No mesmo dia, apareciam também essas “Profecias de um velho cacique”: “Vós oh! gentes futuras/ Escutai as minhas trovas/ Se vos parecerem duras/ Consultai, tirai as provas/ Acharei verdades puras/ Passada a era de mil/ Depois de mil maravilhas/ Lá nos confins do Brasil/ Um bando de farroupilhas/ Dará o pasto ao gênio vil/ Gente cruel de verdade/ Formará o infame bando/ No peito tendo a crueldade/ Irão tudo destroçando/ Ao doce som - liberdade - / Ai de tantas desgraças/ Famílias espavoridas/ Deixando suas moradas/ Por fugir aos patricidas/ De seus lares desterrados/ De meus olhos corre o pranto/ Turva-se a vista serena/ Cheio de assombro e de espanto/ Mal posso reger a pena/ Ao lembrar-me estrago tanto”.

legalidade e guerra de morte aos anarquistas” (25 abr. 1836).

A não aceitação, por parte de *O Mercantil do Rio Grande*, do movimento rebelde levava-o também a atacar as autoridades coniventes com o mesmo, criticando as negociações comerciais entre legalistas e rebeldes, consideradas como uma das causas da continuidade da rebelião e defendendo a extinção de qualquer relação comercial com os “inimigos”:

...quanto tem sido proveitosa aos rebeldes a fraqueza com que as nossas autoridades toleram que legalistas negociem com os inimigos da causa, pois que, em troca do gado que nos vendem, recebem eles dinheiro e outros muitos gêneros de que tanto necessitam e com [isso] se habilitam para melhor resistirem, porque nada entra nem sai do território da denominada república, sem que pague os respectivos direitos nas suas coletorias. Uma das causas que tem contribuído muito para a prolongação da luta que nos dilacera é, sem dúvida nenhuma, o escandaloso comércio que se faz com os rebeldes. (...)

Ora, se fazemos realmente a guerra aos anarquistas, é preciso não consentir semelhante comércio, porque dele só tiram proveito os nossos inimigos e os que traficam com eles, perdendo muito com isso a causa pública. (...) Nada de comércio aos farrapos; é injustiça revoltante sofrerem tantos legalistas as privações da guerra, enquanto outros se estão enriquecendo escandalosamente. (29 jan. 1840)

Pouco antes do encerramento de sua circulação, *O Mercantil do Rio Grande* analisava a ascensão de D. Pedro II ao trono, como a solução para os problemas do país e o caminho para o fim da Revolução:

Quando o sol de 23 de julho viu o sr. D. Pedro II, sentado no trono de seu país, exercer pela primeira vez a plenitude de seus poderes políticos, quase murchas esperanças reverdeceram, (...) o demônio da ambição chorou com lágrimas de fogo a sua queda no abismo; o Brasil começou a beber na taça das nações felizes as auras da vida que tanto almejava e erguido do leito de dor em que jazia saudou (...) o monarca generoso que lhe foi doado pelo céu para o conduzir a seus altos destinos. (21/10/1840)

O Golpe da Maioridade foi decisivo para o destino de *O Mercantil do Rio Grande*, que circulou até 21 de novembro de 1840, passando o seu redator a uma mudança de postura e estratégia política, pregando a harmonização dos confrontos através de *O Conciliador*.

Outro jornal de tendência governista surgiu com o estabelecimento das forças legalistas na cidade do Rio Grande, lideradas pelo Presidente da Província José de Araújo Ribeiro, que buscou fundar um periódico para defender os interesses governamentais, fazendo circular *O Liberal Rio-Grandense* a partir de 29 de dezembro de 1835, tendo como redator principal o Secretário da Presidência, major Matheus Gomes Vianna.

Conforme a maioria dos jornais em circulação, possuía quatro páginas e circulava duas vezes por semana, sendo impresso na Tipografia do *Mercantil* e sua assinatura trimestral era vendida a 2\$000. Em

consonância com seus objetivos, o jornal tinha por lema uma frase de exortação pública: “A nossa liberdade, honra e existência política estão em perigo: Rio-grandenses, salvai a pátria!”.

Para Alfredo Ferreira Rodrigues, *O Liberal Rio-Grandense* “foi um auxiliar inestimável, discreto e sincero” da política de Araújo Ribeiro “e a ele se devem em parte muitos de seus sucessos”¹⁵. Os objetivos do periódico ficariam declarados na “Introdução”, publicada no primeiro número, onde apresentava-se como um jornal da ordem e atacava os “princípios subversivos” dos rebeldes:

O estado político em que vemos a nossa Província; a necessidade de combater os princípios exagerados e subversivos da ordem social (...); a falta que temos observado no jornalismo provincial de uma folha que tenha por objetivo defender o sistema estabelecido e jurado pela Nação Brasileira; a todas essas considerações nos vão lançar na arena política (...). Tendo mais em vista prestar algum serviço à nossa pátria do que ostentar de literatos, anima-nos a prosseguir no nosso projeto, contando com a indulgência dos nossos leitores, que, apreciando devidamente a sinceridade do nosso patriotismo, desculparão as faltas que encontrarem na redação do nosso jornal.

¹⁵ RODRIGUES, Alfredo Ferreira. Notas para a história da imprensa no Rio Grande do Sul. In: *Almanaque do Rio Grande do Sul para 1900*. Rio Grande, Livraria Americana, 1899. p. 249.

Também na “Introdução”, o jornal prometia “respeitar as pessoas e a vida privada do cidadão” e garantia que “todas aquelas correspondências que tivessem por fim manter intrigas particulares” seriam desprezadas. Esses princípios foram, de certa maneira, deixados de lado, quando se tratou de criticar algumas das lideranças farroupilhas. Além disso, o periódico condenava a acomodação e exortava o povo à participação:

Todo o rio-grandense que ama sinceramente a sua pátria, todo o rio-grandense que não olha estupidamente para os males que nos preparam esses desorganizadores, que parecem ter recebido do gênio do mal as chaves do inferno para entregar-nos às fúrias, não é sem dúvida indiferente à nossa situação assustadora, nem pode proferir essas palavras profundamente criminosas “que me importa?” Que série de calamidades nos aguarda (...) se a doutrina [dos rebeldes] não for enérgica e unanimemente repelida pelos homens da lealdade!

Segundo o periódico, o “jornalista” tinha “um dever altamente imperioso” de utilizar “a linguagem da razão e da verdade, em toda a sua nudez e singeleza”, dissipando “as nuvens da ilusão” e iluminando “o caminho glorioso trilhado pelos campeões da liberdade legal” (19 fev. 1836). Seus responsáveis consideravam-se “inimigos da impostura e da imoralidade”, declarando “guerra interminável aos anarquistas” e buscando “desmascarar a perfídia e rasgar o manto da hipocrisia”, por eles imputados aos rebeldes (13 fev. 1836).

A folha governista criticava a todos que “ousassem anarquizar o Império, propondo inovações perigosas e contrárias ao voto bem pronunciado da parte sensata da Nação, que só almejava por tranquilidade e sossego para marchar aos seus altos destinos” (30 abr. 1836). Também questionava o quanto a rebelião estava custando e ainda haveria de custar à Província, bem como perguntava quem poderia ser “assaz perverso e degradado” para querer “associar-se aos que banharam suas vestes no sangue de seus irmãos; a salteadores reconhecidos por tais, olhados pelas famílias com mais horror do que os mais famosos assassinos que avultavam nos anais dos bandidos” (11 maio 1836).

Um dos maiores intentos de *O Liberal Rio-Grandense* foi o de mostrar ao público uma imagem completamente desfavorável dos rebeldes. Assim, atacava as práticas dos farroupilhas, apresentando-os como “hordas de bárbaros rivalizando com os antigos hunos”, que destruíam “os produtos dos suores de muitos anos”, através “do roubo, do incêndio, do fratricídio”, apontados como “feitos comuns dos canibais” (16 abr. 1836). No jornal, os rebeldes apareciam também como “horda cruelíssima de bandidos”, que buscavam saciar “a sede de latrocínio e de carnagem, que as entranhas lhes afogueavam” (20 ago. 1836). Além disso, considerava que “o homem corrompido e feroz, no meio de uma guerra civil entregava-se sem freio aos excessos” e, arrastado por “suas paixões execráveis”, punha “em prática os atos mais aviltantes e indignos”, como vinha acontecendo com os promotores da Revolução (5 out. 1836).

Os pronunciamentos dos rebeldes também eram criticados pelo jornal legalista ao afirmar que a leitura

dos escritos e proclamações daqueles, demonstrava “toda a futilidade das razões que apresentavam para colorir seus crimes, invocando o nome sagrado da liberdade” (24 ago. 1836). Declarava ainda, quanto ao “partido dos malvados”, que “ninguém lhes ganhava em mentira, atrevimento, astúcia e ousadia” (12 mar. 1836); e que “a tática do partido republicano era a de por em jogo todos os prestígios da arte de enganar” (26 jan. 1836). Para o jornal, “por baixo do terreno que os rebeldes pisavam, ficava o abismo” (13 jul. 1836), havendo, na Província, “duas sortes de homens”, os governistas, “fiéis a seus juramentos, seguindo a bandeira da legalidade” e que “tudo sacrificavam à mais santa das causas, a da salvação da honra e prosperidade da pátria”; e os farrapos, que “sacrificavam esta mesma pátria a seus peculiares interesses” (27 fev. 1836). Nesse quadro, o líder farroupilha Bento Gonçalves foi duramente atacado:

... compatriotas, patenteai os vossos corações ao ingresso da verdade. (...) Ide arrancar a máscara do traidor Bento Gonçalves; olhai de perto para aquele semblante, espelho de uma alma onde se acoitam as fúrias; olhai para esse rosto, aonde a vergonha jurou não assomar, aonde a mais horrenda traição e as paixões infames estão vivamente retratadas. Meditai nos feitos desse monstro e no suplício que pode equivaler aos crimes de que se tem coberto. (...) Que merece o canibal cujo plano é nada menos do que, para reinar sem obstáculo, fazer passar seu carro de triunfo sobre os cadáveres esmagados dos rio-grandenses. (14 maio 1836)

O Liberal Rio-Grandense publicou constantemente os manifestos de Araújo Ribeiro, como a declaração na qual o Presidente conclamava a população da cidade do Rio Grande a resistir à invasão dos rebeldes, acusando-os de pretender desmembrar a Província “da Associação Brasileira” e de estar vindo para “reduzir à consternação e à desgraça esta florescente cidade”, sendo necessária a defesa “da honra, das famílias e propriedades”. O Presidente da Província alegava que a manutenção daquela localidade seria decisiva para os destinos do conflito, não devendo o povo temer ao “pequeno bando de anarquistas, engrossado com gente forçada e reunida sob pena de morte”; e concluía confirmando que a vitória da resistência levaria ao triunfo da causa legalista (8 jun. 1836).

Uma das tônicas do periódico governista era o apelo à manutenção da integridade territorial e política do Brasil, proclamando, aos “briosos rio-grandenses”, que salvassem “a integridade do Império”, incitando-os a prezar “o nome de brasileiros” e “a união”, fechando os ouvidos a quem falasse “de vinganças” ou a quem procurasse “excitar rivalidades”; considerava que “a grande maioria nacional poderia ser iludida, mas não vencida” (23 jan. 1836). A folha questionava “o que diria o Império e o que diria o mundo civilizado” se os rio-grandenses “guardassem o silêncio da covardia diante de um partido” que empregava “todos os seus esforços para lançar o fogo da rebelião” (5 jan. 1836). O jornal ainda ponderava que os “irmãos das outras Províncias” eram mais felizes, pois, ao contrário do Rio Grande do Sul, não tinham “diante dos olhos, tigres de figuras humanas, embriagando-se do sangue fraternal e uma torrente de bárbaros assolando com o estrondo da

tempestade tudo que encontrava em seu curso devastador” (10 set. 1836).

Ao referir-se às atitudes políticas dos rebeldes que dominavam Porto Alegre, os representantes do Governo Imperial sediados no Rio Grande, consideravam-nas, através de *O Liberal Rio-Grandense*, como uma “tragicomédia” inútil e sem efeitos práticos:

Bem mentecaptos foram os corifeus da pseudo-Assembleia, quando se deixaram persuadir que, com as suas tragicômicas representações, iludiriam o Governo Central. Toda a resposta deste foi o envio de tropas para engrossarem as fileiras dos leais e auxiliar poderosamente o Ex. Sr. Araújo Ribeiro, na grande obra de salvação da Província. (11 maio 1836)

O jornal buscava também alertar a população para os prejuízos que a guerra civil vinha trazendo à Província, como mais uma forma de convencimento da opinião pública quanto à necessidade de encerramento do conflito. Desse modo questionava como ia a “fortuna dos estancieiros” que viam “arrebataado o fruto de tão diuturnas fadigas”; qual era a situação do agricultor, quanto “às suas colheitas e o estado de seus celeiros”; interrogava também, quem tornara “desertas e fechadas” as fábricas, “solitárias as aulas e os colégios”, paralisados o comércio e a navegação, suspensas as atividades dos “homens de ofício e artistas”; e sentenciava - “os anarquistas que respondessem” (27 abr. 1836). Segundo *O Liberal Rio-Grandense*, com a revolta, “as assolações chegaram a tal ponto e foram

verificadas com tanta rapidez que, se a influência desses celerados predominasse no Continente por mais alguns meses, eles mesmos não teriam de que subsistir” (26 nov. 1836).

Em agosto de 1836, foi publicada, por parte dos governistas uma manifestação de confiança numa breve derrota dos revolucionários:

Por toda parte, o terreno em que pisam os anarquistas se torna fofo; porém a sua imaginação fértil em recursos descobre novos embustes e assim irão passando até que acossados e apertados em todos os pontos, quando menos o esperarem terão de ver esmagada a serpente venenosa da rebelião e o Trono Constitucional do sr. D. Pedro II, rutilando com novo esplendor no hemisfério americano, a liberdade da pátria firmada nas bases sólidas da razão e da virtude e a heroica Província Rio-Grandense fulgurando no círculo brilhante da Associação Brasileira. (1º ago. 1836)

O Liberal Rio-Grandense foi publicado até o dia 11 de dezembro de 1836. Na publicação dessa data, foi traçado um esboço histórico da folha, destacando que ela fora criada para “combater as doutrinas republicanas, que impunemente se publicavam em Porto Alegre” e para “fazer convergir ao centro dos amigos sinceros da integridade do Império” todos os indivíduos que se manifestavam contrariamente às ideias separatistas. Refletindo sobre as circunstâncias estabelecidas desde a retomada da capital da Província até o aprisionamento do líder farrapo Bento Gonçalves, os responsáveis pelo periódico consideravam o conflito como encerrado, com

a derrota das forças rebeldes, acabando, consequentemente, a necessidade da circulação do jornal:

Cessaram (...) os motivos que nos determinaram a tomar sobre nós a redação de uma folha; e não é sem bastante prazer que terminamos a nossa tarefa, vendo a Província livre de uma luta sanguinolenta, o império da lei firmado em bases sólidas e os princípios da integridade do Império cada vez mais arraigados nos corações dos leais rio-grandenses.

No período de um ano, que tem durado a nossa folha, ninguém dirá, sem manifesta injustiça, que deixamos de combater a facção rebelde com toda a energia e perseverança, ainda em tempos que os anarquistas pareciam levar tudo diante de si.

Com isso, o periódico retratava o momento histórico vislumbrado pelos legalistas, visto que o conflito estava apenas na sua fase inicial. Porém, na visão dos governistas, levando em conta suas recentes vitórias, a conclusão daquele episódio já estava demarcada e, lembrando o lema do jornal, encerravam com um verdadeiro brado de vitória: “A nossa liberdade, honra e existência política já não estão em perigo: rio-grandenses, salvastes a pátria”.

Também de tendência legalista, circulou na cidade do Rio Grande o periódico *O Comércio*, embora essa circulação tenha sido extremamente fugaz, pois o jornal era, na realidade, porto-alegrense e só foi deslocado por pouco tempo para o Rio Grande, tendo em vista uma transferência de seu redator Isidoro José

Lopes¹⁶. Saía duas vezes por semana, com quatro páginas, custando 5\$000 a sua assinatura semestral, e 120 réis a folha avulsa.

Durante sua curta “fase rio-grandina”, *O Comércio* prosseguiu na defesa de seus intentos iniciais¹⁷,

¹⁶ Isidoro José Lopes (1814-1848) era professor particular de primeiras letras em Porto Alegre, tendo publicado um “Compêndio de Gramática da Língua Portuguesa” e a primeira parte de um compêndio de aritmética. Em fevereiro de 1840, começou a publicar, em Porto Alegre, *O Comércio*; no ano seguinte, por motivos pessoais e políticos, foi transferido pelo Diretor de Instrução Primária para a cadeira de gramática latina na cidade do Rio Grande, onde se fez acompanhar da publicação de seu jornal; ainda em 1841, retornou à Porto Alegre, onde *O Comércio* prosseguiu circulando até dezembro de 1848. Dados obtidos a partir de: BARRETO, 1986. p. 83 e 86.

¹⁷ Quando da criação de *O Comércio*, em Porto Alegre, a 4 de fevereiro de 1840, foram apresentados seus objetivos: “É sem dúvida árduo e arriscado o ofício de escritor público, e especialmente em uma crise em que infalivelmente ele tem a combater opiniões e sistemas opostos, em que ele, para dizer a verdade, como lhe cumpre, deve expender razões, que arrastarão sobre si indisposições, ódios, rancores e perseguições, se possível for; mas, como não intentamos, nem pretendemos indigitar pessoa alguma determinada (exceto a dos publicamente reconhecidos por rebeldes e traidores), mas sim atacar o erro com a realidade, combater a falsidade com a verdade, enganar os iludidos com razões claras e convincentes e opor uma barreira inconquistável a tudo que for contra a ordem, harmonia e tranquilidade pública, que não pode existir sem a obediência à lei, sem o respeito ao Governo e às autoridades por ele constituídos e sem que finalmente o cidadão respeite a pessoa, bens e propriedades de seu semelhante (...). Fixemos nossa atenção nesse monstro da

anunciando seu programa de “defender as autoridades, quaisquer que fossem as pessoas que a exercessem”, ainda mais, “quando seus atos de justiça eram envenenados, ou quando sobre eles se lançava o negro fel da calúnia” (7 maio 1841). Considerava que “a opinião dos homens sensatos” deveria ser “muito conscienciosa”, buscando “regular-se por fatos, convencer-se por documentos e desprezar vozes a esmo” (16 jul. 1841).

Quanto à Revolução Farroupilha e seus promotores, *O Commercio* declarava:

Temos infelizmente percorrido todo o curso da revolução e por desdita temos sido vítimas de seus terríveis efeitos que são os dons, com que o gênio mimoseia a esta infeliz Província, bafejando-a com seu pestilento hálito. (...)

Grande empenho é o dos filhos das trevas desacreditar as autoridades, levar a desordem e a desmoralização a seu auge; tudo confundir para perpetuarem a anarquia, com que eles se alentam e com que estão identificados, porque com ela têm vivido e nela desejam ter firme patrimônio. (12 mar. 1841)

O periódico ainda vaticinava sobre a necessidade de deter “o maligno furor dos homens turbulentos” (30

anarquia, contemplemos o interior desses brasileiros degenerados, inimigos e traidores da pátria, examinemos as consciências” desses “malvados, que, levantando o braço armado contra a terra mãe, a quem devem sua existência política, ainda hoje se acham em campo para a devorarem”. Citado por: BARRETO, 1986. p. 84-85.

abr. 1841), sendo preciso “muita energia, unidade de vistas e uma vontade forte capaz de lutar contra todos os elementos desorganizadores” (7 maio 1841). Atacava também a imprensa rebelde, apontando que “uma semana não se passava, sem que a facção” publicasse “uma notícia desagradável, já adulterando os fatos, já inventando outros, e já, finalmente, dando como certo aquilo que só ela na véspera havia concertado” (12 mar. 1841). Segundo *O Comércio*, era, enfim, necessário cortar o “mal pela raiz”:

Resta agora que as autoridades não tenham mais condescendência, que corte o mal pela raiz: todos sabem quem são os autores de tantos e tão nefastos planos (...), forçoso é que as leis e autoridades sejam respeitadas, que os cidadãos pacíficos não sejam o ludíbrio e escárneo dos homens perversos e criminosos, de vadios e dissolutos, que só vivem de desordens.

Assim, nos quatro meses em que circulou no Rio Grande *O Commercio* prosseguiu nas suas intenções de atacar a Revolução e combater a imprensa rebelde, na defesa da “ordem” e das “autoridades legais”.

Durante os primórdios da Revolução Farroupilha também circularam na cidade do Rio Grande jornais que intentaram manter-se à distância do premente conflito. Essa busca pelo não envolvimento e por demonstrar uma postura de equidistância e até de neutralidade demonstrou, porém, suas limitações no contexto político pelo qual passava a Província.

O Observador foi um desses periódicos, surgido em 13 de agosto de 1832, considerava-se um “jornal

político, literário e comercial”, que saía duas vezes por semana, tendo quatro páginas e sendo impresso na tipografia de seu editor, Guilherme José Corrêa¹⁸. Era vendido a 80 réis o número avulso e sua assinatura semestral custava 4\$000. Adotou por lema a frase: “*Celui que met le trouble dans sa patrie, sans son aveu, n’est pas moins criminel que celui qui l’opprime*”. Como era tradição à época, no primeiro número publicado no Rio Grande, apresentava-se à comunidade através de um “Prospecto”. Nessa edição ficava explicado o caráter de continuidade da folha e traduzia seus objetivos quanto à política, revelando uma postura moderada, declarando-se defensor da estabilidade e não aceitando as posições mais extremadas, nem dos radicais, nem dos restauradores:

...havemos manifestado a nossa afincada adesão pelos princípios da ordem e da liberdade legal, para que outra possa ser agora a nossa marcha progredindo numa empresa, que particulares circunstâncias haviam interrompido;

¹⁸ Guilherme José Corrêa (1802-1843) estudou na Universidade de Coimbra, nos cursos de matemática, filosofia e medicina, não havendo referências quanto à conclusão dos mesmos. Uma vez no Rio Grande, foi um dos redatores de *O Noticiador*, desligando-se logo, por discordar da orientação editorial e política do periódico e fundando *O Observador*, jornal que ele publicara no Rio de Janeiro desde 1º de maio de 1831 e que circulou ali até o número 30, no fim do mesmo ano; essa continuidade ficou demarcada inclusive pela numeração que recebeu o primeiro exemplar a ser editado no Rio Grande, o número 31. Dados obtidos a partir de: BARRETO, 1986. p. 110 e 115.

na época atual principalmente, em que sobremaneira se torna desejável que todos prodigalizem os possíveis esforços por atrair os ânimos à moderação e fazer-lhes sentir toda a necessidade e vantagem da mais perfeita união e tranquilidade, para o progresso do aperfeiçoamento e consolidação do nosso edifício social. Assim, o plano que temos é (...) não pactuar com a anarquia, mas também não tolerar coisa alguma que possa trazer o mínimo desar à independência e dignidade de nossa pátria, nem tampouco desluzir a glória da nossa regeneração.

Também no “Prospecto”, a folha destacava sua “função social”, colocando-se a serviço da orientação da sociedade, com uma proposta de harmonia social, recomendando, “aos cidadãos menos instruídos, a mais exata observância dos deveres sociais”, considerada como a “única condição que lhes poderia conceder direito às vantagens da sociedade”, exortando-os “a guardarem para com as leis e seus depositários a mais constante submissão”, pois “nisto se encerrava a verdadeira liberdade”. Dessa maneira, condenava as agitações sociais e pregava que cada um exercesse o seu papel, uma vez que a mobilidade social se daria de forma natural.

Apesar da proclamada posição moderada, *O Observador* afirmava não se furtar, quando necessário, às críticas ao governo, defendendo, inclusive, o valor das “justas” oposições:

Não se colija, porém, daqui, que é nosso intento adular os agentes do poder: uma tal medida não se pode de maneira alguma

compadecer com o pensar de quem conhece a tendência natural que tem toda a autoridade a exorbitar da esfera das nossas atribuições e está plenamente convencido de que uma justa e legal oposição aos atos do poder é, nos governos representativos, o mais seguro meio de prevenir abusos e arbitrariedades, e de pôr a liberdade dos povos ao abrigo dos tirânicos desígnios da insaciável ambição; não deixaremos, portanto, de opor as nossas acanhadas reflexões àqueles (...) atos que nos parecerem abusivos ou menos constitucionais.

O “Prospecto” de *O Observador* também afirmava que “a vida privada do cidadão seria inviolável”, ficando as censuras dirigidas apenas aos “atos públicos”, tendo por “mira o interesse nacional” e não as reputações pessoais. Além disso, o redator, admitia, de certo modo, discordâncias com respeito à sua opinião e até propondo uma interação com o público, através da discussão de ideias, desde que estas fossem “merecedoras” de confiança da sua parte, ou seja, seriam previamente avaliadas de acordo com o juízo de valores da redação:

... resta-nos prevenir aos leitores que, não tendo a louca vaidade de reputar infalíveis, nem invulneráveis as nossas doutrinas, e menos a querer sujeitar pessoa alguma ao nosso modo de pensar, e sabendo por outro lado que o choque de opiniões tem sido, e não poucas vezes, origem da descoberta de verdades interessantes, longe de tomarmos em mal que qualquer contrarie as nossas ideias, folgaremos antes de responder, quando o merecerem, as reflexões que nos

quiserem dirigir aqueles que, sobre qualquer assunto, divergirem do nosso parecer, pois nos sentimos com franqueza e candura bastante para nos dar por convencidos e confessar que nos enganamos, quando a isso nos impelir a força dos argumentos.

Em princípio, *O Observador* ainda fez algumas incursões pelos assuntos da política, mas afirmava que a sua “pena era unicamente guiada pelo amor à bela pátria brasileira” (23 ago. 1832) e não se considerava como “daqueles estacionários” que entendiam o governo como um “sistema *non plus ultra* da perfeição”, cabendo críticas aos “defeitos” que se desejasse “ver desaparecer” (11 out. 1832). Uma outra manifestação política do periódico, deu-se a 15 de fevereiro de 1833, quando se aproximava “o dia das eleições para os deputados da terceira legislatura”, em que julgou “um dever oferecer à contemplação dos cidadãos toda a gravidade e importância” do ato eleitoral, momento de amplo significado “em um governo representativo”, “próprio a fazer sentir aos povos a sua soberania”. No mesmo artigo, também foi feita uma análise da situação do país, afirmando que as esperanças “dos gloriosos movimentos de 7 de Abril” não haviam se concretizado e que as grandes dificuldades concentravam-se nas disputas entre os grupos políticos extremados, em detrimento dos moderados, consistindo as eleições na possível solução desses males:

Não é preciso ser publicista, basta lançar um golpe de vista para o estado de oscilação em que se acham os negócios do Brasil para a multiplicidade de partidos, em que está

retalhada a sua população, para a tenacidade com que os facciosos de ambos os extremos trabalham para minar as bases do nosso Código Fundamental; basta enfim, olhar a violência dos meios empregados para suplantar o partido moderado, firme baluarte das nossas liberdades e instituições, para conhecer que o Brasil vai salvar-se, ou perder-se, nas próximas (...) eleições.

Assim, *O Observador* apontava a necessidade de empregar-se “toda prudência e circunspecção na escolha dos candidatos”; considerando esta como uma tarefa complexa e “melindrosa”, exigindo “mais alguma sagacidade” por parte dos eleitores, que deveriam prestar “atenção à principal causa das calamidades que pesavam sobre o Brasil”, representada pela corrupção do sistema político:

... todos sabem até que ponto tem chegado a audácia dos facciosos e dos celerados, em diversos pontos do Império, e quanto tem ela concorrido para enfraquecer as molas da administração [tendo] a sua principal origem na maldita impunidade, que aqui como se acha reduzida a sistema de tal modo que tem dado lugar a dizer-se que no Brasil não se conhece garantias, se não o crime e a imoralidade.

Com o agravamento das cisões políticas na Província, *O Observador* foi cada vez mais procurando uma posição de equidistância com relação às forças em confronto, não se dedicando de forma mais ampla às discussões políticas, sendo “mais um jornal de transcrições, especialmente da imprensa do Rio de

Janeiro, salvando-se como redação própria (...) as notícias marítimas, no que teria sido o melhor periódico da época”¹⁹. Essa tendência ficou evidenciada num artigo intitulado “Basta de política”, no qual argumentava que era “preciso dar alguma folga aos (...) leitores, naturalmente fatigados de fastidiosos debates”, sendo ainda necessária a recreação “com a leitura de coisas apazíveis e de menor ponderação”, que, enquanto instruíam “com pouco trabalho”, preparavam “o espírito para entrar no exercício de novas meditações” (26 jan. 1835).

Com a postura de “moderação”, diante dos grupos em disputa, *O Observador* conseguiu sobreviver por dois anos, porém, com a posição essencialmente apolítica, não teve a mesma sorte, vindo a desaparecer em março de 1835.

A busca da neutralidade foi uma das principais características de *O Propagador da Indústria Rio-Grandense*, cujo surgimento, a 30 de janeiro de 1833, esteve associado à formação, no ano anterior, da Sociedade Promotora da Indústria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com sede na cidade do Rio Grande, e cujo objetivo era promover o desenvolvimento econômico da Província. Interessada em divulgar suas propostas, a Sociedade procurou organizar um periódico, contratando para isso a José Marcelino da Rocha Cabral²⁰.

¹⁹ BARRETO, 1986. p. 119.

²⁰ José Marcelino da Rocha Cabral (1806-1850) era bacharel em leis pela Universidade de Coimbra, tendo emigrado para o Brasil por motivos políticos. Do Rio de Janeiro veio para a cidade do Rio Grande, onde, além de redigir o jornal,

A Sociedade chegou a adquirir uma tipografia própria à confecção do jornal (a princípio ele foi editado na tipografia de Francisco Xavier Ferreira), que tinha por proposta publicar sobre a Barra, as importações e exportações e os anúncios dos subscritores, o que seria feito de forma gratuita. A assinatura desse periódico de quatro páginas custava 4\$000 por semestre, saindo duas vezes por semana, chegando a ser distribuído, além de no Rio Grande, em São Francisco de Paula, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. O *Propagador* adotou como divisa o pensamento: “*Le travail est l’âme du monde: sans lui tout périt, par lui tout prospère*”.

O “Prospecto” de *O Propagador* foi publicado, à parte, ainda em 1832, anunciando o primeiro número para janeiro do ano seguinte. Aí estabeleceu alguns comentários sobre a agitada formação do Estado Nacional Brasileiro, e explicou a predominância, até então, do jornalismo de cunho político:

organizou os estatutos da Sociedade Promotora da Indústria da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Diversos dos artigos de Rocha Cabral, escritos em *O Propagador da Indústria Rio-Grandense*, foram transcritos por jornais da Corte, como *Aurora Fluminense*, *Correio Mercantil*, *Auxiliador da Indústria Nacional* e *Jornal do Comércio*. Com a saída de Rocha Cabral do Rio Grande, deu-se a extinção do periódico, indo o redator trabalhar como “Encarregado da Estatística da Província”, no início de 1834, nesta função, ele ainda organizou e publicou uma série de relatórios sobre a Província. Dados obtidos a partir de: BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-rio-grandense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973. v.1. p. 233-241.

Desde a independência do Império, os prelos brasileiros têm sido quase exclusivamente ocupados por objetos políticos e assim era necessário, porque a independência, a liberdade, as instituições e mesmo a existência política do Império têm sido constantemente ameaçados; e os escritores públicos têm tido que combater ao mesmo tempo os restos do antigo despotismo, os vícios e os abusos radicados (...) do governo colonial e arbitrário; os excessos e reações da liberdade, muito ordinários em povo que sai da opressão; o prestígio do exemplo das nações vizinhas e a luva da anarquia que circundava e invadia o território brasileiro; o furor das facções e os erros da administração tinham que formar a opinião e que dirigir a infância inexperiente de uma nação que ainda não tinha passado por uma crise revolucionária e fazê-la marchar com segurança por entre os escolhos em que, por milagre, não se perdeu.

Anunciava, entretanto, que esse tempo havia passado, estando “a liberdade e a independência seguras”; “a vertigem das dissensões” ia cedendo, dando lugar ao “espírito da ordem, da legalidade e da união”. Assim, o novo jornal, apesar da agitação que campeava na Província, fazia uma pregação em nome da estabilidade, fundamental para o sucesso das atividades defendidas pela Sociedade Promotora da Indústria. Segundo o periódico, era “tempo de dar aos ânimos uma nova direção” voltada “para a indústria e para o trabalho”, considerados como “elementos essenciais da riqueza pública e necessários meios de felicidade social”. Afirmava ainda que era o momento de se “fazer a

transição das agitações da anarquia para o império da paz e da abundância”.

O “Prospecto” explicava também os objetivos da Sociedade Promotora da Indústria, formada a partir do “zelo de alguns cidadãos”, tendo “por vistas o bem público e para darem o necessário impulso ao desenvolvimento da riqueza pública”, reunindo, assim, seus capitais naquela instituição. Divulgava ainda os intentos da Sociedade, ao fundar o periódico: “propagar o espírito de associação, fazer amar o trabalho, divulgar alguns conhecimentos de Economia Política, Rural e Doméstica e dos processos industriais; dar as notícias comerciais que possam facilitar as transações”; e, conclusivamente, “promover os possíveis melhoramentos na riqueza pública da Província”.

O *Propagador* afirmava que não se dedicaria diretamente aos assuntos político-partidários, propondo-se diversificar suas edições, tratando de atos e posturas políticas, somente quando estes interessassem à economia, destacando, ainda no “Prospecto”:

Serão (...) excluídos todos os objetos políticos e (...), sobretudo, a polêmica dos partidos e personalidades. Terão, todavia, lugar nas colunas do “Propagador da Indústria” alguns objetos de literatura e algumas doutrinas próprias para a conservação e aperfeiçoamento da moral, assim como as notícias políticas, nacionais e estrangeiras, que possam influir no comércio. Também serão publicadas as leis e atos da administração que tiverem relação com a economia pública da Província e se lembrarão algumas providências que exijam as suas necessidades.

O jornal defendia que a “indústria” não deveria depender só e diretamente do governo, principalmente por causa dos problemas que a descontinuidade administrativa, gerada a partir de questões políticas, acarretava para as atividades produtivas:

Que seria da indústria do Brasil se ela dependesse da proteção de uma administração que tem sofrido, no seu pessoal, mudança sem conta e na qual um ministro zeloso e com os meios que lhe faltam, apenas teria tempo para conceber alguns projetos dos infinitos melhoramentos que espera o vasto território brasileiro. (20 fev. 1833)

De acordo com suas propostas, *O Propagador* apresentava suas matérias amplamente direcionadas a assuntos ligados à economia, publicando também editais, anúncios e as seções “Comércio” e “Movimento do Porto”. A folha só tratou de política ocasionalmente, como no artigo intitulado “Moral aplicada à política”, publicado em um momento delicado, no qual a insurreição preparava-se, no qual fez um pronunciamento abertamente antimilitarista, argumentando que as atividades bélicas serviam para mascarar as arbitrariedades dos governos tirânicos e interesses pessoais e de grupos, através da manutenção de antigos privilégios. Apontava que no patriotismo encontrava-se a superação e a defesa nacional, sendo que este superava amplamente a estratégia e a arte da guerra. Defendia, ainda, um sistema que garantisse a paz mundial, no qual o Brasil teria todas as condições de ser um elemento exemplar, desde que o governo cumprisse

suas funções em termos de política externa e interna (8 fev. 1834).

Na sua última edição (8 mar. 1834), a folha continuava a defender a manutenção da estabilidade e, afirmava, numa postura de conservadorismo social, que a única forma de garantir aquele elemento seria mantendo a legalidade e evitando a “condescendência” extremada para com as camadas populares:

... o Brasil, livre do escolho da arbitrariedade e quase fora do mar tumultuoso das agitações populares, por efeito da firmeza na legalidade e pelo bom senso da maior parte da população, tem quase só a temer o baixio de uma demasiada condescendência para as exigências populares.

Nesse mesmo artigo, buscava embasar suas afirmações, contrapondo o “patriotismo” e a “popularidade” entre os governantes, destacando que o grande culpado pela existência de elementos que, apesar de governarem mal, possuíam popularidade, era o povo, praticamente caracterizando-o como incapaz politicamente:

Um povo é sempre fácil de enganar porque não raciocina e o instinto não basta para o guiar. Ele ama as ilusões e se presta às fraudes que se lhe querem fazer. O povo anima e eleva aqueles que querem abaixar-se até a mais vil adulação de seus excessos; deste comércio de lisonjas só resulta uma depravação geral (...). Poderá ficar inalterável a virtude pública no meio de uma tal reciprocidade de adulação e mentiras? O mais desprezível dos mortais será o favorito da

multidão se lisonjeia as suas paixões; o homem dotado da razão mais reta professará as mais loucas opiniões, se o favor da multidão depender da ostentação dessas opiniões; é uma mútua prostituição; os sofistas que alimentam a necessidade da adulação são ao mesmo tempo corruptores e corrompidos, eles recebem o reflexo dos vícios que difundem.

A situação financeira da folha já era precária em setembro de 1833. Seu último número saiu a 8 de março de 1834, visto que, além das dificuldades, seu redator teve de afastar-se da cidade do Rio Grande para ocupação de cargo público provincial. Nesse mesmo dia foi publicado um artigo no qual era apresentada a justificativa da suspensão do periódico e apontadas as causas que prejudicaram a manutenção do mesmo. Segundo a redação de *O Propagador*, o primeiro desses fatores estaria ligado à “superabundância de riquezas e recursos naturais, que, quase sem o auxílio da arte”, excediam “as necessidades da muito diminuta população, alimentando a indolência” e diminuindo a importância dada à indústria e ao trabalho. Já a segunda causa seria “o estado político do Brasil, que convergia quase exclusivamente as atenções para a discussão das questões políticas”. O redator confirmava que os responsáveis pelo jornal eram conhecedores dessas dificuldades desde o início, mas que haviam insistido no valor da sua publicação:

Todas estas causas nos eram desde o começo conhecidas, mas julgamos todavia que uma publicação neste sentido, por maior que fosse a sua imperfeição e impopularidade, não seria de

todo inútil, se com ela conseguíssemos distrair um pouco os ânimos da polêmica dos partidos, para os cuidados da produção; animar o espírito de associação, princípio de vida e de prosperidade das nações modernas; dar ao Império e aos estrangeiros uma ideia, ainda que incompleta, do crescimento progressivo desta importante Província; e, finalmente, abrir uma nova carreira ao gênio e ao talento, para dar uma mais útil direção aos espíritos e maior impulso ao amor do trabalho e à atividade que distinguem esta importante porção da Família Brasileira.

Assim, apesar da curta existência e da abrupta interrupção, *O Propagador* acreditava ter atingido, pelo menos em parte, seus intentos, buscando manter a promessa original de “não pegar na pena para alimentar a discórdia e animar a irritação dos partidos”, fatores que reputava como as “mais poderosas das causas que retardavam o gigantesco crescimento deste vastíssimo Império”. Orgulhava-se também por não ter cometido nenhuma atitude para “ofender ou desacatar a nacionalidade brasileira” e por contribuir na “consolidação da ordem pública e da prosperidade geral”. Desse modo, revelava-se a limitação, naquele intrincado momento, da intenção de organizar-se um jornal neutro, paralelo, ou ainda, acima dos conflitos políticos.

A partir da segunda metade de duração do conflito farroupilha, o desgaste mútuo, a elevação de D. Pedro II ao trono e a busca da estabilização política do país, levou o Governo Central, mesmo sem abandonar a repressão militar, a um incremento na busca de medidas conciliatórias com os rebeldes, fator que também se fez

sentir na imprensa rio-grandina. A Revolução, porém, perduraria, vindo a pacificação somente em 1845, quando novamente a imprensa refletiria e incentivaria as tentativas de harmonizar os espíritos de confronto, pregando a conciliação e a pacificação

Inserido no primeiro caso, esteve *O Conciliador*, cujas quatro páginas começaram a ser publicadas a 5 de dezembro de 1840, com tipografia própria e ao custo de 4\$000 a assinatura semestral. Seu redator e proprietário Sabino Antônio de Souza Niterói, já demonstrara uma mudança de postura ao final da circulação de seu outro jornal, *O Mercantil do Rio Grande*, quando, com o Golpe da Maioridade, passou a acreditar no final da revolta no Rio Grande do Sul. Sabino Niterói não abandonara, simplesmente, a sua tendência legalista, mas, diante da nova conjuntura nacional e regional, seus pronunciamentos passaram a pautar-se pela conciliação. Além do crédito na paz com D. Pedro II, o redator apoiava o novo Presidente da Província, Álvares Machado, considerado, no primeiro número de *O Conciliador*, como “o homem destinado pela Providência para realizar a pacificação desta interessante parte do Império”, através de seu “espírito eminentemente conciliador” e seu “zelo pela salvação dos rio-grandenses”.

A partir da posse do novo representante do Governo Central, *O Conciliador*, no seu “Prospecto”, afirmava a sua convicção de falar “a linguagem da conciliação e, coerente com os princípios” que passaria a professar, adotara aquele título, prometendo fazer “o possível para desempenhar os deveres” que se impunham com o nome, escolhido “como o mais próprio para exprimir os desejos” que animavam “a todos que

aspiravam pelo dia da paz e da ventura social”. Segundo o jornal, “nos tempos ordinários, o homem consciencioso deveria contribuir para a manutenção da ordem pública e para o triunfo dos princípios em que repousava a associação civil”.

Para *O Conciliador*, a pacificação era um processo extremamente penoso, porém, possível:

Todo o cidadão honesto facilmente concordará conosco, em que no período tempestuoso da guerra civil as paixões ganham um desenvolvimento e acrimônia tal que os tópicos mais enérgicos, os remédios mais heroicos as não podem (...) nem ao menos modificar, quando sopra o vento pestífero da intriga e quando o espírito do predomínio e da avareza entorpece a força governativa e neutraliza os planos mais bem combinados dos agentes do poder. Sob tais auspícios, a empresa de uma pacificação tem a sorte da teia de Penélope, nunca termina. Quando o Governo Imperial trata de congregar-nos, quem negará que devemos imolar no altar da concórdia as paixões rancorosas que empecem a verificação das vistas benéficas e salutareis do Pai da Pátria, de um monarca tão digno de amor que consagra o primeiro de seus atos à união e prosperidade de seus filhos? (5 dez. 1840)

O Conciliador pretendia ser semanal, mas acabou circulando com uma periodicidade incerta, o seu último número foi publicado em 15 de maio de 1841²¹. Essa

²¹ Informações de BARRETO, 1986. p. 133.

curta duração refletia o contexto histórico de então, no qual a conciliação ainda era um elemento inviável.

Já ao final da Revolução Farroupilha, aparecia, na cidade do Rio Grande, a folha *A Voz da Verdade*, em outubro de 1845, inserindo-se no quadro caracterizado pelo processo de pacificação da Província. Seus objetivos de manutenção da estabilidade político-econômica já expressavam esse novo contexto, sendo “seu principal fim político e comercial”, buscando “sustentar o Governo Monárquico Constitucional Representativo e promover o bem-estar do comércio”²².

A Voz da Verdade apresentava-se como uma “folha política e comercial”, possuía quatro páginas, publicadas “quatro vezes por mês, em dias indeterminados”. Foi redigida pelo advogado e juiz de paz Antônio Bonone Martins Vianna, que, posteriormente, seria o responsável por um dos mais tradicionais periódicos rio-grandinos - *O Rio Grandense*. Sua impressão foi feita, a princípio na tipografia de Pomatelli & Cia., e, depois, na tipografia de Sabino de Souza Niterói. A assinatura semestral custava 2\$000 e o número avulso era vendido a 120 réis. Propunha-se publicar correspondências e comunicados desde que estivessem “na forma da lei”, sendo inseridos à razão de 80 réis por linha. Apresentava como dístico a frase: “Já subida em seu lúcido oriente... a Verdade rompe a treva ferrenha, raia luzes. Nos juízos, que os erros em-noitarão (sic)”.

Esse jornal tinha uma constante preocupação com o enaltecimento à pacificação. Na edição de 24 de outubro de 1845, transcreveu oitenta e dois versos que

²² Citado por BARRETO, 1986. p. 136.

havia sido lidos no Teatro 7 de Setembro, no dia 15 daquele mesmo mês. Constituíam-se em verdadeira “ode” à obra pacificadora de Caxias: dentre eles, pode-se destacar:

Exultai de prazer, rio-grandenses
Exulta ó Pátria minha, já liberta
Da nuvem de terror e tristeza (...)
Tal o ilustre Conde, que mandado (...)
Veio com seu saber, sua bondade (...)
Cicatrizar as chagas, que da pátria
O seio maternal ensaguentaram (...)
A meiga e doce paz. Ó céus que glória (...)
Graças aos céus, que tal herói nos manda
Que inspirou tal ideia ao nosso Augusto
Que, como brasileiro e Pai da Pátria
Dás já nossa paz, nossa ventura (...)
Sim, prestimoso herói, preclaro Conde
Que poupaste o sangue brasileiro (...)
O Brasil te abençoe, sempre grato (...)
Gravado lá no Templo da Memória
Será teu nome pela mão da Glória.

A folha dedicava boa parte de suas páginas a questões da cidade do Rio Grande e das regiões circunvizinhas, transcrevendo informações de interesse às atividades econômicas de localidades da zona sul da Província. Lembrando a vinda do Imperador ao Rio Grande do Sul, a folha caracterizava esse evento como um dia “glorioso”, de “venturosa recordação” (1º dez. 1845), de acordo com a importância simbólica que aquele ato representara para a pacificação.

As manifestações de *A Voz da Verdade* espelhavam o clima de tentativa de reorganização que

vivia a Província e também de rearticulação do Rio Grande do Sul no cenário nacional, buscando a valorização da brasilidade dos rio-grandenses. No periódico aparecia constantemente a seção “Máximas e pensamentos”, cuja seleção das frases também revelavam algumas das tendências da folha, como a cautela, expressa no pensamento “em política, como na medicina, os bons remédios eram assaz conhecidos, mas a arte consistia em regular as doses e administrá-los convenientemente” (3 jan. 1846), refletindo o difícil caminho para o encerramento das animosidades políticas na Província. Na mesma seção, foi publicada uma afirmação que demarcava a importância da figura do soberano como representante e garantia da manutenção da nação como um todo unificado:

Um Trono bem constituído e ocupado é a melhor árvore que se conhece para dar abrigo e sombra aos povos e nações.

Os reis devem aparecer aos povos como o sol no horizonte, com toda a pompa gala de sua luz e cores, dourando e branqueando as mesmas nuvens e vapores que procuram eclipsá-lo. (7 fev. 1846)

Conforme Abeillard Barreto, apesar de “todos os seus bons propósitos, o jornal durou muito pouco, circulando somente até 7 de fevereiro de 1846”²³.

Assim, a gênese da imprensa rio-grandina, de acordo com o contexto nacional e regional, foi notadamente marcada pelas divisões e confrontos

²³ BARRETO, 1986. p. 136.

políticos e pela Guerra Civil de 1835-1845. Os jornais tiveram um amplo desenvolvimento nos anos que antecederam e marcaram o início da Revolução Farroupilha, persistindo até o final da década de trinta, quando ocorreu um refluxo, culminando com o período de 1842 a 1844, quando, no auge da crise política e, por via de regra, do colapso econômico, nenhum periódico circulou na cidade do Rio Grande. Nessa primeira fase, então, prevaleceu um jornalismo predominantemente opinativo, de cunho político, refletindo as disputas políticas, partidárias e militares que marcavam a Província, restando pouco espaço para folhas que pretendessem qualquer tipo de afastamento ou neutralidade diante do conflito.

Nesse período, a imprensa exerceu importante papel, contribuindo em alta escala para a formação de uma tradição de disputas políticas no Rio Grande do Sul, entre grupos rivais, moldando formas de tratamento, vocabulário e pronunciamentos que voltariam a se manifestar nos futuros confrontos da formação histórica sul-rio-grandense. Formavam-se os modelos para abordar a figura do “outro”, do “inimigo”, através de uma linguagem, em geral, forte e vibrante, direcionada para as paixões e, em muitos casos, com um predomínio da emoção sobre a reflexão. Uma significativa parte dos exemplares remanescentes dos periódicos dessa época figuram em meio à hemeroteca da Biblioteca Rio-Grandense, instituição fundamental mormente nos casos em que o mote de pesquisa é o periodismo rio-grandino.

Quando os livros voltam a falar: Obras raras da Biblioteca Rio- Grandense e as histórias que atravessaram o tempo

Gilson Borges Corrêa*

1. A Cidade, a Biblioteca, os livros

A cidade de Rio Grande atravessava um inverno, provavelmente de chuvas e frio. Por certo, o nevoeiro das manhãs encobria as casas, enquanto os ventos fortes agitavam as águas junto ao cais. Sobre a província, porém, nuvens ainda mais pesadas pareciam revelar as marcas deixadas por quase uma década de guerra civil. A Revolução Farroupilha chegava ao fim, mas as

* Gilson Borges Corrêa é bibliotecário, professor e escritor. Atuou na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e lecionou Língua Portuguesa e Inglesa em escola pública. Publicou, entre outros, *O eclipse de Serguei* (2009), *A barca e a biblioteca* (2017), *A cidade que sabia demais* (e-book, 2018), *A fotografia de Santa* (e-book, 2018), *O crime de ler* (e-book, 2026) e *Somos todos iguais na casa* (2026). É membro da Academia Rio-Grandina de Letras desde 2014 e participa de antologias e publicações literárias.

consequências daquele longo período ainda se faziam sentir na vida das pessoas e na história do lugar.

Foi nesse cenário que, em 1846, um grupo de homens idealistas decidiu voltar-se para outra forma de transformação: a do conhecimento. Unidos pelo desejo de promover a leitura e ampliar o acesso à literatura, criaram um gabinete de leitura. Talvez não pudessem imaginar, naquele momento, a dimensão que aquele gesto alcançaria ao longo do tempo. Décadas mais tarde, ao final dos anos 1870, aquela iniciativa seria reestruturada, dando origem à instituição que hoje conhecemos como Biblioteca Rio-Grandense.

Passaram-se gerações. Homens e mulheres percorreram seus corredores e estantes, perguntaram sobre livros, folhearam suas páginas, acompanharam a chegada de doações e, de alguma forma, contribuíram para a formação do acervo. Encantaram-se com as obras de arte, com a beleza do prédio e com o atendimento cordial. Certamente, nos bastidores, os livros eram organizados, catalogados e classificados, compondo o cenário que tanto apreciavam. Ao longo de 180 anos, pessoas dedicadas aproximaram o público do conhecimento e da leitura.

Esse ideal, de certo modo, ainda nos reúne e inspira.

Hoje, quando percorremos as estantes da Sala de Obras Raras e realizamos a catalogação retrospectiva de seu acervo, percebemos que não estamos apenas diante de livros antigos. Cada volume é também um testemunho. Em suas páginas, em suas encadernações e nas marcas deixadas pelo tempo, permanecem vestígios de histórias vividas, de emoções, buscas, intenções e realizações; vestígios daqueles que os escreveram, dos

que os leram, dos que os possuíram, dos que os ofereceram à Biblioteca e de todos os que, geração após geração, contribuíram para construir e preservar a instituição.

Observamos também a trajetória de cada exemplar: desde o momento em que saiu da tipografia, passando pelas mãos de seus proprietários, até chegar ao acervo da Biblioteca. Foi a partir dessa perspectiva que decidimos estudar vinte obras e buscar, por meio das marcas que conservam de suas memórias, relações de proximidade com a Biblioteca, com a cidade, com o Estado e com a nossa própria história.

Cada uma das obras selecionadas possui uma trajetória particular. Algumas se aproximam da história da cidade; outras guardam relações com o Rio Grande do Sul, com a própria Biblioteca ou com personagens que, de diferentes maneiras, participaram de sua formação cultural. Há, ainda, aquelas cujas marcas de proveniência revelam caminhos inesperados, percorridos muito antes de seus exemplares chegarem às estantes da Biblioteca Rio-Grandense.

É por meio dessas obras, de suas características bibliográficas, de suas marcas materiais e das histórias que conservam, que procuraremos reconstruir alguns fragmentos dessa memória.

Sabemos que uma obra rara não é apenas um livro antigo, embora a antiguidade contribua para a raridade por se ter em mãos uma obra de 300, 400 ou mais anos até chegar ao nosso conhecimento, mas por si só não basta. Uma obra rara é um livro que guarda uma história única, seja pela sua importância, por sua edição, por quem o possuiu ou pelas marcas que o tempo deixou em suas páginas. Nem todo livro antigo é raro,

mas toda obra rara é um testemunho do seu tempo. Ela nos conta não apenas o que foi escrito, mas também quem a produziu, quem a leu, quem a guardou e como chegou até nós.

Por fim, consideramos obra rara, todo documento que, por sua antiguidade, escassez, características físicas, proveniência ou relevância histórica merece tratamento diferenciado de preservação, acesso e estudo.

Feita essa breve explanação, comecemos agora a percorrer as histórias guardadas por estes livros.

2. Os livros

2.1. Um livro, um proprietário e uma vontade

A 1ª. obra que apresentamos, entre os exemplares que compõem o acervo da Biblioteca Rio-Grandense, encontra-se o *Diccionario da língua tupy chamada língua geral dos indigenas do Brazil*. De Antônio Gonçalves Dias, publicado em Lipsia (Leipzig), em 1858. Além do seu valor bibliográfico e da importância para os estudos da língua tupi, o exemplar conserva uma história particular, que descreveremos em seguida.

A maioria das pessoas conhece Gonçalves Dias apenas como o poeta da Canção do Exílio, ou I-Juca Pirama, o seu célebre poema indianista. Poucos lembram, porém, de sua atuação como pesquisador e dramaturgo. Nesta obra, elaborada a pedido do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dedicou-se ao estudo

da língua tupi, pois acreditava que, para conhecer um povo, era preciso conhecer também a sua língua. Seu vocabulário é uma importante fonte de consulta para linguistas e filólogos, historiadores e antropólogos, geógrafos, biólogos e botânicos, além de pesquisadores das culturas indígenas, da literatura e outras áreas do conhecimento.

É justamente essa história particular que se revela nas marcas deixadas no próprio exemplar. Em uma de suas folhas, encontra-se uma inscrição manuscrita referente a Crescentino Baptista de Carvalho, identificado como antigo proprietário do livro. A leitura do manuscrito permite estabelecer a seguinte transcrição: *“Crescentino Baptista de Carvalho manifestou desejo de quando por sua morte fosse o presente livro entregue à Bibliotheca Rio-Grandense. Cumpra-se a vontade de tão querido ente. Rio de Janeiro, 27 de jul. de 24.”*

A inscrição confere ao exemplar uma dimensão que ultrapassa sua importância bibliográfica. Ela registra a vontade de um proprietário de que, após sua morte, o livro deixasse o âmbito particular e passasse a integrar o patrimônio de uma instituição pública de memória.

E o que sabemos sobre o doador da obra?

Crescentino Baptista de Carvalho nasceu em 1858, no Rio Grande do Sul.[1] Foi funcionário público e teve atuação destacada na Alfândega de Rio Grande, onde exerceu a função de inspetor aduaneiro na passagem do século XIX para o século XX. Registros apontam sua atuação como autoridade responsável pela alfândega local entre 1897 e 1905.[2] Devido à sua relevância na cidade, chegou a integrar comissões oficiais destinadas a recepcionar autoridades nacionais, entre elas o presidente da República Affonso Pena, em

1906.[3] Sua carreira na estrutura do Ministério da Fazenda foi longa e marcada por diferentes funções e transferências. Além da atuação em Rio Grande, exerceu os cargos de escriturário e conferente aduaneiro na Alfândega do Rio de Janeiro[4] e também foi ajudante de inspetor. Em 1910, foi nomeado por decreto para atuar na Alfândega de Santos.

Mas o que teria acontecido a Crescentino Baptista de Carvalho nos últimos anos de sua vida? A busca por essa resposta conduziu a pesquisa à imprensa carioca da década de 1920.

No jornal *A Noite*, do Rio de Janeiro, foi localizada uma notícia publicada em 26 de julho de 1924, comunicando o falecimento de um homem chamado Crescentino Baptista de Carvalho. Segundo o anúncio, seu féretro sairia no dia seguinte, 27 de julho, às nove horas da manhã, de sua residência, situada à Rua Áurea, n.º 76, em Santa Teresa, com destino ao Cemitério de São João Batista. [4,5]

Dias depois, o mesmo nome aparece novamente em anúncio relativo à celebração de uma missa de sétimo dia, marcada para 1º de agosto de 1924, na Igreja da Candelária. [6] A coincidência entre esses registros é particularmente significativa. A inscrição existente no livro menciona Crescentino Baptista de Carvalho, está datada do Rio de Janeiro e traz precisamente a data de 27 de julho de 1924, o mesmo dia em que, segundo a notícia publicada na véspera, ocorreria o funeral do homem de igual nome.

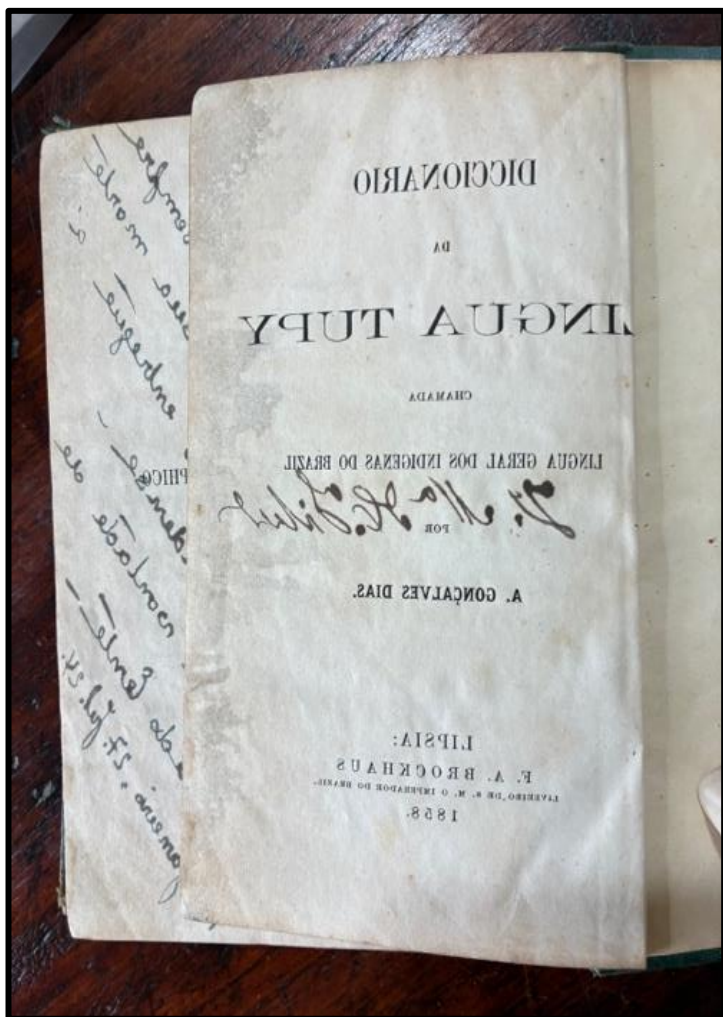
Esses elementos constituem um conjunto de indícios historicamente consistente. Assim, a identificação pode ser considerada uma hipótese

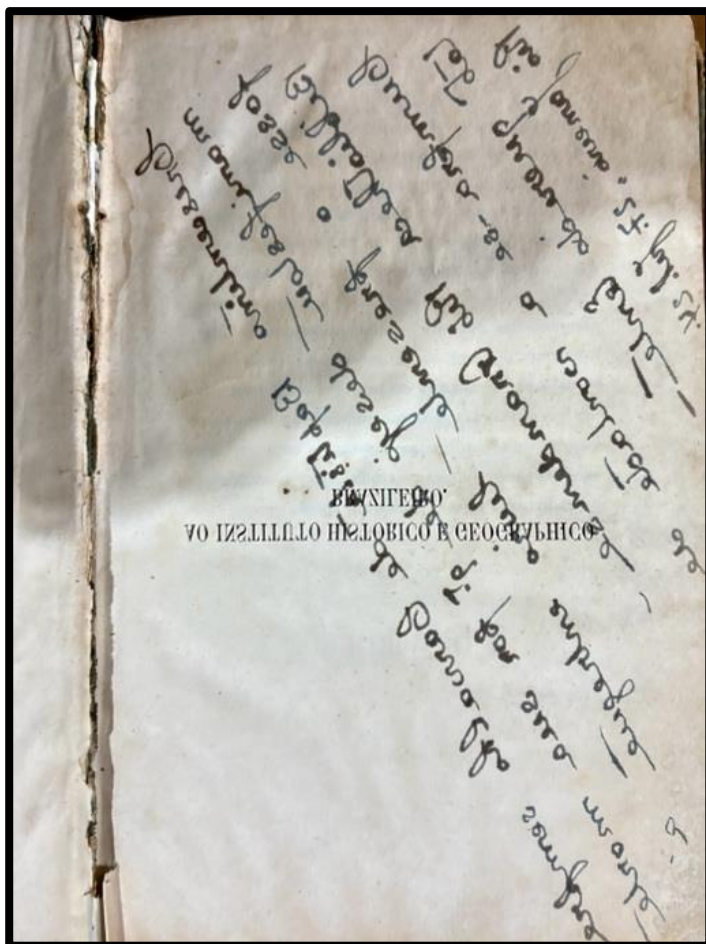
fortemente plausível, embora não seja possível afirmá-la como certeza documental absoluta.

Para a Biblioteca Rio-Grandense, a proveniência registra não apenas a posse de um exemplar, mas também a transmissão de um patrimônio particular para uma instituição dedicada à preservação da memória e ao acesso das futuras gerações.

É justamente aí que este Dicionario da lingua tupy revela uma de suas dimensões mais valiosas. Mais do que a obra impressa em Leipzig, em 1858, ele conserva as marcas de sua própria trajetória: manuscritos, inscrições de posse e vestígios deixados por aqueles que o guardaram antes de chegar à Biblioteca Rio-Grandense. Entre eles permanece a memória de Crescentino Baptista de Carvalho e de sua vontade de legar o livro à instituição.

O livro, afinal, não preserva apenas palavras. Preserva também as histórias daqueles que fizeram com que essas palavras chegassem até nós.





1. <https://www.familysearch.org/pt/tree/person/abot/G3Y2-1PH>
2. ALMANAK LAEMMERT: administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: [s.n],

1907. P.226. Disponível na Hemeroteca Digital Brasileira.
3. CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 18 ago. 1906
 4. CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 18 ago. 1906
 5. A NOITE. Rio de Janeiro, n.4.550, 26 jul. 1924, p.4
 6. A NOITE. Rio de Janeiro, n. 4.554, 30 jul. 1924, p.

2.2 Autor residente em Rio Grande

A segunda obra refere-se à *The British Shipmaster's Hand Book to Rio Grande do Sul*, publicada em Londres, em 1860, de autoria de Henry Prendergast Vereker. Ao abrir o volume, deparamo-nos com uma particularmente significativa: "A residente at Rio Grande do Sul". A indicação revela que o autor não escreveu a obra à distância: ele residia em Rio Grande. Esse dado, por si só, confere ao exemplar um especial interesse histórico, pois estabelece uma relação direta entre o autor, a obra e a cidade que constitui seu objeto de estudo. [7]

Mas qual era o objetivo do livro? Não se trata de uma obra literária, nem propriamente um relato de viagem, mas de manual técnico destinado a capitães e navegadores britânicos. Vereker apresenta informações sobre a barra do Rio Grande, a profundidades, ventos, ancoradouros, condições do porto e costumes locais. Na prática, a publicação funcionava como um guia para os navegadores e comerciantes estrangeiros que se dirigiam ao sul do Brasil, oferecendo-lhes informações necessárias à navegação e às atividades comerciais na região.[8] É portanto, um olhar sobre Rio Grande construído a partir da experiência de um estrangeiro que vivia na própria cidade.

Entretanto, o exemplar preserva ainda outro documento de grande valor para a reconstrução de sua trajetória: uma dedicatória manuscrita. Nela, lê-se: “Oferecido ao Ilmo. Antonio Caetano Ferraz, Capitão de Fragata e Capitão do Porto, pelo autor, em testemunho de amizade.”

A dedicatória permite estabelecer uma relação pessoal entre Vereker e Antonio Caetano Ferraz. Este último era Capitão de de Fragata da Marinha Imperial e exercia o cargo de Capitão do Porto. O oferecimento do livro “em testemunho de amizade” sugere, portanto, que a relação entre os dois ultrapassava o âmbito meramente profissional.

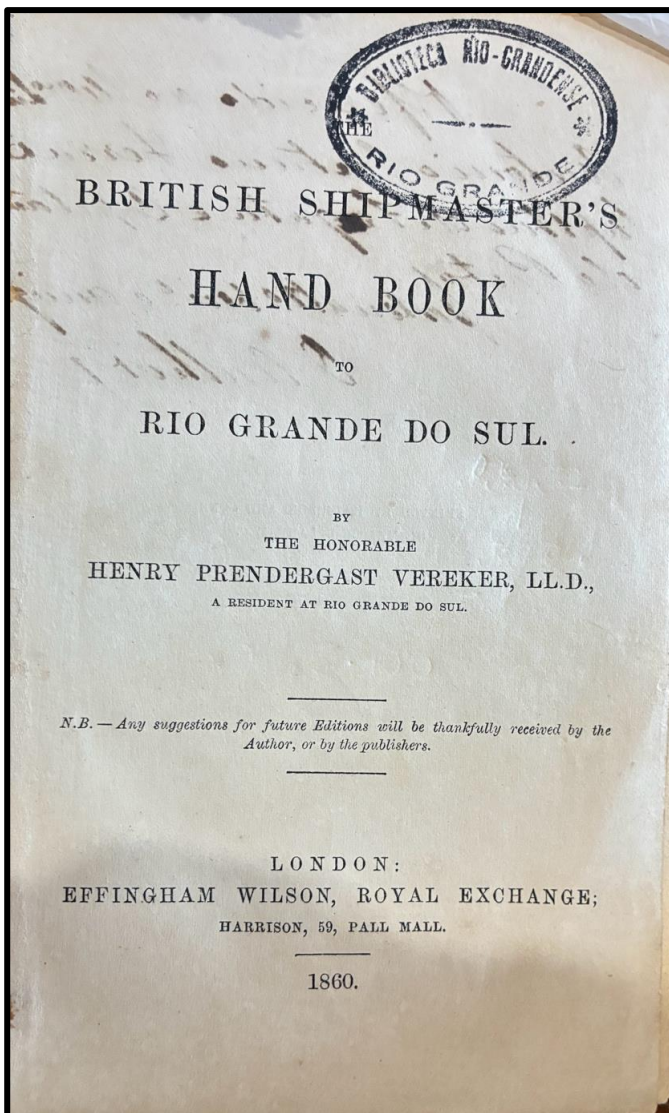
A informação identificada no próprio exemplar sobre Antonio Caetano Ferraz é confirmada por documentação histórica. A Marinha do Brasil registra Ferraz entre os Capitães dos Portos do Rio Grande, com assunção do cargo em 26 de junho de 1847, identificando-o como Capitão de Fragata. [9] O Diário do Rio-Grande, de 31 de maio de 1858 também registra sua atuação à frente da Capitania do Porto do Rio Grande.[10] Em 1863, publicação oficial do Ministério da Marinha volta a identificá-lo como Capitão de Fragata, ao registrar sua reforma no posto de Capitão de Mar e Guerra. [11]

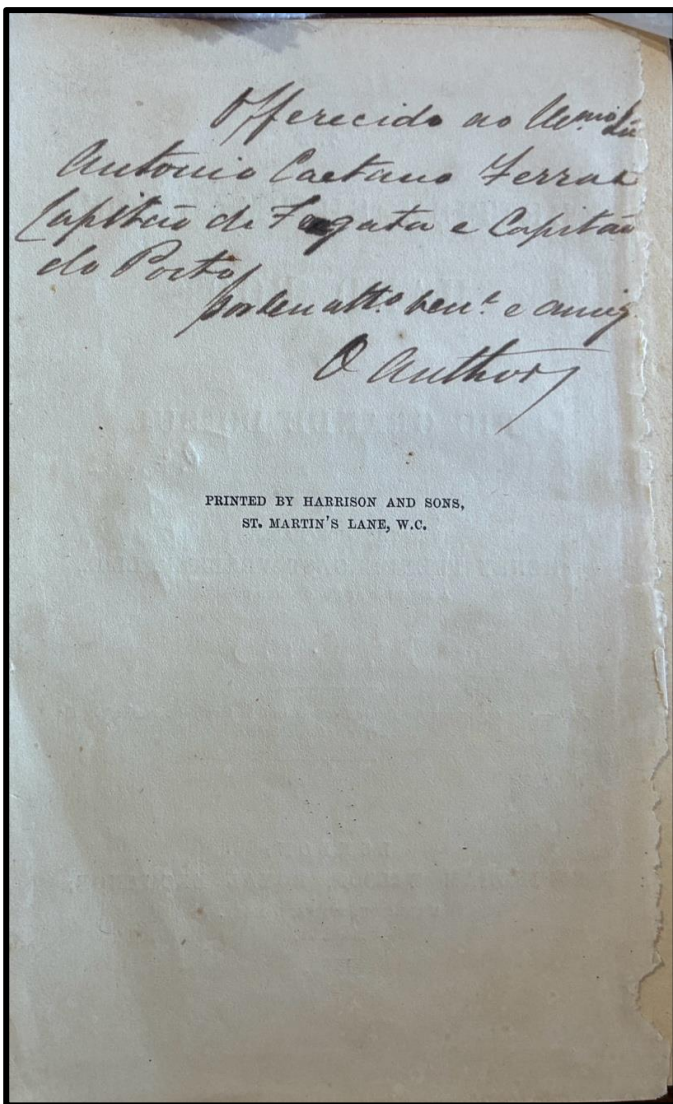
Por outro lado, a documentação diplomática britânica comprova presença de Vereker indica em Rio Grande, pelo menos, desde 1857, quando aparece identificado como cônsul britânico em correspondência oficial enviada da cidade.[12] Durante esse período, exerceu funções ligadas ao consulado britânico na cidade e esteve envolvido em acontecimentos relacionados à navegação e à atividade marítima local.

Entre esses episódios encontra-se sua participação na investigação do naufrágio do navio britânico "*Prince of Wales*", ocorrido em 1861, acontecimento que se tornaria um dos antecedentes da chamada Questão Christie.[13];[14]

Assim, a trajetória deste exemplar permite reconstruir, ainda que parcialmente, uma história que ultrapassa o conteúdo impresso da obra. Publicado em Londres, em 1860, o livro foi escrito por um autor que, naquele período, residia em Rio Grande. Posteriormente, o próprio Vereker ofereceu o exemplar a Antonio Caetano Ferraz, Capitão do Porto, como testemunho de amizade. O volume permaneceu, dessa maneira, ligado à história marítima da cidade e, em momento posterior, passou a integrar o acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

Mais do que um manual náutico do século XIX, este exemplar constitui, portanto, um testemunho material das relações entre a navegação, a presença britânica e a vida portuária de Rio Grande. A dedicatória manuscrita acrescenta-lhe uma dimensão particular: permite vislumbrar as pessoas que estiveram ligadas à circulação da obra e transforma um livro impresso em documento de uma história vivida na própria cidade.





7. VEREKER, Henry Prendergast. *The British shipmaster's hand book to Rio Grande do Sul*. London: Effingham Wilson, 1860.
8. REGUFFE, João Francisco T. (org./trad.). *Vereker, 1860: roteiro da costa do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Editora da FURG, 2001.
9. MARINHA DO BRASIL. Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul. *Capitães dos Portos do Rio Grande*. A relação histórica registra **Antônio Caetano Ferraz**, no posto de **Capitão de Fragata (CF)**, como Capitão do Porto do Rio Grande, com data de assunção em **26 de junho de 1847**.
10. *DIÁRIO DO RIO-GRANDE*. Rio Grande, 31 maio 1858. A publicação identifica Antônio Caetano Ferraz como **“capitão de fragata e do porto”**, em correspondência relacionada à praticagem da Barra do Rio Grande. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
11. BRASIL. Ministério da Marinha. *Actos officiales*. 3 abr. 1863. O documento registra que foi concedida ao **“capitão de fragata Antonio Caetano Ferraz”** reforma no posto de Capitão de Mar e Guerra, por contar mais de 35 anos de serviço. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.
12. GREAT BRITAIN. *Correspondence with the British ministers and agents in foreign countries, and with foreign ministers in England, relating to the slave trade*. [Correspondência de Henry Prendergast Vereker ao Earl of Clarendon]. Rio Grande do Sul, 30 jun. 1857.
13. ALVES, Francisco das Neves. Estudo biográfico sobre Henry Prendergast Vereker e a Questão Christie. In: VEREKER, Henry Prendergast. *Vereker*,

1860: roteiro da costa do Rio Grande do Sul. Rio Grande: Editora da FURG, 2001.

14. GREAT BRITAIN. *Correspondence respecting the affairs of Brazil. Sessional Papers, 1863, v. LXXIII*. Correspondência de H. P. Vereker a John Russell, Rio Grande, 5 jul. 1861.

2.3 Um autor, uma cidade e um movimento

A nossa terceira obra rara da Biblioteca Rio-Grandense, à primeira vista, parece ser apenas mais um livro sobre a escravidão. Mas basta lermos o subtítulo para percebermos que estamos diante de um documento extraordinário: Breve notícia sobre a Primeira Sociedade de Emancipação no Brasil (fundada na cidade do rio Grande do Sul em março de 1869).[15]

João Frick, o autor, escreve o livro quinze anos depois dos acontecimentos, em Londres. Mas não fala sobre eles como alguém que estivesse distante dos fatos. Ao contrário: ele foi um dos protagonistas daquele movimento. No prefácio, também redigido em Londres, dedica a obra “aos seus bons amigos e companheiros de 1869”.

Mas o que foi esse movimento?

A primeira Sociedade de Emancipação de escravos no Brasil foi uma associação de caráter filantrópico e emancipacionista, fundada na cidade do Rio Grande, em março de 1869, com o objetivo de promover a libertação gradual de pessoas escravizadas, especialmente mulheres em idade fértil, por meio da arrecadação de recursos e da concessão de alforrias. O

movimento ocupa um lugar pioneiro na história do abolicionismo brasileiro.[16]

A participação de João Frick não se limitou a registrar posteriormente esses acontecimentos. Seu escritório, em Rio Grande, servia como local de inscrição das escravas destinadas ao programa de emancipação. [17]

Mas, além dessa ligação com um movimento pioneiro na cidade, há ainda outro detalhe no exemplar que possui um valor especial: a dedicatória do autor a um contemporâneo e amigo.

Na folha de rosto, encontra-se a seguinte inscrição: **“Ilmo. Sr. Dr. Pio Silva. Offerecido por J. Frick.”**

Acreditamos tratar-se do Dr. Pio Ângelo da Silva. Nas notas de catalogação, entretanto, registramos apenas o nome “Pio Silva”, pois não temos segurança suficiente para afirmar que se trata definitivamente dessa pessoa.

As pesquisas realizadas, porém, permitem estabelecer uma aproximação significativa. O Dr. Pio Ângelo da Silva, conhecido na cidade como o “Pai dos pobres”, destacou-se por seus atos de caridade e benemerência no exercício da medicina e por seu envolvimento com a causa abolicionista. [18] Também esteve ligado à vida política da cidade e ao Partido Liberal. [19]; [20]; [21]

Se a identificação estiver correta, a dedicatória aproxima duas figuras que participaram, de diferentes maneiras, da vida social, política e humanitária de Rio Grande no século XIX. O pequeno registro manuscrito passa, assim, a adquirir um significado muito maior: ele estabelece uma possível relação pessoal entre o autor da obra e o homem que a recebeu.

Há ainda outra particularidade na trajetória de João Frick. Nascido em Lisboa, de ascendência suíça, foi engenheiro hidráulico e homem de negócios e viveu durante um período em Rio Grande.[22]; [23] Esteve ligado, juntamente com Hygino Corrêa Durão, à implantação da Companhia Hidráulica Rio-Grandense e ao estabelecimento do sistema de abastecimento de água da cidade. A histórica Caixa d'Água da Hidráulica integra a memória desse empreendimento. A instalação hidráulica contou com a participação de engenheiros escoceses, responsáveis pelo projeto técnico das obras.[24]

Temos, portanto, um autor cuja trajetória se cruza com diferentes aspectos da história de Rio Grande: o desenvolvimento da infraestrutura urbana, a atividade empresarial e, sobretudo, a luta pela emancipação dos escravizados.

Mas o que acontece com a história deste livro que o torna uma obra rara tão ligada à nossa cidade?

João Frick escreve sua memória em **Londres**, quinze anos depois do movimento.

A obra é impressa em **Lisboa, em 1885**.

O autor oferece este exemplar ao **Dr. Pio Silva**, deixando nele uma marca de sua trajetória e de suas relações em Rio Grande.

Em algum momento, o volume ingressa na **Biblioteca Rio-Grandense**.

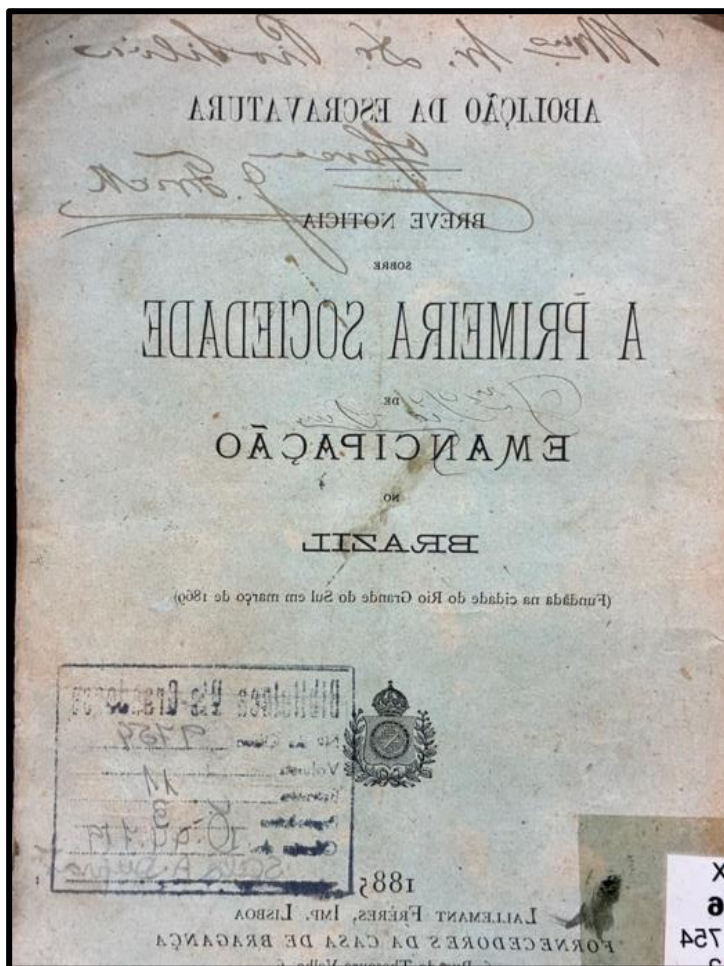
Hoje, **integra a Sala de Obras Raras**.

Estamos, assim, diante de um testemunho material que torna este exemplar particularmente significativo. Não temos apenas um livro publicado quinze anos depois de um movimento pioneiro de emancipação dos escravizados. Temos um exemplar que

reúne diferentes vestígios de uma história: o autor que participou dos acontecimentos, a cidade onde o movimento nasceu, a dedicatória a uma personalidade ligada à vida social e humanitária de Rio Grande e, finalmente, a incorporação do volume ao acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

Ao preservar esta obra, a Biblioteca Rio-Grandense não guarda apenas um livro raro. Guarda a memória de um momento em que nossa cidade participou de um dos movimentos pioneiros da luta pela emancipação dos escravizados no Brasil.

E é justamente isso que torna as obras raras tão fascinantes: elas não preservam apenas palavras, mas também pessoas, ideias, relações e histórias que continuam dialogando conosco mais de um século depois.





15. FRICK, João D. *Abolição da escravatura: breve notícia sobre a primeira Sociedade de Emancipação no Brasil (fundada na cidade do Rio Grande do Sul em março de 1869)*. Lisboa: Lalléman Frères, 1885.
16. ALONSO, Angela. *Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista*. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 166-199, set./dez. 2011.
17. SCHIAVON, Carmem G. Burgert. *A primeira sociedade de emancipação de escravos do Brasil*. [Artigo histórico sobre a Sociedade de Emancipação de Rio Grande].
18. *Almanak? / publicação da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional*, 1900, biografia de Pio Ângelo da Silva.
19. PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Secretaria de Município da Cultura. *Projeto "Você me conhece?": Dr. Pio Ângelo da Silva*. Rio Grande.
20. NEVES, Décio Vignoli das. *Vultos do Rio Grande*. Rio Grande, 1987. t. 3.

21. HOMEM, Joaquim de Salles Torres. *Apontamentos para a história do movimento abolicionista no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Typ. Da Reforma, 1888.
22. ALONSO, Angela. Associativismo avant la lettre: as sociedades pela abolição da escravidão no Brasil oitocentista. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 166-199, set./dez. 2011.
23. BRASIL. Câmara dos Deputados. *Decreto nº 509, de 29 de agosto de 1891*. Aprova os novos estatutos da Companhia Hydraulica Rio-Grandense.
24. RÜCKERT, Fabiano Quadros. *O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1829-1930)*. [E-book]

2.4 Um autor, as palavras e as academias

A quarta obra rara que apresentamos é *Prosas portuguesas*, recitadas em diferentes congressos academicos, de Rafael Bluteau. O exemplar conservado na Biblioteca Rio-Grandense traz, na folha de rosto, a data de 1729, em algarismos romanos. Estamos, portanto, diante de um livro produzido há quase três séculos, em um período de intensa atividade intelectual e cultural em Portugal. [25]

Rafael Bluteau foi um religioso e estudioso de grande erudição, conhecido sobretudo por sua contribuição aos estudos da língua portuguesa. [26] As *Prosas portuguesas* estão ligadas ao ambiente das academias e das conferências eruditas de seu tempo. [27]

O próprio título já nos revela uma característica essencial da obra: são “prosas recitadas em diferentes congressos academicos”. Não se trata de uma narrativa

única, mas de uma reunião de textos apresentados em diferentes ocasiões e relacionados a diversos campos do conhecimento.

A variedade dos assuntos impressiona. Na própria folha de rosto aparecem referências a prosas acadêmicas, lógica, política, cosmografia, teologia, questões moralizantes, textos instrutivos, jocosos, enigmáticos, interpretativos e gratulatórios. Essa diversidade revela uma época em que literatura, religião, filosofia, língua e outros campos do saber estavam profundamente ligados.

Um dos textos do exemplar é particularmente revelador. Na página 3, aparece o “Oratorio requerimento de palavras portuguezas”, apresentado no chamado Tribunal das Letras, criado em 1696 na Biblioteca do Conde da Ericeira, D. Francisco Xavier de Meneses. O texto informa ainda a participação de Rafael Bluteau nessas conferências. [28]

Esse registro nos aproxima de uma prática intelectual muito diferente daquela que conhecemos hoje. O conhecimento não era produzido apenas nos livros e para uma leitura silenciosa. Também era apresentado oralmente, discutido e compartilhado diante de outros estudiosos. As academias e reuniões eruditas constituíam espaços importantes para essa circulação de ideias. [29]

As Prosas portuguezas nos permitem, assim, entrar em contato não apenas com aquilo que Bluteau escreveu, mas também com um pouco do ambiente intelectual em que esses textos foram concebidos e apresentados.

Mas por que esta obra é rara?

São vários os motivos.

O primeiro é sua antiguidade. O exemplar da Biblioteca Rio-Grandense foi impresso em Lisboa Occidental, na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, e traz na folha de rosto a data de 1729.

Mas sua história começa antes da impressão. O exemplar conserva diferentes documentos relacionados à autorização para publicação da obra. Encontramos pareceres e licenças do Santo Ofício, do Ordinário e do Desembargo do Paço, além da aprovação da Congregação dos Clérigos Regulares, em Roma. [30]

Esses documentos são testemunhos de uma época em que a publicação de um livro dependia de um processo de análise e autorização. Algumas dessas aprovações são anteriores à data que aparece na folha de rosto. Uma delas, por exemplo, está datada de 1722, enquanto outra registra 11 de setembro de 1727.

O livro preserva, portanto, não apenas os textos de Rafael Bluteau, mas também parte do caminho percorrido pela obra antes de chegar às mãos dos leitores.

Há ainda outro detalhe que nos aproxima da realidade material daquele tempo. Ao observarmos suas páginas, encontramos diferentes tipos de letra, textos dispostos em uma ou duas colunas, notas nas margens, letras iniciais ornamentadas, frisos e vinhetas. A folha de rosto, cuidadosamente composta, apresenta diferentes tamanhos de tipos e uma ornamentação que demonstra o cuidado empregado na produção gráfica. [31]

Tudo isso ganha ainda mais significado quando observamos o estado atual do exemplar. Suas páginas carregam manchas, desgastes, pequenas perdas e outras marcas provocadas pelo tempo e pelo uso. Longe de

serem apenas imperfeições, essas marcas nos lembram que o livro atravessou quase três séculos até chegar à Biblioteca Rio-Grandense.

É como se o exemplar tivesse sua própria biografia.

Não conhecemos ainda todos os caminhos que ele percorreu antes de integrar o acervo da Biblioteca, mas suas páginas mostram que não chegou até nós intacto e indiferente ao tempo. Ele foi manuseado, lido, conservado e transmitido até alcançar o lugar que hoje ocupa na Sala de Obras Raras.

Outro aspecto importante está relacionado à língua. Bluteau dedicou grande parte de sua vida ao estudo das palavras e da língua portuguesa, preocupação que também aparece nas Prosas portuguesas. O livro permite perceber algumas das questões linguísticas que despertavam o interesse dos estudiosos naquele período.[32]

Temos, assim, um exemplar que reúne diferentes dimensões da cultura escrita do século XVIII: a atividade intelectual das academias, os estudos sobre a língua, a produção tipográfica, os mecanismos de autorização dos impressos e, finalmente, a própria trajetória material do livro.

É isso que faz dele uma obra tão significativa.

Ao abrir suas páginas, não encontramos apenas os textos de um autor erudito. Encontramos também as marcas de uma época: as ideias que circulavam entre os estudiosos, os assuntos que despertavam sua curiosidade, as formas de apresentar o conhecimento e até os mecanismos que controlavam a publicação dos livros.

A Biblioteca Rio-Grandense preserva, portanto, muito mais do que um livro impresso em 1729. Preserva um testemunho material de quase três séculos de cultura escrita. Suas páginas nos permitem aproximar-nos de um mundo em que o conhecimento era discutido nas academias, apresentado diante de outros estudiosos e cuidadosamente transformado em livro. **É uma verdadeira viagem ao universo intelectual do século XVIII, uma viagem que começa na folha de rosto, passa pelas palavras de Rafael Bluteau, pelas marcas deixadas pelo tempo e chega até nós, cada vez que alguém abre este antigo exemplar.**



25. BLUTEAU, Rafael. *Prosas portuguezas, recitadas em diferentes congressos academicos*. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1729.
26. GONÇALVES, Maria Filomena. Notas sobre as "Prosas Portuguezas" de Rafael Bluteau e a historiografia linguística do século XVIII. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 5, p. 7-25, 2003. DOI: 10.11606/issn.2176-9419.v0i5p7-

27. HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. O Tribunal das Letras: Rafael Bluteau e a cultura portuguesa dos séculos XVII e XVIII. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 191-208, jul./dez. 2003.
28. HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *Op. cit.*
29. HEYNEMANN, Cláudia Beatriz. *Op. cit.*
30. BLUTEAU, Rafael. *Prosas portuguesas, recitadas em diferentes congressos academicos. Parte primeira*. Lisboa Occidental: na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real, 1729, p. 3.
31. Observação realizada no exemplar pertencente ao acervo da Biblioteca Rio-Grandense, Sala de Obras Raras, MFN 178823, Tombo 152.067.
32. LIMA, Luís Filipe Silvério. Civil, civilidade, civilizar, civilização: usos, significados e tensões nos dicionários de língua portuguesa (1562-1831). *Almanack*, Guarulhos, n. 3, p. 66-81, 1º semestre de 2012. DOI: 10.1590/2236-463320120306.

2.5 Um livro entre o silêncio e a palavra

Na obra anterior, de Rafael Bluteau, vimos as licenças e censuras pelas quais um livro precisava passar para poder ser impresso e circular. Agora podemos ver o outro lado desse sistema.

Este é o *Index Librorum Prohibitorum*, o Índice dos Livros Proibidos, publicado em Lyon, na França, em 1610. [33] Portanto, este exemplar tem mais de quatrocentos anos.

O *Index* era um instrumento de controle da leitura. Nele eram relacionados autores e obras cuja

leitura a Igreja Católica proibia ou submetia a determinadas restrições.[34]

A própria folha de rosto nos situa historicamente. Ela faz referência às regras elaboradas pelos padres escolhidos pelo **Concílio de Trento** e menciona os papas Pio IV, Sisto V e Clemente VIII.[35]

Estamos no contexto da **Reforma Protestante e da Contrarreforma**, quando a imprensa já havia ampliado extraordinariamente a circulação dos livros e das ideias pela Europa. Controlar os livros significava, portanto, tentar controlar também a circulação das ideias.[36]

Segundo De Bujanda, é importante fazer uma distinção: nem todos os autores e livros relacionados no *Index* estavam submetidos ao mesmo tipo de condenação. Havia autores cujas obras eram proibidas de maneira ampla, títulos específicos e ainda obras que poderiam circular depois de corrigidas ou expurgadas, com a supressão das passagens consideradas condenáveis.[37]

Por que esta obra pode ser considerada rara, além de sua antiguidade?

A resposta está também em seu **valor histórico e documental**. O *Index* é um testemunho de uma época em que a circulação dos livros e das ideias passou a ser objeto de controle institucional. Ao registrar aquilo que uma época procurou impedir que fosse lido, preserva, paradoxalmente, a memória das ideias e das obras que despertavam preocupação, controvérsia ou resistência. [38] **Mais do que uma simples relação de livros proibidos, o *Index* é um documento sobre aquilo que uma época permitia ler, aquilo que procurava impedir**

e, sobretudo, sobre o poder que os livros e as ideias passaram a representar.

Além disso, o próprio exemplar também merece atenção por suas características materiais e tipográficas.

A folha de rosto apresenta uma composição cuidadosamente organizada, com diferentes tamanhos de tipos, letras romanas e itálicas. Ao centro, uma gravura tipográfica acompanha o texto, enquanto a indicação de *Lugduni* identifica Lyon, onde o volume foi impresso. Abaixo, aparecem o nome dos responsáveis pela impressão e a data, **MDCX**, correspondente a 1610.[39]

Nesta edição encontramos, por exemplo, **Martinho Lutero e João Calvino**, figuras fundamentais da Reforma Protestante. [40] Encontramos também **Erasmus de Rotterdam**, um dos grandes humanistas do Renascimento. Entre as obras relacionadas estão *Elogio da loucura*, com sua crítica à corrupção e à hipocrisia, e *Novum Instrumentum*, sua edição do Novo Testamento em grego e latim. [41]

Outro nome conhecido é **Nicolau Maquiavel**, autor de *O Príncipe*, hoje considerado um clássico do pensamento político ocidental. Seus escritos foram considerados incompatíveis com os princípios morais e religiosos defendidos pela Igreja e pelo Estado, por isso, submetidos à proibição.[42]

Também encontramos **Giovanni Boccaccio**, autor do *Decamerão*. A obra reúne cem histórias contadas por dez jovens que, durante a peste que atingiu Florença em 1348, se refugiam em um local afastado e passam dez dias contando histórias. Muitas delas satirizam a sociedade de seu tempo, inclusive a corrupção, a ganância e os costumes do clero. O conteúdo

considerado anticlerical e lascivo contribuiu para sua inclusão entre as obras censuradas. [43]

Outro autor é **François Rabelais**, humanista francês e autor de *Gargântua e Pantagruel*, narrativa protagonizada pelos gigantes Gargântua e seu filho Pantagruel. A obra combina humor, crítica social, sátira religiosa e liberdade de linguagem, características que contribuíram para sua condenação e censura. [44] Aliás, essa liberdade de linguagem é profundamente expressiva e revolucionária, uma linguagem de libertação contra o dogmatismo da época.

Há ainda uma curiosidade cronológica. Quando pensamos em livros proibidos pela Igreja, **Galileu Galilei** é um dos primeiros nomes que podem nos ocorrer. Mas esta edição é de 1610. A condenação relacionada à defesa do sistema copernicano ocorreu posteriormente, em **1616**. Mais tarde, em 1633, seu *Diálogo sobre os Dois Principais Sistemas do Mundo* seria proibido e incluído no *Index*. [45]

A história de Galileu nos mostra também que o *Index* não era uma lista fixa. **modificado e atualizado ao longo dos séculos**, de modo que nem todos os autores e obras aparecem necessariamente em todas as edições. [46]

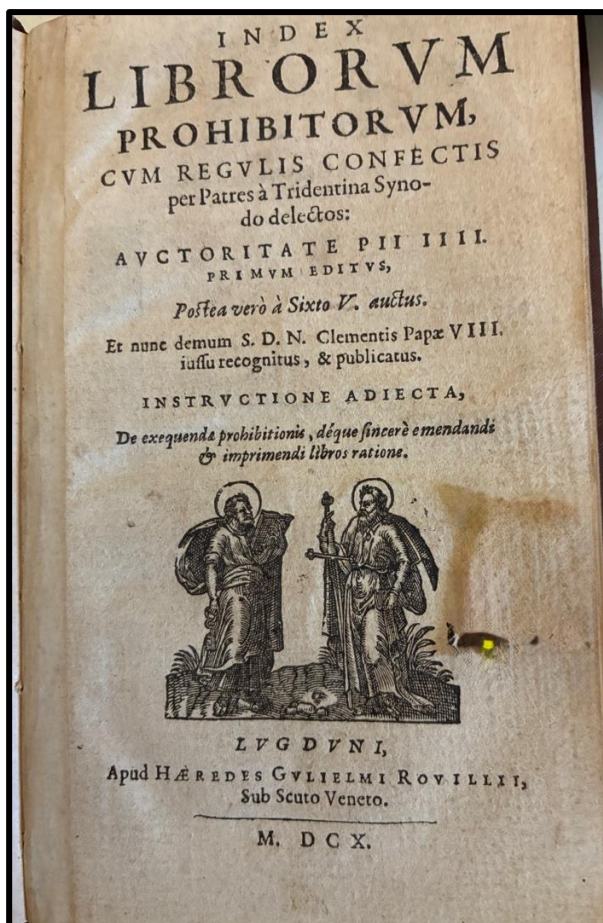
Há, finalmente, algo quase paradoxal neste volume:

Este não é um livro proibido. É um livro que nos diz quais livros eram proibidos.

Por isso, hoje ele próprio se tornou uma fonte histórica para estudarmos a censura, a circulação das ideias e a história da leitura. [47]

E, colocado logo depois das *Prosas portuguesas* de Bluteau, temos dois documentos que se complementam.

Num deles, vemos as licenças que permitiam a publicação e a circulação de um livro; no outro, encontramos o sistema que estabelecia quais leituras deveriam ser proibidas, restringidas ou corrigidas. São, portanto, duas faces de um mesmo universo de controle do livro e da leitura.



33. INDEX LIBRORVM PROHIBITORVM, cum regulis confectis per Patres à Tridentina Synodo delectos: auctoritate Pii IIII. primum editus, postea vero à Sixto V. auctus. Et nunc demum S.D.N. Clementis Papæ VIII. jussu recognitus, & publicatus. Instructione adiecta, de exequendae prohibitionis,

- deque sincere emendandi, & imprimendi libros ratione. Lugduni, apud hæredes Gulielmi Rouillii, sub Scuto Veneto, 1610. 110 p.
34. DE BUJANDA, Jesús Martínez; RICHTER, Marcella. *Index librorum prohibitorum, 1600-1966*. Montréal: Médiaspaul; Genève: Librairie Droz, 2002. Introdução, p. 27-41.
 35. **INDEX LIBRORVM PROHIBITORVM**, op. cit., folha de rosto.
 36. BECKER, Sascha O.; PINO, Francisco J.; VIDAL-ROBERT, Jordi. *Freedom of the Press? Catholic censorship during the Counter Reformation*. Warwick Economics Research Papers Series, n. 1356, 2021.
 37. DE BUJANDA, Jesús Martínez; RICHTER, Marcella. *Index librorum prohibitorum, 1600-1966*. Montréal: Médiaspaul; Genève: Librairie Droz, 2002. p. 32-41.
 38. DE BUJANDA, Jesús Martínez; RICHTER, Marcella. *Index librorum prohibitorum, 1600-1966*. Montréal: Médiaspaul; Genève: Librairie Droz, 2002, especialmente p. 27-41; WHITE, Eric Marshall; HOWDESHELL, Rebecca. *Heresy and Error: The Ecclesiastical Censorship of Books 1400-1800*. Dallas: Bridwell Library, Southern Methodist University, 2010.
 39. Observação realizada diretamente no exemplar pertencente ao acervo da Biblioteca Rio-Grandense, Sala de Obras Raras.
 40. **INDEX LIBRORVM PROHIBITORVM**, op. cit.; ADAM, Renaud. *Index librorum prohibitorum*, Liège, 1568. DONum, Université de Liège.
 41. **INDEX LIBRORVM PROHIBITORVM**, op. cit.; UNIVERSITÄT BASEL. *Erasmus: Novum*

- Instrumentum und Comma Iohanneum*. Universidade de Basileia, seção sobre Erasmo e o *Index*.
42. SOLL, Jacob. "The Reception of *The Prince*, 1513-1700, or Why We Understand Machiavelli the Way We Do". *Social Research*, v. 81, n. 1, 2014, p. 31-60; **INDEX LIBRORVM PROHIBITORVM**, op. cit.
 43. TRECCANI. "Decameròn". *Enciclopedia Italiana*; **INDEX LIBRORVM PROHIBITORVM**, op. cit.
 44. RABELAIS, François. *Gargantua et Pantagruel*; **INDEX LIBRORVM PROHIBITORVM**, op. cit.
 45. CASANATENSE, Biblioteca Casanatense. "That the Earth moves and the Sun stands still". Roma: Ministero della Cultura, Biblioteca Casanatense; **INDEX LIBRORVM PROHIBITORVM**, op. cit.
 46. DE BUJANDA, Jesús Martínez; RICHTER, Marcella. *Index librorum prohibitorum, 1600-1966*. Montréal: Médiaspaul; Genève: Librairie Droz, 2002, p. 27-41.
 47. DE BUJANDA, Jesús Martínez; RICHTER, Marcella. *Index librorum prohibitorum, 1600-1966*. Montréal: Médiaspaul; Genève: Librairie Droz, 2002, p. 27-41; FAHY, Conor. "The Index Librorum Prohibitorum and the Venetian Printing Industry in the Sixteenth Century". *Italian Studies*, v. 35, n. 1, p. 52-61, 1980.

2.6 Um clássico da literatura, um livro e uma memória

No *Index*, temos livros que, em diferentes épocas, foram impedidos de circular ou de ser lidos; em Dante, temos um livro que atravessou séculos, foi ilustrado,

oferecido, preservado e chegou até a Biblioteca Rio-Grandense como testemunho de memória.

A próxima obra que apresentamos é *La Divina Commedia*, de Dante Alighieri, em edição italiana publicada em Milão, em 1887, pela editora Edoardo Sonzogno, com ilustrações de Gustave Doré e notas de Eugenio Camerini.[48]

Estamos diante de uma das obras fundamentais da literatura universal. Escrita por Dante no início do século XIV, *A Divina Comédia* conduz o leitor por uma extraordinária viagem pelo mundo do além-túmulo. Mais do que uma narrativa sobre a vida depois da morte, é também uma reflexão sobre o pecado, a redenção, o amor, a justiça e a condição humana.

A viagem começa quando Dante se encontra perdido em uma selva escura, imagem que representa também a desorientação do homem diante da vida. É então que surge Virgílio, o grande poeta latino, que passa a guiá-lo pelo Inferno e pelo Purgatório. Mais adiante, Beatriz, associada ao amor e à transcendência, conduz Dante pelo Paraíso.

Dividida em *Inferno*, *Purgatório* e *Paraíso*, a obra reúne poesia, filosofia e teologia, além de construir uma extraordinária representação do mundo medieval. [49] Ao longo da viagem, Dante encontra personagens históricos, figuras de seu tempo e personagens da tradição clássica e cristã. Dessa maneira, constrói uma obra que ultrapassou o período em que foi escrita e permaneceu viva ao longo dos séculos.[50]

Este exemplar possui ainda uma característica que amplia seu interesse. A edição de 1887 foi ilustrada por Gustave Doré, um dos grandes ilustradores do século XIX. Doré produziu imagens para as três partes

da *Divina Comédia*, dando forma visual a cenas e personagens imaginados por Dante. Seu trabalho contribuiu para tornar suas ilustrações parte marcante da tradição iconográfica da obra.[51]

Mas, para a Biblioteca Rio-Grandense, este exemplar possui um significado que vai além da importância literária de Dante e do trabalho artístico de Doré.

Em 1896, por ocasião do primeiro Jubileu da Biblioteca, o volume foi oferecido à instituição por **Angelo Caldonazzi**, que deixou nele uma dedicatória manuscrita, datada de 15 de agosto daquele ano.[52] Caldonazzi estava ligado à vida intelectual e associativa de Rio Grande. Em 1896, era integrante da Loja Philantropia e estava ligado à imprensa rio-grandina por sua participação no *Echo Operário*, jornal que circulou entre 1896 e 1899. Mais tarde, também esteve ligado à revista maçônica *Reacção*, publicada entre 1915 e 1917.[53]

A sua dedicatória é uma homenagem aos fundadores da Biblioteca, a quem chama de **“inimigos da ignorância”** e **“beneméritos da humanidade”**. Caldonazzi também presta homenagem àqueles que, durante o primeiro Jubileu, contribuíram para elevar a Biblioteca Rio-Grandense à posição que então ocupava, transformando-a em um centro para os que apreciavam o útil, o belo, o grande e o nobre.[54]

São palavras que revelam mais do que a intenção de oferecer um livro. Revelam também a imagem que parte da comunidade intelectual de Rio Grande construiu da Biblioteca naquele final do século XIX: uma instituição associada ao conhecimento, à cultura e à formação intelectual.

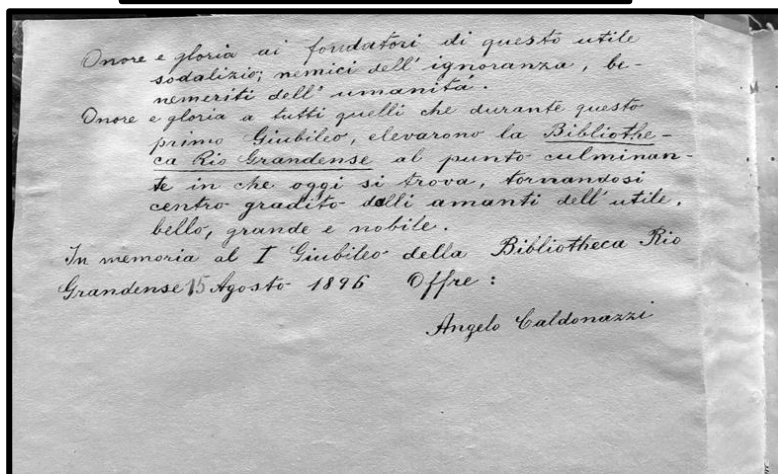
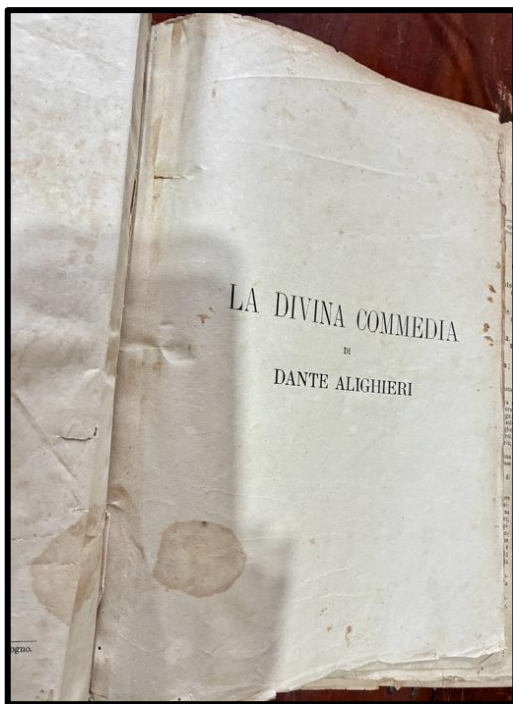
O Jubileu de Ouro, celebrado em 15 de agosto de 1896, marcou os cinquenta anos da instituição. A imprensa da época registrou o acontecimento. Uma referência publicada posteriormente identifica, no *Diário do Rio Grande* de 15 de agosto de 1896, uma matéria intitulada “**Bibliotheca Rio-Grandense: 15 ago. 1846 - 15 ago. 1896**”, publicada nas páginas 1 e 2.[55]

A dedicatória de Caldonazzi, preservada no próprio volume, torna-se assim um documento da história da Biblioteca. Ela registra não apenas a data do Jubileu, mas também a relação entre a instituição e aqueles que, naquele momento, reconheciam nela um espaço de difusão do conhecimento e da cultura.

Temos, portanto, neste único volume, diferentes tempos que se encontram.

Primeiro, o mundo medieval de Dante, com sua viagem pelo Inferno, pelo Purgatório e pelo Paraíso. Depois, o século XIX, representado pela edição de Sonzogno e pelas imagens de Gustave Doré. E, finalmente, a própria história de Rio Grande, preservada na dedicatória de Angelo Caldonazzi e relacionada ao Jubileu de 1896 da Biblioteca Rio-Grandense.

É isso que torna este exemplar especialmente significativo. Ele não preserva apenas uma das maiores obras da literatura italiana. Preserva também uma pequena parte da história de quem o ofereceu, da cidade em que foi recebido e da instituição que o conserva.



48. **ALIGHIERI, Dante.** *La Divina Commedia*. Illustrata da Gustavo Doré; dichiarata con note tratte dai migliori commenti per cura di Eugenio Camerini. Edizione economica. Milano: Edoardo Sonzogno, 1887.
49. **VIAN, Alissa Esperon; RODRIGUES, Marcia Carvalho.** *A Divina Comédia de Dante na Biblioteca Rio-Grandense: a memória leitora rio-grandina resgatada a partir da pesquisa de proveniência*. In: **ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL**, v. 144, 2024.
50. **TRECCANI.** *Divina commedia*. In: *Enciclopedia Italiana*. Roma: Istituto dell'Enciclopedia Italiana. Disponível em: *Enciclopedia Italiana - Divina commedia* . Acesso em: 10 ago. 2026.
51. **VIAN, Alissa Esperon; RODRIGUES, Marcia Carvalho.** Op. cit.
52. **VIAN, Alissa Esperon; RODRIGUES, Marcia Carvalho.** *A Divina Comédia de Dante na Biblioteca Rio-Grandense: a memória leitora rio-grandina resgatada a partir da pesquisa de proveniência*. In: **ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL**, v. 144, 2024, p. 215-216.
53. **VIAN, Alissa Esperon; RODRIGUES, Marcia Carvalho.** Op. cit., p. 216.
54. **Observação fundamentada na página de rosto da obra.**
55. **BIBLIOTHECA Rio-Grandense: 15 ago. 1846 - 15 ago. 1896.** *Diário do Rio Grande*, Rio Grande, 15 ago. 1896, p. 1-2.

2.7 Um poema entre dois naufrágios

Depois de Dante, chegamos a outro grande poema da literatura universal: *Os Lusíadas*, de Luís de Camões. Publicado pela primeira vez em 1572, o poema narra a viagem de Vasco da Gama e celebra as grandes navegações portuguesas, reunindo história, mitologia, aventura e reflexões sobre Portugal e seu destino.

A vida de Camões é cercada por episódios que se transformaram em tradição. Entre eles está a história de que, depois de um naufrágio no Oriente, o poeta teria conseguido salvar consigo o manuscrito de *Os Lusíadas*. É justamente essa imagem do poeta que salva seu poema das águas que ganhará, neste exemplar da Biblioteca Rio-Grandense, um significado inesperado.

Esta é uma edição monumental de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, publicada em 1880, por ocasião do terceiro centenário da morte do grande poeta. Editada por Emílio Biel e impressa em Leipzig pela Typographia Giesecke & Devrient, a obra se destaca tanto pela importância do poema quanto pelo cuidado artístico de sua produção.[56]

Estamos diante de uma edição de luxo, artisticamente muito elaborada. O volume reúne gravuras em aço, ilustrações alegóricas, capitulares ornamentadas, vinhetas e cromolitografias, imagens coloridas produzidas por meio de um processo litográfico que permitia obter diferentes cores a partir da impressão sucessiva de pedras ou matrizes. A própria edição apresenta uma página dedicada aos artistas que participaram de sua produção, revelando a dimensão coletiva e artística do empreendimento.[57]

Não se trata, portanto, apenas de uma edição de *Os Lusíadas*. O próprio livro é também uma obra de arte do século XIX. A edição traz ainda uma dedicatória de Emílio Biel a D. Pedro II, Imperador do Brasil, como manifestação de profundo respeito. Essa homenagem dá ao exemplar uma dimensão histórica que ultrapassa o próprio poema e aproxima a edição do universo político e cultural de seu tempo. [58]

Entretanto, o que torna este exemplar particularmente importante para nós, em Rio Grande, é justamente a sua proveniência.

O exemplar traz uma dedicatória manuscrita relacionada ao naufrágio do *Rio Apa*, ocorrido próximo à Barra do Rio Grande, em julho de 1887. E essa dedicatória estabelece uma associação ao mesmo tempo bonita e trágica com a própria história de Camões.

O texto diz:

“De um naufrágio salvou-se Camões com os seus Lusíadas... Do Rio Apa, naufragado próximo à barra do Rio Grande do Sul, não se salvou uma só das cento e tantas preciosas vidas que conduzia. Commemorando hoje o trigésimo dia d’esta horrorosa catastrophe offereço à Bibliotheca Rio Grandense este exemplar do immortal poema.” [60]

Percebam a força desse gesto.

Segundo a tradição, Camões teria sobrevivido a um naufrágio no retorno da Ásia, salvando consigo o manuscrito de *Os Lusíadas*. A própria obra faz referência, no Canto X, ao “naufrágio triste e miserando” do poeta. [59]

Séculos depois, diante da tragédia do *Rio Apa*, um exemplar do mesmo poema é oferecido à Biblioteca Rio-Grandense em memória das vítimas.

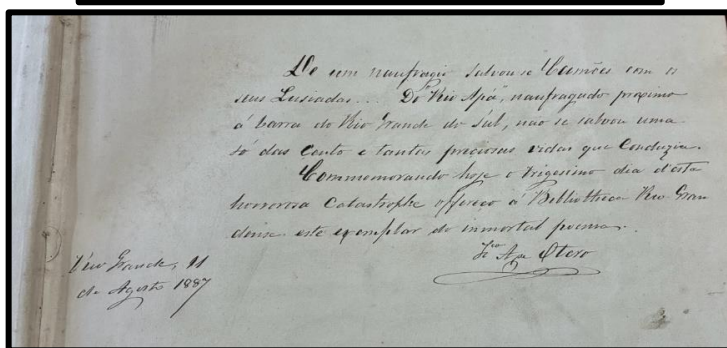
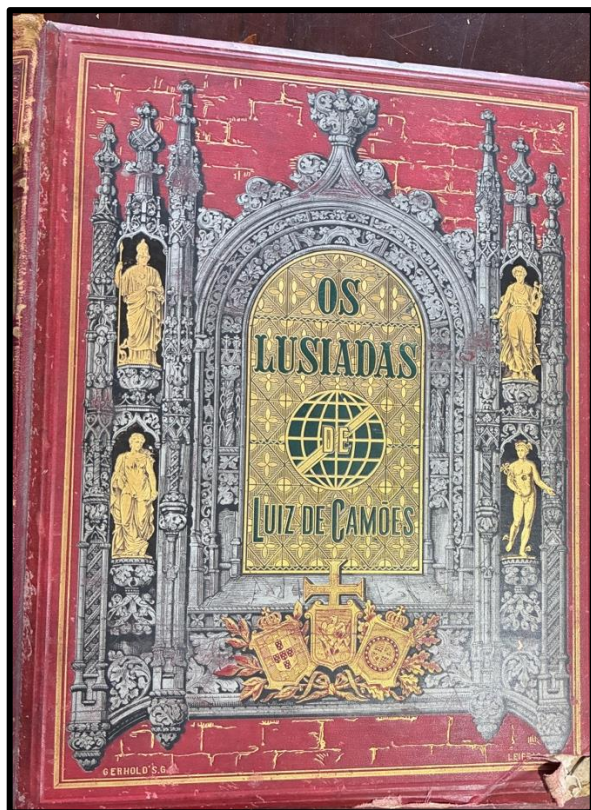
É nesse ponto que o livro ganha um significado especial. Camões naufraga e salva Os Lusíadas. O Rio Apa naufraga, vidas são perdidas, e Os lusíadas é oferecido à Biblioteca em memória dessas vidas.

A associação é simbólica e poderosa. De um lado, a tradição literária transforma o naufrágio de Camões em uma história de sobrevivência e preservação da obra. De outro, o naufrágio do *Rio Apa* permanece associado à perda de vidas e à dor provocada pela tragédia.

A expressão final da dedicatória “este exemplar do imortal poema “ganha, assim, um significado especial quando colocada diante da lembrança das “cento e tantas preciosas vidas”.

O *Rio Apa* era um navio da Companhia Nacional de Navegação a Vapor. Em 11 de julho de 1887, ao se aproximar da Barra do Rio Grande, encontrou condições meteorológicas extremamente adversas e naufragou. [61] A tragédia provocou grande repercussão e foi amplamente acompanhada pela imprensa local. O episódio deixou marcas profundas na memória da cidade. Jornais publicados em Rio Grande acompanharam os acontecimentos nos dias que se seguiram ao desaparecimento do navio, registrando as buscas, a localização dos corpos e as discussões sobre as circunstâncias do desastre. [62] É nesse contexto que a dedicatória transforma o exemplar em um documento particularmente significativo. A literatura e a história se encontram dentro do mesmo volume. Um poema que nasceu no século XVI chega, em uma edição luxuosa do século XIX, a uma biblioteca do extremo sul do Brasil. E, ao chegar, traz consigo a memória de um naufrágio que marcou profundamente a cidade.

Neste caso, a história de Rio Grande entrou literalmente dentro do livro.



56. **CAMÕES, Luís de.** *Os Lusíadas: edição crítica-commemorativa do terceiro centenario da morte do grande poeta.* Publicada no Porto por Emílio Biel. Leipzig: Typographia Giesecke & Devrient, 1880.
57. **BIBLIOTECA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS.** *Catálogo dos cimélios da Bibliotheca da Câmara dos Deputados.* Rio de Janeiro: [s.n.], [s.d.].
58. **CAMÕES, Luís de.** *Os Lusíadas.* Canto X, estâncias 127-128. In: **CAMÕES, Luís de.** *Os Lusíadas: edição crítica-commemorativa do terceiro centenario da morte do grande poeta.* Leipzig: Typographia Giesecke & Devrient, 1880.
59. **Observação direta do exemplar pertencente à Biblioteca Rio-Grandense, Tombo nº 6.226, incluindo dedicatória manuscrita de proveniência.**
60. **BRASIL. Senado Federal.** *Anais do Senado do Império.* Rio de Janeiro, 1887. Livro 4. Disponível em: [Anais do Senado do Império – 1887, Livro 4](#). Acesso em: 12 ago. 2026.
61. **TORRES, Luiz Henrique.** *Naufrágio do Rio Apa.* História e Historiografia do Rio Grande do Sul, 2026. Disponível em: [História e Historiografia do Rio Grande do Sul – Naufrágio do Rio Apa](#). Acesso em: 12 ago. 2026.

2.8 Um naufrágio, uma viagem e a chegada a Rio Grande

Depois de conhecermos a trajetória de Os Lusíadas e sua relação com a cidade, encontramos uma obra que estabelece uma relação ainda mais direta com a história de Rio Grande. Publicada em Londres, em 1751,

esta obra tem um título bastante expressivo: *Na affecting Narrative of the Unfortunate Voyage and Catastrophe of His Majesty's Ship Wager*. [62] O navio *Wager* fazia parte da esquadra comandada pelo Comodoro George Anson, enviada em 1740 para uma expedição britânica aos mares do sul. Depois de se separar da esquadra, o navio naufragou em maio de 1741, na costa da atual Patagônia chilena. [63]

A obra é anônima, embora tradicionalmente atribuída a John Young, tripulante da *Wager*. O próprio título informa que o relato foi compilado a partir de “jornais autênticos” e transmitido por uma pessoa que teria sido testemunha dos acontecimentos. Estudos posteriores consideram provável a atribuição a Young, mas ela não é absolutamente comprovada. [64]

Porém, o que torna este livro especialmente interessante para nós está no que aconteceu depois do naufrágio.

A tripulação passou por conflitos, fome, mortes e disputas. Um grupo de sobreviventes decidiu partir em uma embarcação improvisada e empreendeu uma longa e difícil viagem pela costa da Patagônia, atravessando o Estreito de Magalhães. Muitos morreram durante a jornada, vítimas das condições extremas, da fome e do frio.

Então acontece aquilo que nos interessa particularmente: Alguns sobreviventes chegaram a Rio Grande.

Não se trata de uma simples referência geográfica. O relato descreve a chegada daqueles homens à região e as condições em que se encontravam. Depois de uma viagem tão longa e sofrida, a visão da entrada do Rio Grande provocou uma reação que talvez

seja uma das passagens mais bonitas de todo o relato. O autor conta que, em **28 de janeiro**, eles avistaram a foz do Rio Grande. A abertura daquele grande rio para o mar pareceu aos homens, cansados, famintos e sedentos, **“the very gate of Heaven”**, “a própria porta do Céu”.^[65] É difícil imaginar expressão mais significativa para homens que haviam atravessado o naufrágio, a fome, o frio e uma longa viagem por uma costa desconhecida.

Naquele momento, porém, Rio Grande não era apenas o nome de um lugar no mapa. Era terra. Era abrigo. Era a possibilidade de sobreviver.

Mas há ainda outro detalhe que aproxima diretamente o relato da história marítima de nossa cidade. O texto menciona a **perigosa barra existente na entrada do Rio Grande** e registra que **John Bulkeley** assumiu a tarefa de conduzir a embarcação e pilotá-la até a povoação.^[66] Portanto, temos aqui um testemunho do século XVIII sobre a **Barra do Rio Grande**, suas dificuldades de navegação e a chegada de estrangeiros às águas da região.

Há ainda um aspecto humano particularmente interessante. O próprio título anuncia que o relato inclui a descrição da “hospitable reception and entertainment” recebida pelos sobreviventes em Rio Grande, isto é, sua acolhida e hospitalidade naquele lugar.^[67]

Depois de tudo que haviam enfrentado, aqueles homens encontraram na cidade não apenas um lugar onde aportar, mas também pessoas dispostas a recebê-los e ajudá-los.

É isso que dá a este volume uma importância que vai muito além da história naval britânica. Ele é também um documento da história de Rio Grande. Quando foi

impresso, em 1751, provavelmente ninguém poderia imaginar que, quase três séculos depois, um exemplar dessa narrativa estaria preservado aqui, na Biblioteca Rio-Grandense, justamente porque suas páginas registram uma passagem tão antiga pela nossa região.

E há algo especialmente bonito nessa permanência: aqueles homens chegaram a Rio Grande em condições miseráveis, depois de uma viagem em que tantos companheiros haviam perdido a vida. O tempo passou. A cidade mudou. Os homens desapareceram. A própria paisagem que eles contemplaram já não é exatamente a mesma. Mas o livro permaneceu.

Talvez seja justamente essa uma das coisas mais fascinantes do trabalho com obras raras: às vezes, é preciso atravessar um livro inteiro para descobrir que, em algum lugar de suas páginas, está também a história da nossa própria cidade. Séculos depois, a história dos sobreviventes encontrou abrigo novamente, desta vez, entre as estantes da Biblioteca Rio-Grandense.

62. AN AFFECTING NARRATIVE OF THE UNFORTUNATE VOYAGE AND CATASTROPHE OF HIS MAJESTY'S SHIP WAGER, ONE OF COMMODORE ANSON'S SQUADRON IN THE SOUTH SEA EXPEDITION. London: Printed for John Norwood, 1751. 160 p.
63. BULKELEY, John; CUMMINS, John. *A voyage to the South-Seas, in the years 1740-1: containing a faithful narrative of the loss of His Majesty's Ship the Wager...* London: Jacob Robinson, 1743.
64. CAMPBELL, Duncan S. *An affecting narrative: the loss of the Wager*. [S.l.]: Patagonia Bookshelf, [s.d.]. Estudo introdutório à edição digital da obra de 1751.

65. *AN AFFECTING NARRATIVE OF THE UNFORTUNATE VOYAGE AND CATASTROPHE OF HIS MAJESTY'S SHIP WAGER...* London: John Norwood, 1751, p.153.
66. *AN AFFECTING NARRATIVE OF THE UNFORTUNATE VOYAGE AND CATASTROPHE OF HIS MAJESTY'S SHIP WAGER...* London: John Norwood, 1751.
67. *AN AFFECTING NARRATIVE OF THE UNFORTUNATE VOYAGE AND CATASTROPHE OF HIS MAJESTY'S SHIP WAGER...* London: John Norwood, 1751, folha de rosto.

2.9. Quando a Biblioteca conta a sua própria história

Aqui, a Biblioteca não é apenas o lugar onde a história está guardada. Desta vez, ela própria está escrita nas páginas que temos diante de nós.

A nona obra que apresentamos é particularmente especial, porque fala da própria instituição onde estão guardadas todas as obras que viemos conhecendo: a Biblioteca Rio-Grandense.

Trata-se de um volume factício, reunindo diferentes impressos da instituição. Mais do que um simples livro de estatutos, este exemplar constitui um conjunto documental que nos permite acompanhar diferentes momentos da história da própria Biblioteca.

Entre suas páginas encontramos documentos que pertencem ao período em que a instituição ainda se denominava Gabinete de Leitura da Cidade do Rio

Grande, além dos estatutos posteriores da Bibliotheca Rio-Grandense. [68]

O volume reúne quatro conjuntos de estatutos, publicados em diferentes momentos: [1853], 1855, 1878 e 1899. A sequência nos revela, através dos próprios documentos, a transformação da Instituição ao longo da segunda metade do século XIX. [68]

O Gabinete de Leitura era uma associação voltada aos seus acionistas e sócios. Em 1878, em meio a dificuldades financeiras, a instituição passou por uma reformulação e deixou de ser um espaço restrito, ampliando sua atuação como biblioteca. A documentação desse período registra justamente essa mudança. [69] Por isso, estes estatutos são documentos fundamentais para compreender a história cultural de Rio Grande.

E há um detalhe muito expressivo nesta obra.

Em uma das páginas aparece o endereço da instituição: Rua Riachuelo, 33. O texto informa também que a biblioteca possuía 2.858 obras, correspondendo a 5.724 volumes, além de atlas, mapas, esferas, tratados e plantas de várias cidades.[70]

Ou seja, temos aqui uma espécie de fotografia escrita da Biblioteca naquele momento: sabemos onde ela estava, quantos livros possuía, quais eram seus recursos e até como funcionava seu atendimento.

O documento informa ainda os horários de funcionamento e menciona a intenção de oferecer cursos gratuitos de instrução primária e secundária.[70]

Isso nos mostra que a Biblioteca não era apenas um lugar onde os livros eram guardados. Era também um espaço de leitura, instrução, sociabilidade e formação cultural da cidade.

E há ainda uma marca, quase discreta, que talvez seja uma das mais interessantes de todo o exemplar. Em uma de suas páginas encontramos uma anotação manuscrita: “Bibliotheca Rio Grande – da Secretaria, 22/4/1922”. [71]

Poucas palavras. Uma data. Uma indicação aparentemente simples.

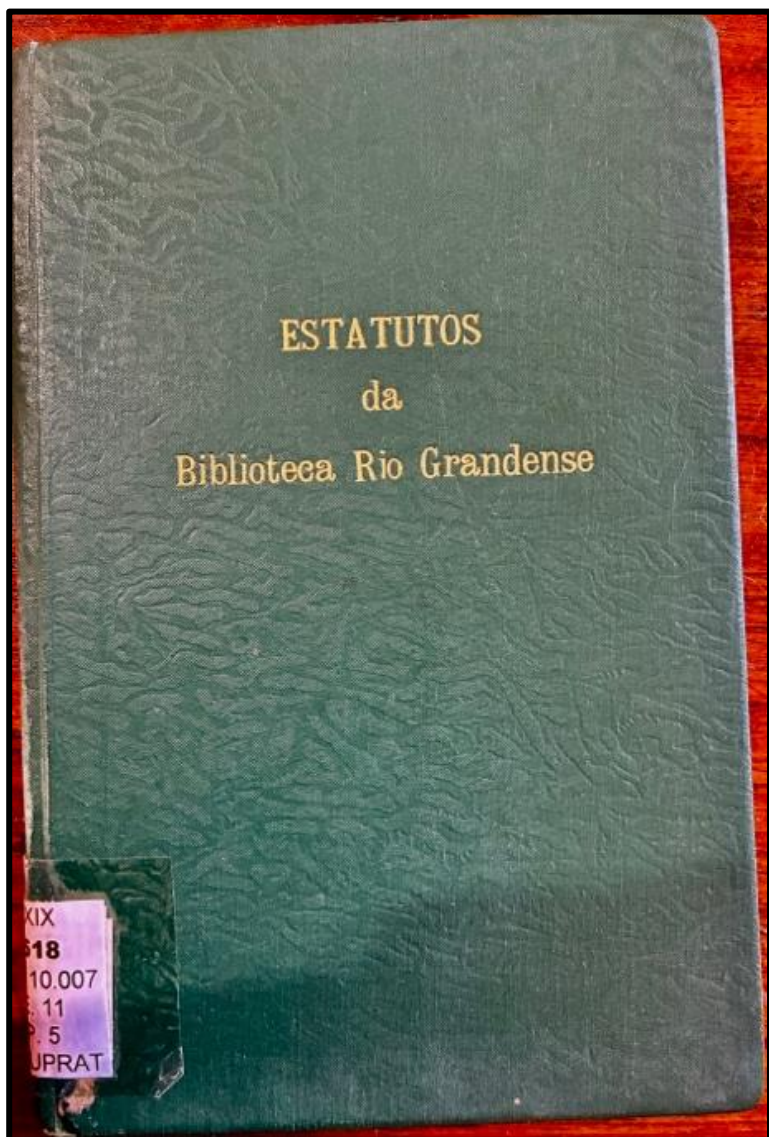
Mas essa pequena anotação nos permite acompanhar a própria vida material do exemplar. Depois de impresso, ele continuou dentro da instituição, passou pela Secretaria e permaneceu ali, sendo preservado ao longo do tempo.

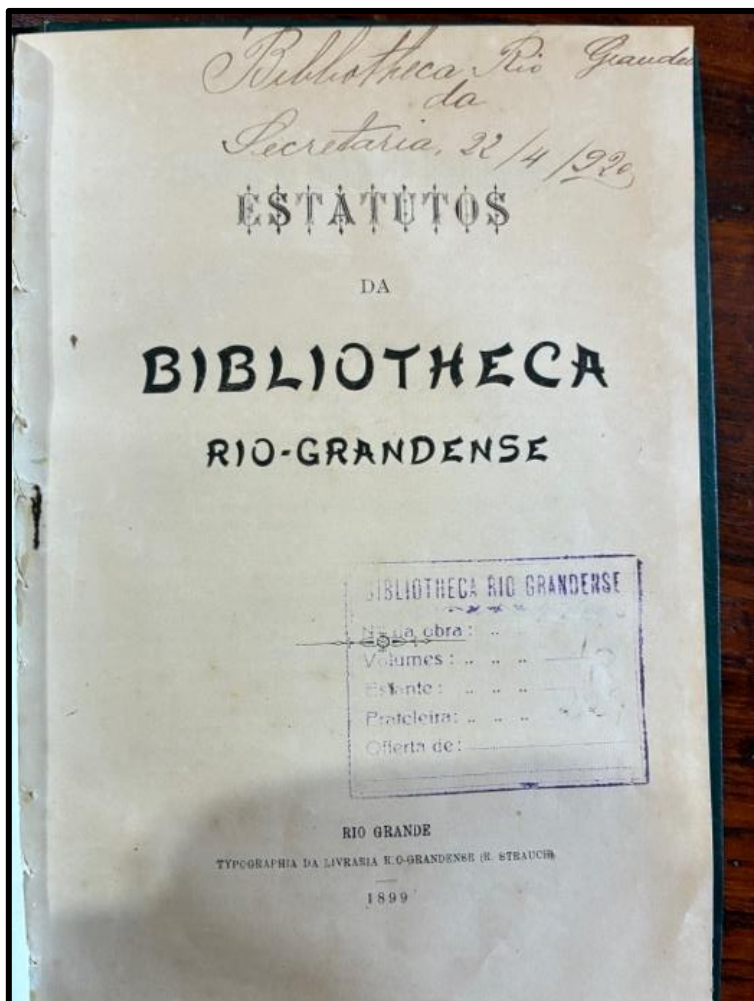
É exatamente esse tipo de detalhe que transforma um impresso antigo em documento histórico.

Quando olhamos para esta obra, não estamos apenas lendo os estatutos de uma associação do século XIX. Estamos vendo a Biblioteca se constituir, mudar de nome, reorganizar-se, ampliar sua função e formar o acervo que, décadas depois, chegaria até nós.

Nas obras anteriores, encontramos livros que contam histórias relacionadas a Rio Grande. Aqui, encontramos algo diferente: um documento que conta a história da própria casa que preservou esses livros.

Portanto, este conjunto de estatutos é também um documento da memória institucional da Biblioteca Rio-Grandense e, ao mesmo tempo, da história cultural da cidade do Rio Grande.





BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE

NA

CIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

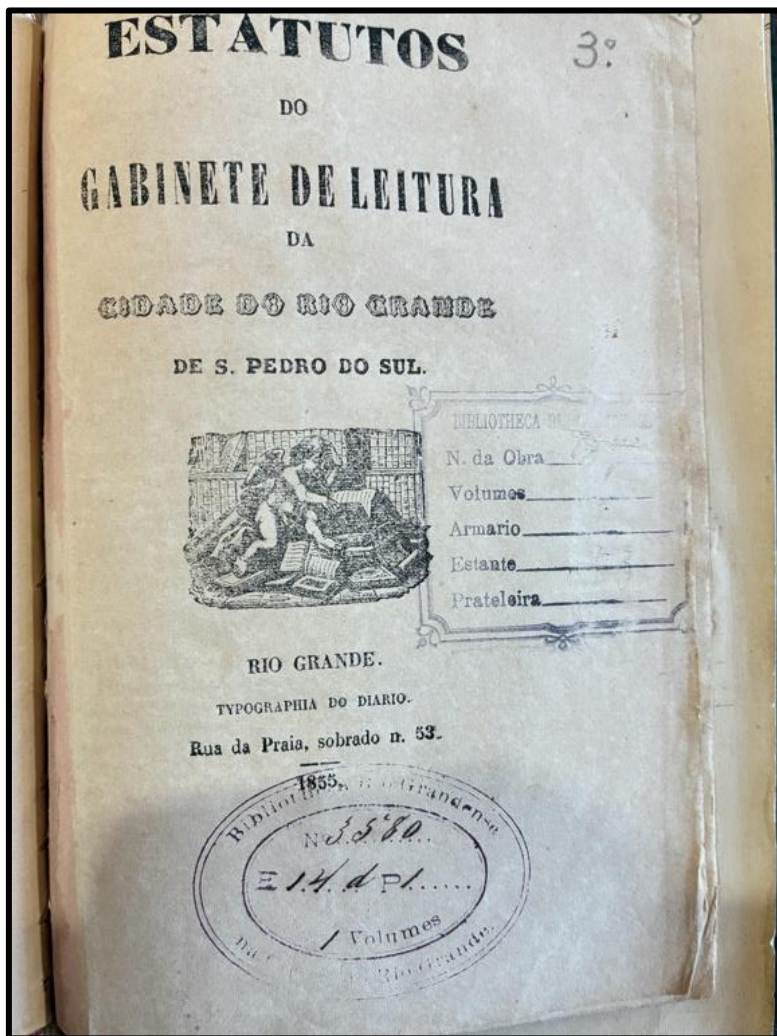
33 RUA RIACHUELO 33

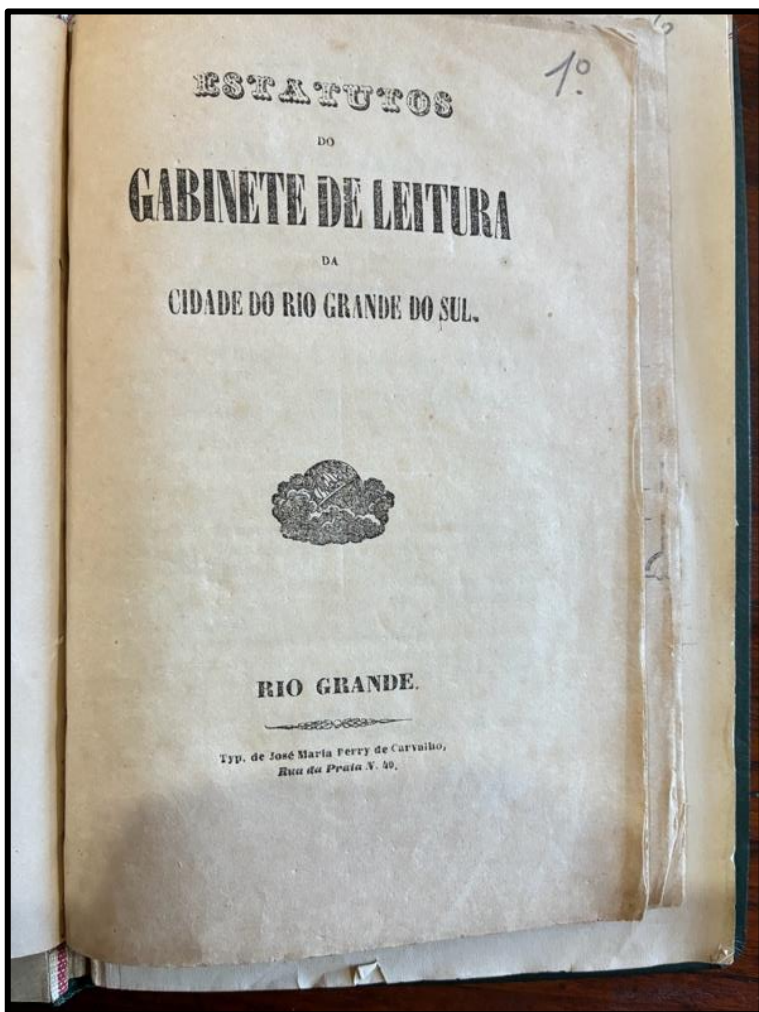
A bibliotheca desta associação contém actualmente 2,858 obras com 5,724 volumes, em diferentes idiomas; possui regular numero de atlas, mappas, espheras, traçados de caminhos de ferro, plantas de varias cidades e muitos outros interessantes objectos de estudo.

O movimento da livraria, para socios e contribuintes, está calculado mensalmente em : sahidas 800 volumes, correspondendo as entradas a esse numero. A bibliotheca é diariamente frequentada pelos socios, visitada por senhoras e algumas pessoas estranhas á associação.

A bibliotheca está aberta das 9 horas da manhã até á 1 da tarde, e das 4 1/2 horas da tarde ás 9 da noute, nos dias uteis ; e nos domingos e dias de guarda das 10 horas da manhã ás 2 1/2 da tarde. Nos dias 1º e 6 de Janeiro, Quinta-feira de Endoenças, Sexta-feira Maior, Corpus-Christi, 7 de Setembro, 2 e 25 de Dezembro não se abre.

Brevemente se abrirão no estabelecimento cursos gratuitos de instrucção primaria e secundaria, de conformidade com o § 4º do art. 1º.





68. BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE. *Estatutos da Biblioteca Rio-Grandense*. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio-Grandense (R. Strauch), 1899. Volume

- factício contendo diferentes estatutos impressos da instituição, incluindo: *Estatutos do Gabinete de Leitura da Cidade do Rio Grande de S. Pedro do Sul*, [1853]; *Estatutos do Gabinete de Leitura da Cidade do Rio Grande do Sul*, 1855; *Estatutos da Bibliotheca Rio-Grandense na Cidade do Rio Grande do Sul*, 1878; e *Estatutos da Bibliotheca Rio-Grandense*, 1899. Exemplar pertencente ao acervo da Biblioteca Rio-Grandense, tomo 10.007, Sala AD, Estante 11, Prateleira 5.
69. AQUINO, Vanessa Barrozo Teixeira. *Um gabinete de leitura à beira mar: os primórdios da Bibliotheca Rio-Grandense (1846-1878)*. BIBLOS – Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 35, n. 1, 2021.
 70. BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. *Estatutos da Bibliotheca Rio-Grandense*. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio-Grandense (R. Strauch), 1899, p. 33.
 71. BIBLIOTHECA RIO-GRANDENSE. *Estatutos da Bibliotheca Rio-Grandense*. Rio Grande: Typographia da Livraria Rio-Grandense (R. Strauch), 1899. Anotação manuscrita na folha de rosto: “Bibliotheca Rio Grande — da Secretaria, 22/4/1922”.

2.10 Quando a medicina começa a se escrever

Há livros antigos que nos contam histórias. E há aqueles que nos permitem perceber o momento em que um conhecimento começa a tomar forma. É o caso desta obra: *Tratado nuevamente impresso de todas las enfermedades de los riñones, vexiga, y carnosidade de la verga y urina*, de Francisco Díaz, publicada em Madrid, em 1588. [72]

Francisco Díaz foi médico e cirurgião espanhol, formado pela Universidade de Alcalá de Henares e cirurgião do rei Filipe II. [73, 74]

O título, bastante extenso, já nos revela o assunto: doenças dos rins, da bexiga, da uretra e problemas relacionados à urina. Hoje reconheceríamos esse campo como urologia. A obra é considerada um marco na história da medicina e, particularmente, da urologia, sendo reconhecida pela historiografia da especialidade como o primeiro tratado dedicado especificamente às doenças do aparelho urinário. [73, 76]

O livro está dividido em três partes: a primeira trata das doenças dos rins; a segunda, das doenças da bexiga; e a terceira, das chamadas “carnosidades” da uretra. [72, 75] É justamente nessa terceira parte que encontramos uma das contribuições mais importantes de Francisco Díaz: além de descrever procedimentos cirúrgicos, ele apresenta instrumentos de sua própria invenção, entre eles o chamado cisório, utilizado no tratamento das obstruções da uretra e considerado um precursor do uretrótomo. [73, 74, 76]

Assim, Francisco Díaz não se limitava a registrar o conhecimento médico de seu tempo. Ele também procurava criar instrumentos e soluções para os problemas que enfrentava na prática. [74]

E talvez seja isso que torne este livro ainda mais fascinante: entre suas páginas, vemos não apenas o nascimento de um conhecimento médico, mas também a imaginação de um homem procurando transformar esse conhecimento em prática. Portanto, Francisco Díaz não se limita a descrever as doenças. Ele procura também registrar formas de tratamento e procedimentos

cirúrgicos, acompanhados da descrição de instrumentos. [72,76]

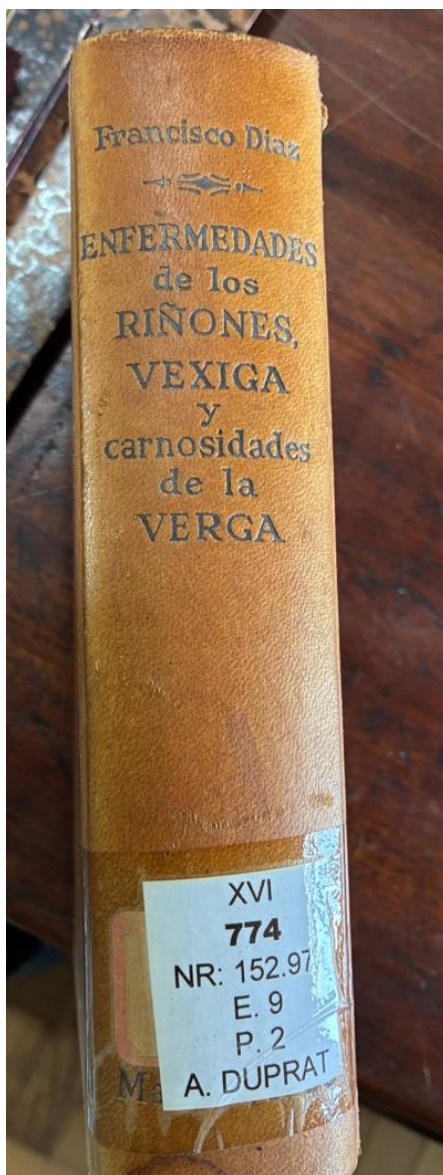
Estamos, portanto, diante de um momento em que a experiência médica começava a ser organizada e transformada em conhecimento escrito, para que pudesse ser transmitida a outros.

E a própria página nos conta um pouco dessa história. Na folha de rosto, encontramos a identificação do autor, sua formação e sua condição de “Cirujano del Rey nuestro Señor”. [72] Logo abaixo, lemos: “Con privilegio. Impresso en Madrid por Francisco Sánchez. Año 1588.” [72]

Também, quanto à materialidade do exemplar, percebemos que revela aspectos da cultura do livro no século XVI. Uma grande capitular, gravada em xilogravura, abre o texto, enquanto pequenas indicações marginais orientam a leitura. São elementos que hoje percebemos como marcas gráficas, mas que, para o leitor daquele tempo, faziam parte da própria maneira de organizar e percorrer o conhecimento. [72,77]

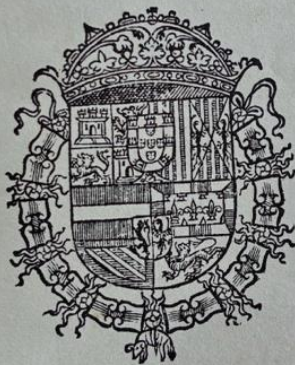
Mais de quatro séculos depois, este exemplar conserva algo que ultrapassa o conteúdo de suas páginas. Registra não apenas um capítulo da história da medicina, mas o momento em que uma área do saber começava a construir sua própria linguagem, seus métodos e seus instrumentos.

É nesse sentido que uma obra rara deixa de ser simplesmente um livro antigo. Ela se transforma em testemunha de um momento em que o conhecimento, ainda em formação, encontrou na palavra impressa uma maneira de permanecer.

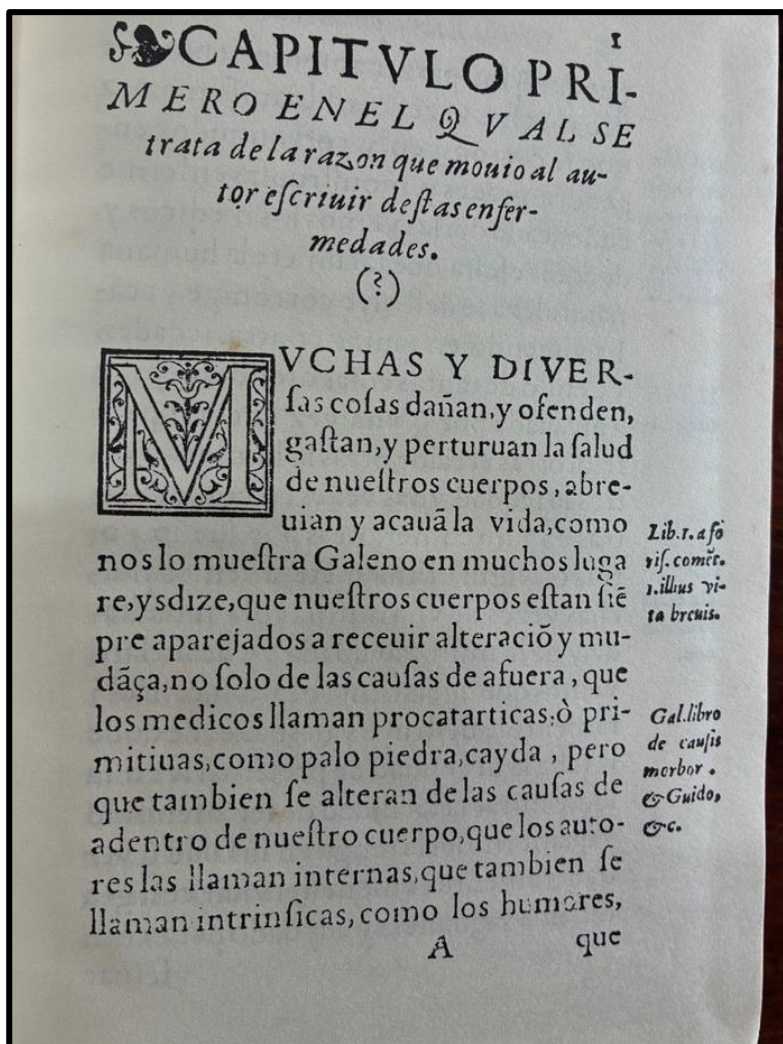


TRATADO
NUEVAMENTE
IMPRESSO, DE TODAS
LAS ENFERMEDADES DE LOS
Riñones, Vexiga, y Carnosidades dela verga, y Vrina,
diuidido en tres libros. Compuesto por Francisco Diaz Dotor en Medicina, y maestro en Filosofia, por la insigne vniuersidad de Alcalá de Henares, y Cirujano del Rey nuestro Señor.

DIRIGIDO AL DOTOR VALLE
*Protomedico del Rey nuestro Señor, y Medico
de su Camara, &c.*



CON PRIVILEGIO.
Impresso en Madrid por Francisco Sanchez.
Año. 1588.



72. **DÍAZ, Francisco.** *Tratado nuevamente impresso de todas las enfermedades de los riñones, vexiga, y carnosidades de*

- la verga, y urina, dividido en tres libros.* Madrid: Francisco Sánchez, 1588.
- 73. ASOCIACIÓN ESPAÑOLA DE UROLOGÍA.** *Historia de la Urología Hispánica: Francisco Díaz.* Madrid: Asociación Española de Urología.
- 74. GOMIS BLANCO, Alberto.** *De médicos y medicina de la Universidad Cisneriana en el Renacimiento.* Revista de Investigación y Educación en Ciencias de la Salud, v. 7, n. 2, p. 55-66, 2022. DOI: 10.37536/RIECS.2022.7.2.346
- 75. ANGULO, Javier; GODDARD, Jonathan C.** *Francisco Díaz (1527–1590), forefather of urology.* *Urology News*, v. 28, n. 3, 2024.
- 76. CASALS, Randy; TSIVIAN, Matvey.** *Francisco Diaz: The Forgotten Father of Urology.* *Journal of Urology*, 2021. DOI: 10.1097/JU.0000000000001992.19.
- 77. BIBLIOTECA FORAL DE BIZKAIA.** *Tratado nuevamente impresso, de todas las enfermedades de los riñones, vexiga, y carnosidades de la verga, y urina: diuidido en tres libros.* Madrid: Francisco Sánchez, 1588.

2.11 O mundo antigo diante do mundo novo

Há livros que preservam uma imagem do mundo. E há aqueles que nos permitem acompanhar o momento em que essa imagem começa a mudar. É o caso desta obra: *Geographia*, de Cláudio Ptolomeu, publicada em Veneza, em 1562, pelo impressor Vincenzo Valgrisi. [78]

Ptolomeu viveu no século II, em Alexandria, e foi astrônomo, matemático e geógrafo. Sua “*Geographia*”

tornou-se uma das obras fundamentais da história da cartografia, pois não se limitava a descrever os lugares conhecidos: procurava representar a Terra de maneira matemática, utilizando coordenadas de latitude e longitude. [79] Quando esta edição foi impressa, no século XVI, já havia passado cerca de quatorze séculos desde a época de Ptolomeu. E é neste aspecto que começa a fascinação do exemplar, pois a obra reúne dois momentos muito diferentes da história: o mundo conhecido na Antiguidade e o mundo que os europeus começavam a conhecer no Renascimento. [82]

Por outro lado, a tradução latina de Ptolomeu, realizada por Willibald Pirckheimer, foi revista por Giuseppe Moleti, um matemático e cosmógrafo italiano, que a comparou com manuscritos gregos e acrescentou comentários à obra. [80] Desta forma, a edição incorpora não somente a transmissão de um conhecimento antigo, mas o esforço dos estudiosos do século XVI para revê-lo, interpretá-lo e ampliá-lo. Na folha de rosto, percebemos essa característica, pois encontramos a referência de sessenta e três tábuas, sendo vinte e sete antigas e as demais novas, destinadas a representar tanto a geografia conhecida por Ptolomeu quanto os conhecimentos geográficos mais recentes. [81]

É como se o livro nos mostrasse dois mapas do tempo: de um lado, a imagem herdada da Antiguidade, daquele século II, quando vivia Ptolomeu; de outro, a imagem de um mundo que se ampliava com as grandes navegações. Um mundo que começava a se conhecer.

Acreditamos que essa convivência seja uma das maiores riquezas desta edição. Ptolomeu jamais poderia ter conhecido as terras que os europeus começavam a representar no século XVI. Ainda assim, seu sistema

continuava sendo utilizado como referência para compreender e organizar esse novo conhecimento.

Por sua vez, a materialidade do exemplar também nos convida a olhar com atenção. É o que podemos perceber, por exemplo, na folha de rosto a marca tipográfica de Vincenzo Valgrisi: uma serpente enrolada em um bastão, sustentada por duas mãos. Essas marcas funcionavam como verdadeiras identificações visuais das oficinas de impressão, quase como uma assinatura do impressor, e hoje constituem importantes testemunhos da história do livro.

Ao longo das páginas, encontramos capitulares ornamentadas, como a grande letra inicial que abre o texto. Produzida em xilogravura, elas não tinham apenas uma função decorativa: integravam a própria arquitetura visual da página e ajudavam a marcar o início de uma seção ou capítulo. [83]

A composição tipográfica também merece atenção. O texto latino combina caracteres diferentes corpos e formas tipográficas, utilizados de maneira ordenada para distinguir títulos, capítulos, comentários e o texto corrente. Era uma maneira de orientar o leitor e tornar visíveis todas as seções da obra.

Encontramos ainda diagramas e representações geométricas, perfeitamente coerentes com a natureza matemática da obra. A leitura de Ptolomeu exigia não apenas palavras, mas também formas capazes de representar relações espaciais, medidas e proporções.

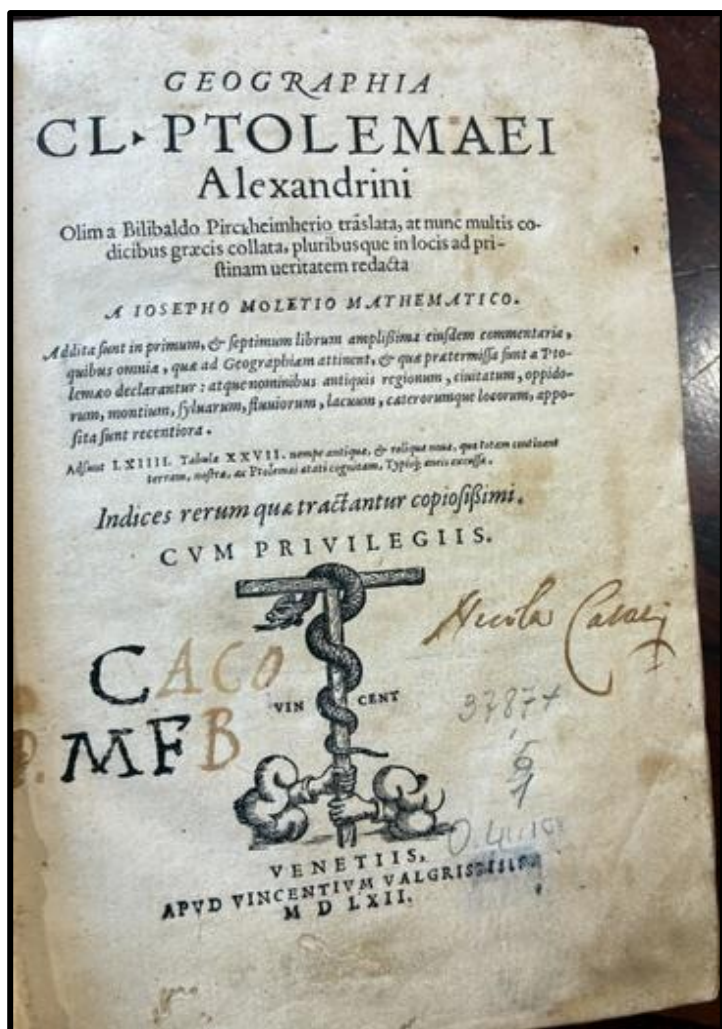
E há um aspecto particularmente significativo: os mapas gravados em cobre. Eles constituem uma das grandes riquezas materiais desta edição e mostram como a cartografia impressa podia unir conhecimento

científico, técnica de gravação e representação visual.
[82]

Portanto, a importância deste exemplar não está apenas no fato de ter sido impresso em 1562. Ela resulta da reunião de diferentes dimensões: sua antiguidade, sua importância para a história da ciência, sua contribuição para a história da cartografia, a transmissão de um conhecimento produzido na Antiguidade e sua atualização pelos estudiosos do Renascimento.

Para a Biblioteca Rio-Grandense, lugar onde tantas páginas atravessaram o tempo, essa obra adquire um significado especial: entre suas páginas dedicadas originalmente à representação do mundo antigo, encontramos uma das primeiras formas impressas de representação e descrição do Brasil, revelando como o conhecimento sobre o território americano passou a integrar a imagem europeia no mundo.

Sob nosso olhar, percebemos que a obra de Ptolomeu preserva a imagem de um mundo antigo, mas, ao mesmo tempo anuncia um mundo novo. Ela nos permite acompanhar as mudanças na maneira como o ser humano olha para o mundo, procura compreendê-lo e tenta desenhá-lo sobre uma página. Dessa forma, uma obra rara deixa de ser apenas um livro antigo: transforma-se numa janela para o seu tempo e para a maneira como, ao longo dos séculos, aprendemos a imaginar o mundo.

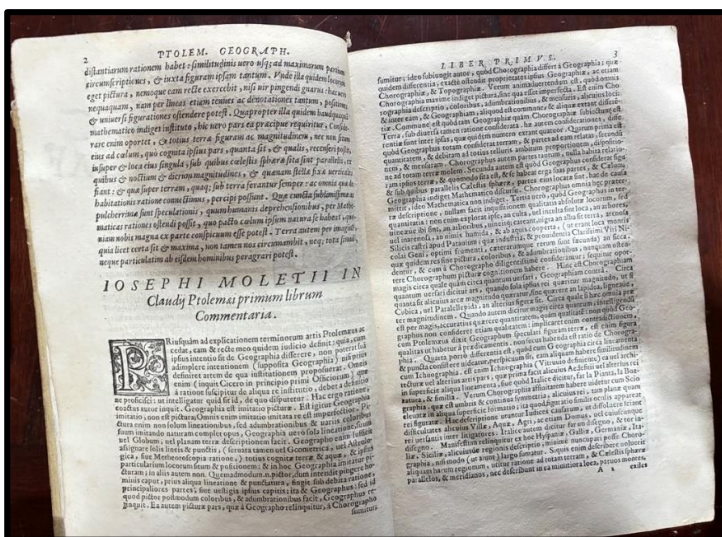


BRASIL, SIVE AMERICÆ partis Nova Tabula,

Trigesimaquinta additarum, & 62. in ordine.



Hæc tabula continet regionem Brasiliam, quæ quidem est
pars America, nomenq; accepit à Brasilio ligno, Verzinum
Itali vocant, cuius maxima fit in ea copia. Mare in Maran-
nonis fluvii ostiis ob ingentem aquarum amnis quantitatem
dulce per aliquot passus existit. Fluminibus Promontoriisq;
ut plarium nomina data sunt a diebus, in quibus navigan-
tes adveniant, ut Promontorium Omnium sancti Martini, S. Francisci, S. Augusti-
ni, &c. Latus Lemum, & Dextrum huius tabula longitudinem: Frons, & Cæx la-
titudinem ostendunt. Homines huius regionis erant olim Anthropophagi, & ca-
nibales vocabantur. post autem Hispanorum imperium ob pena timorem & co-
suetudinem nesciuntur ut alii, sicuti antea diximus.



78. BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE. *Geographia Cl. Ptolemaei Alexandrini: olim a Bilibaldo Pirckheimerio translata, at nunc multis codicibus Graecis collata, pluribusque in locis ad pristinam veritatem redacta a Iosepho Moletio mathematico.* Venezia: apud Vincentium Valgrisium, 1562. Catálogo online da Biblioteca Rio-Grandense, MFN 190579, tomo 27.874. Rio Grande, RS: Biblioteca Rio-Grandense, 2026. Disponível em: [Catálogo da Biblioteca Rio-Grandense – Geographia de Ptolomeu](#). Acesso em: 17 set. 2026.
79. WORLD CAT. *Geographia Cl. Ptolemaei Alexandrini.* [S. l.]: OCLC, [s. d.]. Disponível em: [WorldCat – Geographia Cl. Ptolemaei Alexandrini](#). Acesso em: 26 set. 2026.

80. BIBLIOTECA VALICELLIANA. *Documenti cartografici: Ptolemaeus, Claudius, Geographia Cl. Ptolemaei Alexandrini*. Roma: Biblioteca Vallicelliana, [s. d.]. Disponível em: [Biblioteca Vallicelliana](#). Acesso em: 26 set. 2026.
81. BIBLIOTECA NAZIONALE BRAIDENSE. *Geographia Cl. Ptolemaei Alexandrini*. Milão: Biblioteca Nazionale Braidense, [s. d.]. Disponível em: [Biblioteca Nazionale Braidense – catálogo](#). Acesso em: 26 set. 2026.
82. HISTORY OF CARTOGRAPHY. *The reception of Ptolemy's Geography*. Chicago: University of Chicago Press, [s. d.]. Disponível em: [The History of Cartography – The Reception of Ptolemy's Geography](#). Acesso em: 26 set. 2026.
83. GONNELLI CASA D'ASTE. *Ptolemaeus, Claudius. Geographia... Venetiis: apud Vincentium Valgrisium, 1562*. Florença: Gonnelli Casa d'Aste, 2019. Disponível em: [Gonnelli – descrição bibliográfica da edição de 1562](#)

2.12 O que os meninos não devem ler

No caso de Ptolomeu, temos uma obra que representa um momento de ampliação do conhecimento do mundo: o texto antigo é retomado, confrontado com manuscritos gregos, corrigido, atualizado e enriquecido com novos mapas, entre eles, a representação do Brasil. Já, a obra que apresentamos, *Os Lusíadas* de 1879 nos coloca diante de um movimento quase inverso: um texto literário consagrado que é deliberadamente reduzido

para se adequar ao que se considerava apropriado à leitura infantil e escolar.

O percurso do livro através do tempo nem sempre significa acrescentar conhecimento. Às vezes, significa também selecionar, restringir, retirar. É o que ocorre com esta edição de *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, publicada em Bruxelas, em 1879, pela Typographia e Lithographia E. Guynot. Trata-se de uma edição preparada pelo educador Abílio César Borges, conhecido posteriormente como Barão de Macaúbas, para uso das escolas brasileiras. [84] A própria folha de rosto anuncia sua particularidade: foram suprimidas "todas as estâncias que não devem ser lidas pelos meninos". [85] É uma frase breve, mas reveladora. Ela nos informa, já na abertura do livro, que aquele exemplar não pretende simplesmente reproduzir Camões. Há uma intervenção deliberada no texto original. Segundo o educador e adaptador do livro, algumas passagens deveriam permanecer fora da leitura daqueles a quem o livro se destinava. A edição de 1879 insere-se nesse projeto de utilização da literatura como instrumento de formação escolar. [86]

Por isso, a raridade deste exemplar não está apenas na sua antiguidade. Encontra-se também na história da intervenção que suas páginas conservam. Temos aqui *Os Lusíadas* adaptado para a escola, um texto que atravessou os séculos, mas que, ao chegar às mãos dos jovens leitores do século XIX, passou por uma seleção. [87]

Em Ptolomeu, o livro amplia o mundo diante dos olhos do leitor. Em Camões, nesta edição escolar, o livro também educa o olhar, mas estabelece, ao mesmo tempo, aquilo que esse olhar deveria ou não encontrar.

Há ainda uma particularidade reveladora na expressão escolhida para designar seus leitores: os meninos.

Isso não significa que as meninas estivessem excluídas da escolarização. Elas já frequentavam escolas e eram contempladas pelas iniciativas educacionais do período. A educação oitocentista, entretanto, estabelecia distinções entre meninos e meninas, tanto nos espaços escolares quanto nos conteúdos e finalidades atribuídos à sua formação.[88]

Assim, uma simples palavra da folha de rosto abre uma janela para um mundo que já não é o nosso. “Meninos” não estabelece apenas os leitores do livro: revela também uma determinada maneira de pensar a infância, a educação e os papéis atribuídos aos gêneros pela sociedade. [90]

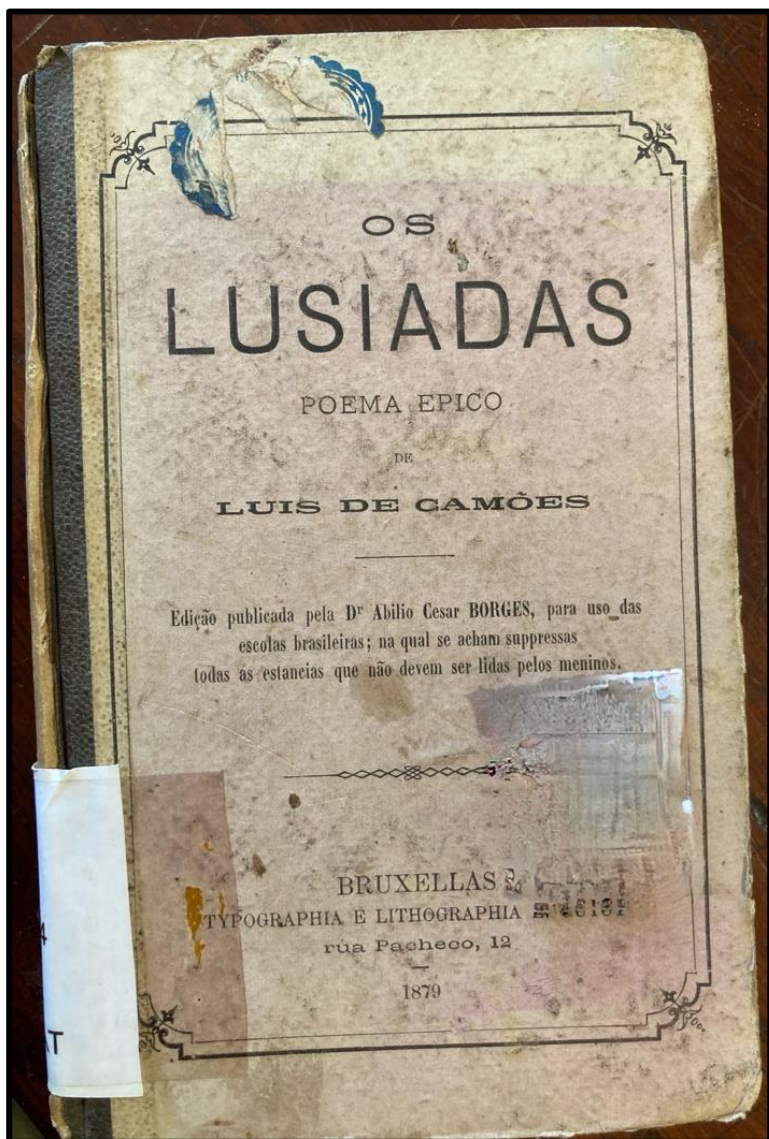
E há, nesse detalhe, um aspecto revelador. As supressões não foram feitas de maneira silenciosa. O próprio Abílio César Borges assume a intervenção e explica a sua finalidade: havia passagens que, segundo seu entendimento, não deveriam ser oferecidas à leitura dos jovens, especialmente por seu conteúdo considerado inadequado à infância, [89] sobretudo pelo seu caráter erótico e lascivo de algumas cenas. Entre os trechos suprimidos encontra-se parte do Canto IX, especialmente o episódio da Ilha dos Amores. [89].

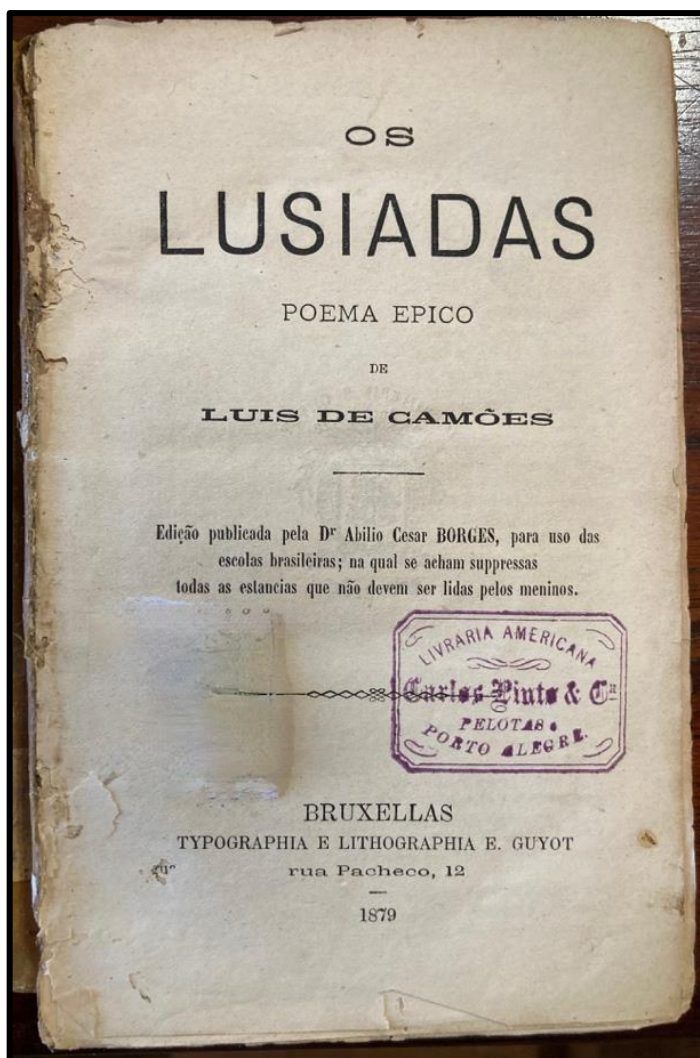
Temos então, o registro de uma escolha. Alguém leu Camões, percorreu suas páginas, reconheceu nelas aquilo que não considerava apropriado aos seus jovens leitores e decidiu que determinadas estâncias deveriam desaparecer daquela edição.

Talvez seja nesse ponto que este exemplar se torna tão interessante para a história do livro. Porque

um livro não guarda somente aquilo que foi escrito. Guarda também, entre suas páginas, a história das ideias, dos valores e das escolhas de uma época. Guarda até mesmo a marca da censura, para que possamos reconhecê-la no passado e jamais repeti-la.

Preservado nas estantes da Sala de Obras Raras, este exemplar nos permite imaginar também aquilo que já não está nele: as páginas que foram retiradas, as palavras que foram silenciadas, as passagens que alguém decidiu que não deveriam chegar aos olhos dos leitores. E, de certo modo, os silêncios desta edição também contam uma história. Ao olharmos para este livro, não vemos apenas *Os Lusíadas* de Camões. Encontramos Camões visto através dos olhos de um educador do século XIX. Esta camada de história transforma o exemplar em uma peça especialmente significativa de uma coleção de obras raras. Talvez seja esse um dos maiores poderes de um livro antigo: conservar em suas páginas, não apenas aquilo que o passado escreveu, mas também os silêncios que produziu.





84. BORGES, Abílio César. *Os Lusíadas: poema épico de Luiz de Camões*. Edição publicada pelo Dr. Abílio César Borges para uso das escolas brasileiras, na qual se acham supressas todas as estâncias que não devem ser lidas pelos meninos. Bruxelas: Typographia e Lithographia E. Guyot, 1879.
85. BORGES, Abílio César. *Os Lusíadas...* Bruxelas: Typographia e Lithographia E. Guyot, 1879.
86. SOUZA, Carlos Eduardo Dias. *A educação como horizonte político no Segundo Reinado: notas sobre a trajetória e a atuação de Abílio César Borges*. Revista Brasileira de História da Educação, v. 17, n. 2, 2017, p. 41-68
87. PAIVA, Wilson Alves de. Estudo sobre a edição escolar de *Os Lusíadas* de Abílio César Borges. O estudo registra a supressão de **32 das 1.102 estâncias** da obra, associada pelo próprio Borges ao caráter considerado inadequado à infância.
88. BARROSO, José Liberto. *A instrução publica no Brazil* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.
89. TELES, Gilberto Mendonça. *O mito camoniano*. O estudo reproduz a explicação de Abílio César Borges sobre seu constrangimento em fazer os alunos lerem Camões, devido às passagens que considerava inadequadas à infância, e caracteriza a intervenção como uma censura assumida.
90. CAMPOS, Yáscara Sibelly de Souza. Gênero e educação no século XIX: o ofício da mulher em foco nas fontes históricas. *Imburana: revista do Núcleo Câmara Cascudo de Estudos Norte-Rio-Grandenses*, Natal, v. 1, n. 1, p. 98-105, fev. 2010.

2.13 A voz de Rita

Há livros que chegam até nós vindos de muito longe. Revelam autores estrangeiros, cidades que já mudaram de aparência ou mesmo de nome, tipografias desaparecidas, mapas de um mundo que já não é o nosso. Outros, porém, fazem um caminho diferente: nascem perto de nós e atravessam o tempo, permanecendo entre as mãos de leitores até chegarem às estantes que os preservam.

É o que acontece com o exemplar de *Sorrisos e prantos*, de Rita Barem de Mello. Impresso em Rio Grande, em 1868, pela Tipographia do Echo do Sul, o livro atravessou mais de um século e meio e permanece hoje preservado na cidade onde foi publicado, na Biblioteca Rio-Grandense.[91] Entre a cidade que o viu nascer e a instituição que hoje o preserva, ficaram as marcas de uma história que vai além de suas páginas: a história de sua autora e da presença feminina nas letras de Rio Grande.

Pois este é um dos exemplares que testemunham a produção literária oitocentista de Rio Grande. Publicado postumamente em 1868, o volume reúne poemas da autora, que assinava seus versos com o pseudônimo “Jurity”.

A folha de rosto do exemplar, que hoje se encontra na Sala de Obras Raras Dr. Fernando Duprat da Silva, permite perceber, de imediato, algumas de suas características. Em composição tipográfica simples, mas cuidadosamente organizada, aparecem o título “*Sorrisos e prantos*”, a indicação “**Poesias póstumas**”, o nome da autora, **D. Rita Barem de Mello** e, entre parênteses, o pseudônimo “**Jurity**”. Na parte inferior, encontram-se o

local de publicação, **Rio Grande**, e a indicação da oficina responsável pela impressão: **"Typ. do Echo do Sul, de P. B. de Moura"**.

Há, porém, um detalhe na folha de rosto que acrescenta ao exemplar uma dimensão ainda mais particular. Acima do título, uma anotação manuscrita registra: "Joia do Sócio Manoel dos Santos Moreira". Mais abaixo, lê-se a indicação "S. L. Culto às Letras", acompanhada da data 12-12-76.

A anotação sugere uma relação do livro com uma sociedade literária, provavelmente identificada pela abreviatura "S. L.", e registra a condição de sócio atribuída a Manoel dos Santos Moreira. A data, por sua vez, parece indicar o momento em que o exemplar recebeu essa inscrição ou passou a integrar aquele círculo de leitura. Embora não tenhamos localizado, até o momento, documentação que permita identificar com segurança quem foi Manoel dos Santos Moreira ou esclarecer integralmente a natureza da instituição mencionada, o manuscrito constitui um vestígio precioso da circulação do livro em Rio Grande.

É nesse ponto que o pequeno manuscrito da folha de rosto parece abrir uma porta para uma história maior. Sorriso e prantos não é apenas o livro de uma mulher que escreveu em Rio Grande no século XIX. É também o vestígio de uma cidade que lia, que cultivava seus círculos literários, que tinha um gabinete de leitura e que fazia circular os livros que produzia.

São marcas como essa que permitem acompanhar, ainda que de maneira fragmentária, a trajetória de um livro depois que ele deixa a oficina tipográfica.

Rita Barem de Mello nasceu em Porto Alegre, em 1840, e faleceu em Rio Grande, em 27 de fevereiro de 1868. O Dicionário de Autores do Projeto Fontes confirma essas informações e registra a autora entre os escritores vinculados à história literária sul-rio-grandense.[92]

Sua produção poética começou ainda muito cedo. Estudos sobre sua obra registram a publicação de seus primeiros versos na imprensa literária e destacam sua colaboração em periódicos do período. Seus poemas, posteriormente reunidos em Sorrisos e prantos, foram escritos entre 1854 e 1867 e revelam familiaridade com autores como Lamartine, Victor Hugo, Camões, Garrett e Herculano, entre outros. [93]

A trajetória de Rita nos leva, então, a olhar para o lugar ocupado pelas mulheres na vida intelectual de seu tempo. Elas já escreviam, publicavam em periódicos e tinham seus textos reunidos em livros, mas essa participação ainda se construía em meio às limitações e aos valores de uma sociedade que reservava às mulheres um espaço mais restrito na vida pública. Rita Barem de Mello integra esse grupo de escritoras que, apesar dessas circunstâncias, fizeram da palavra escrita uma forma de presença na literatura sul-rio-grandense.

Um estudo sobre a participação das mulheres na vida pública de Porto Alegre no século XIX mostra que Rita foi reconhecida por seus contemporâneos. Em 1873, José Antonio do Valle Caldre e Fião publicou, na Revista do Parthenon Litterario, um esboço biográfico da escritora, colocando-a ao lado de outras autoras rio-grandenses, como Amália Figueiroa, Maria José e Eurydice Barandas. A publicação é reveladora porque demonstra que, poucos anos após sua morte, Rita já

integrava uma memória literária feminina que se pretendia preservar e transmitir às novas gerações. [94]

Há, portanto, uma dimensão que ultrapassa a própria poesia. Sorrisos e prantos é também um testemunho da possibilidade de uma mulher ocupar o espaço da autoria e da publicação literária em meados do século XIX. E há algo especialmente significativo nisso: os versos de Rita nasceram para o mundo justamente em Rio Grande. A cidade já possuía tipografias e jornais que faziam circular notícias, ideias e escritos literários, criando um espaço onde a palavra impressa podia alcançar novos leitores. Foi nesse ambiente que a voz de Rita encontrou, pela primeira vez, a forma duradoura do livro.[97,95]

Um estudo apresentado no Congresso Internacional da ABRALIC observa que, em 1868, com a publicação de Sorrisos e prantos, e, no ano seguinte, com a publicação de Poesias Americanas, de Bernardo Taveira Júnior, a literatura de Rio Grande e região entrou em uma nova etapa de consolidação cultural. [98]

É nesse contexto que o exemplar da Biblioteca Rio-Grandense adquire uma importância que vai além de seu conteúdo literário. Ele reúne, em suas páginas, diferentes histórias: a história de uma escritora que morreu muito jovem; a história de uma obra publicada depois de sua morte; a história da atividade tipográfica de Rio Grande; e a história da presença feminina no universo das letras.

Mas há ainda um detalhe que merece atenção.

Na folha de rosto, o nome da autora aparece acompanhado da forma “D.”, abreviatura de Dona, tratamento honorífico então utilizado para mulheres. Logo abaixo, entre parênteses, encontra-se “Jurity”, o

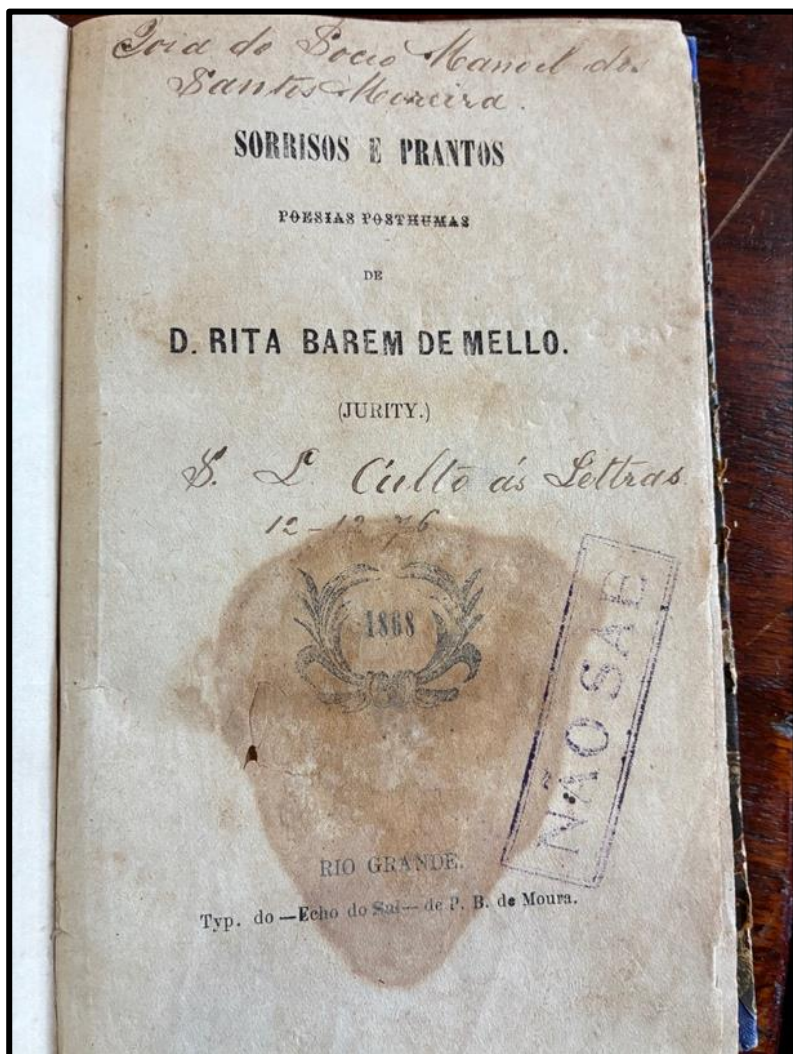
pseudônimo com que Rita assinava seus poemas. A coexistência entre o nome social da autora e seu nome literário materializa uma dupla identidade: de um lado, a mulher reconhecida socialmente; de outro, a escritora que encontrava na assinatura literária uma forma própria de presença no espaço público.

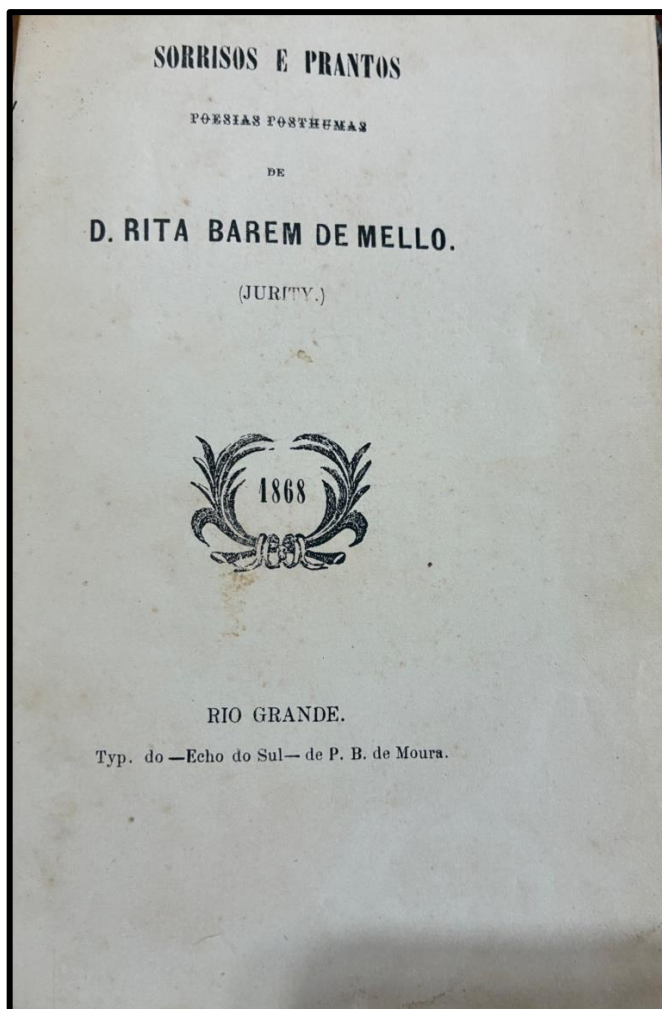
O pseudônimo também merece ser preservado na descrição bibliográfica porque não constitui apenas uma particularidade da folha de rosto. Ele acompanha a trajetória literária da autora e aparece associado à sua produção poética em diferentes fontes. [96]

Hoje, nas estantes da Sala de Obras Raras da Biblioteca Rio-Grandense, Sorrisos e prantos já não é apenas o livro que Rita Barem de Mello deixou para a posteridade. É também o lugar onde se encontram diferentes tempos: o da jovem poeta que escreveu seus versos, o da tipografia que os imprimiu, o dos leitores que fizeram o livro circular e o nosso, que agora o contempla.

Talvez seja esse um dos encantos de uma obra rara. Ela atravessa o tempo sem permanecer exatamente a mesma. A cada olhar, outras histórias podem surgir de suas páginas, de sua folha de rosto, de uma assinatura ou até de uma pequena anotação manuscrita.

Rita Barem de Mello escreveu seus versos no século XIX. Hoje, mais de cento e cinquenta anos depois, suas palavras permanecem entre nós. E talvez seja justamente isso que uma obra rara nos peça: que não deixemos que o tempo transforme em silêncio aquilo que um dia alguém escreveu.





91. **MELLO, Rita Barém de.** *Sorrisos e prantos: poesias posthumas.* Rio Grande: Typ. do Echo do Sul – de P. B. de Moura, 1868. 220 p.

92. PROJETO FONTES. *Dicionário de autores sul-rio-grandenses*. Porto Alegre: PUCRS, 1996. Verbete: Rita Barém de Mello.
93. MOREIRA, Maria Eunice (Org.). *Dicionário de autores sul-rio-grandenses*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1999.
94. ZILBERMAN, Regina. *A literatura no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.
95. **ALVES, Francisco das Neves. *Ensaio de História Sul-Rio-Grandense: ensino & pesquisa*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2015. 124 p.**
96. MACHADO, Antônio Carlos. *Coletânea de poetas sul-rio-grandenses (1834-1951)*. Rio de Janeiro: Minerva, 1952.
97. **ALVES, Francisco das Neves. *Textos para o estudo da história da mais antiga cidade sul-rio-grandense*. Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, 2014. 107 p.**
98. VAZ, Artur Emilio Alarcon. Arquivos e fontes primárias do século XIX no extremo sul brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 13., 2013, Campina Grande. *Anais [...]*. Campina Grande: Realize Editora, 2013.

Epílogo – O que fica na estante

Um livro raro nunca está completamente em silêncio. Mesmo quando já não sabemos quem o leu, em que mãos esteve, que olhos percorreram suas páginas ou que pensamentos despertou, alguma coisa permanece. O papel guarda marcas; a encadernação conserva cicatrizes; uma dedicatória devolve um nome; uma anotação à margem interrompe o silêncio de décadas. Às

vezes, basta uma assinatura para que uma pessoa volte a existir diante de nós.

Foi assim o percurso destas páginas.

Percorremos livros que atravessaram séculos e continentes. Encontramos mapas que ampliaram o mundo, textos que sobreviveram à censura, páginas cuidadosamente compostas, gravuras, frontispícios, dedicatórias, marcas de proveniência e sinais de leitores que, muito antes de nós, abriram aqueles volumes.

Vimos que a raridade não está apenas naquilo que é antigo. Está também naquilo que carrega uma história. Um livro pode ser raro porque é o único testemunho de uma determinada edição; porque conserva uma forma de impressão desaparecida; porque pertenceu a alguém cuja passagem ficou registrada em suas páginas; porque representa um momento importante da cultura; porque sobreviveu quando muitos outros exemplares desapareceram.

Mas, há ainda outra forma de raridade: a que nasce do encontro entre o livro e a memória.

Quando isso acontece, a catalogação deixa de ser apenas uma atividade técnica. Ao identificar um autor, registrar uma edição, descrever uma gravura, reconhecer uma dedicatória ou localizar uma marca de proveniência, o catalogador não está simplesmente preenchendo campos. Está reconstruindo uma trajetória, pois cada registro devolve ao livro uma parte de sua história. Cada registro devolvido ao catálogo volta a encontrar o caminho até o leitor. Talvez essa seja uma das tarefas mais bonitas de uma biblioteca: impedir que o tempo tenha a última palavra.

Na Biblioteca Rio-Grandense, especialmente na Sala de Obras Raras Dr. Fernando Duprat, essas histórias

continuam reunidas. Nas estantes, convivem séculos diferentes, autores esquecidos e autores consagrados, livros produzidos longe daqui e livros que nasceram nesta própria cidade. Cada volume guarda um fragmento do mundo que o produziu e, ao mesmo tempo, do mundo que o preservou. Por isso, olhar para uma obra rara é também olhar para o tempo; catalogá-la é uma maneira de dizer que ela ainda importa.

Uma biblioteca não guarda somente livros. Guarda a possibilidade de que eles voltem a falar.

E quando houver alguém disposto a abrir essas páginas, nenhuma dessas vozes estará inteiramente perdida.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO)** de Estudos Globais da **Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE



ISBN: 978-65-5306-146-0